

ATA DA 277ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias de setembro de 2022, às nove horas, realizou-se a ducentésima septuagésima sétima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Mariana de Resende Franco que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Mariana de Resende Franco – SEDESE; Érica Pereira Alves Beltrame - CMAS/Coronel Fabriciano; Marinete da Silva Morais – COGEMAS; Joao Vitor Da Silva Jorge - CMAS/Caeté; Silvestre Dias – SEF; Cleuza Maria de Oliveira – SEE; Arlete Alves de Almeida - O Movimento do Graal no Brasil; Gabriela de Almeida Loiola - CMAS/Salinas; Grazielle Vieira Cachapuz Machado – CRP; Isac dos Santos Lopes – ASQUIS; Kariny de Amorim Silva - Bem Estar do Menor; Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo São Vicente de Paula; Ludson Rocha Martins – CRESS; Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; Marilene Faustino Pereira – FETAEMG; Simone Maria da Penha de Oliveira - CMAS/Belo Horizonte. Ainda, os seguintes conselheiros suplentes: Gabriele Sabrina – SEDESE; Soraia Vanessa Silva Cruz – SEDESE; Lígia Camargos da Silva – SES; Magna Cupertino Carvalho – COGEMAS; Cláudia Cristina – CMAS/Uberaba; Michelle Andrade Henriques – SEE; Carla Valéria Soares Vita – FASEMIG; Philipe Nunes – FETSUAS; Leandro Luis da Cruz Sena - Instituto de Desenvolvimento Socio polício Brasileiro – ID; Cinara Lucena – ADRA; Rodrigo dos Santos França – ASSPROM; Iara da Costa Nogueira Reis - Congregação São João Batista – CSJB; Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi - CMAS/Cordisburgo. Estiveram também os seguintes convidados: Cristiano de Andrade – SEDESE; Jaqueline Notório; Roberta Kelly – SEDESE; Marcela Rodrigues – SEDESE e André Torres – SEDESE. **ANGELO - CEAS:** Bom dia. Vamos iniciar a chamada, gente? Mariana? **PRESIDENTE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Érica? **ÉRICA, CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Presente. **ANGELO - CEAS:** João Vitor da Silva? **JOÃO VITOR:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Cleuza? **CLEUZA:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Arlete? **ARLETE, GRAAL:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Gabriela de Almeida? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Grazielle? **GRAZIELE, CRP:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Isac? **ISAC, ASQUIS:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Kariny? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Juanita? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Marilene? **MARILENE, FETAEMG:** **ANGELO - CEAS:** Simone? **SIMONE, CMAS/BH:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Gabriele? **GABRIELE, SEDESE:** Presente. **ANGELO**

37 - **CEAS:** Soraia? **SORAYA, SEDESE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Magna?
38 **MAGDA, COGEMAS:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Cláudia? **CLÁUDIA:** Presente.
39 **ANGELO - CEAS:** Carla? **CARLA, FASEMIG:** Presente. **ANGELO - CEAS:**
40 Philippe? **PHILIFE, FETSUAS:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Rodrigo? **RODRIGO:**
41 Presente. **ANGELO - CEAS:** Iara? **IARA, CSJB:** Presente. **ANGELO - CEAS:**
42 Jacqueline? **JACQUELINE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Nós temos 12 titulares
43 presentes e 9 suplentes. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. Podemos dar início à nossa
44 reunião. Antes do ponto de pauta, eu queria aproveitar para apresentar aqui a
45 Jeane. A Jeane é técnica da Secretaria Executiva. Ela estava de licença
46 maternidade, retornando agora. É a primeira plenária presencial e ela já está
47 conhecendo e todo mundo já toma intimidade com mais uma técnica da Secretaria
48 Executiva. E bem-vinda de volta, Jeane. Feita a menção dos presentes, justificativa
49 de ausência, nós temos, Sirlene? Tem justificativa de ausência? **ANGELO - CEAS:**
50 Tem sim. Tem Elder (trabalho). Marinete (férias). João Victor, SEPLAG (trabalho).
51 Camila (férias). Dos titulares são esses. Dos suplentes: Mariana, SEPLAG
52 (trabalho). Vinícius (trabalho). Michele. **PRESIDENTE:** A Michele falou que vai
53 chegar mais tarde. **ANGELO - CEAS:** E tem a Sandra parece que tem uma questão
54 do CNAS. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. Justificativas registradas. Podemos passar
55 para a apreciação da pauta? A pauta que foi fechada na reunião da Mesa Diretora
56 de ontem. Foi enviada para os conselheiros pelo grupo de WhatsApp. Pessoal,
57 vamos apreciar a pauta para iniciar a reunião. A primeira questão, só que é
58 importante registrar porque a ata da reunião passada foi encaminhada ontem e, por
59 isso, não houve tempo de leitura e análise, então ela não vai para aprovação dessa
60 plenária. E a Secretaria Executiva pediu para registrar uma observação e um
61 pedido da empresa que faz a degravação da ata, para a reunião ser mais
62 organizada do ponto de vista de menos ruídos, pessoas falando mais próxima ao
63 microfone e se identificando com o nome e instituição porque eles estão tendo
64 dificuldade com as nossas atas. Eu vou registrar isso aqui e, inclusive, a Secretaria
65 Executiva puxa a nossa orelha quando a gente fizer errado porque isso pode
66 prejudicar o registro das nossas reuniões. A gente pede a colaboração de todos e
67 vamos nos policiar para melhorar isso. Passando para a apreciação da pauta. Nós
68 temos como primeiro ponto de pauta a Prestação de Contas do 2º trimestre de 2022,
69 com a atualização do Plano de Aplicação que foi apresentada e discutida ontem em
70 reunião conjunta de comissões. E depois nós passamos... Posso terminar de ler
71 antes de vocês pedirem alteração? Após a prestação de contas do 2º trimestre, a
72 proposta é a gente passar para as comissões e, dentro das comissões, elas
73 trazerem o status das denúncias e dos pontos de deliberação, porque, de acordo

74 com a nossa conversa ontem na reunião da Mesa Diretora, têm muitas denúncias e
75 muitos assuntos sendo tratados dentro das comissões, principalmente a Comissão
76 de Política. E a gente está precisando de um tempo da plenária para acompanhar e
77 ver o status das denúncias e dos assuntos que estão sendo tratados dentro das
78 comissões. E, além das comissões, nós estamos com 4 grupos de trabalho
79 paralelamente às comissões em funcionamento. Esses grupos de trabalho têm
80 encaminhamentos para serem dados aqui na plenária. A proposta da pauta de hoje
81 é passar por todos os grupos de trabalho e todas as comissões. Essa é a pauta
82 proposta, e o Isac quer fazer inclusão de ponto de pauta ou alteração? **ISAC,**
83 **ASQUIS:** Bom dia, pessoal. Na verdade, a sociedade civil traz uma solicitação de
84 inversão na pauta. A gente propõe que os informes sejam passados no início agora
85 da plenária ao invés de no final, porque a gente quer discutir alguns informes.
86 **PRESIDENTE:** Ok. Mais algum pedido de alteração? Só lembrando que a decisão
87 de colocar os informes no final foi de uma plenária anterior. Então, vocês querem
88 isso para hoje? Ou de forma geral inverter para as próximas também? Essa que foi
89 a conclusão da sociedade civil? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade,
90 Presidente, a gente apresentou a pauta para a sociedade civil, ontem, apesar de a
91 sociedade civil ter concordado aqui na Mesa Diretora, eles estão colocando que a
92 reunião está ficando muito sapecada no final, considerando as pautas grandes. E
93 questões de informes que são importantes não são repassadas. Tendo em vista
94 que a pauta hoje está mais tranquila, a gente imagina, a temáticas que vão estar
95 são de importância para todos. É por isso. **PRESIDENTE:** Ok. **LUCAS,**
96 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Bom dia a todos e todas. Não, é só
97 para poder reafirmar que o Regimento Interno estabelece a ordem e os informes
98 como um dos primeiros pontos. Nós temos que cumprir o Regimento Interno e os
99 informes têm que ter... Ainda que tenha sido deliberação da plenária, a plenária não
100 tem poder para poder alterar a ordem do Regimento Interno sem alteração de
101 resolução. Ainda que seja deliberação e que o colegiado seja soberano, a
102 soberania dele é dada pelo Regimento Interno que deve ser respeitado. O informe
103 tem que ser um dos primeiros pontos conforme estabelece a ordem do Regimento
104 Interno. **PRESIDENTE:** A plenária concorda de colocar os informes como primeiro
105 ponto de pauta? Ok. Podemos considerar a pauta aprovada e dar início à reunião?
106 Ok. Muito obrigada. Começando pelos informes, inclusive eu já vou dizer que os
107 informes da SEDESE foram enviados no grupo de WhatsApp. A gente tem uma
108 apresentação que a gente faz. Vou perguntar se a plenária quer que a gente
109 apresente o que foi enviado ou se vocês não vêm a necessidade? Porque eu estou
110 entendendo que têm outros informes que vocês estão considerando mais

111 importantes ou vocês querem que a SEDESE faça a apresentação? Da parte da
112 SEDESE que eu estou dizendo. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Acho que você
113 pode seguir conforme foi ontem na Mesa Diretora e, se alguém quiser algum
114 esclarecimento, você dá. Eu sugiro assim para a gente agilizar. **PRESIDENTE:** Sim,
115 mas estou dizendo que os informes da SEDESE foram encaminhados pelo grupo
116 de WhatsApp. Não precisa de fazer a apresentação deles aqui na plenária. É isso?
117 Então eu vou passar para os informes da Mesa Diretora. Ok? Informes da Mesa
118 Diretora que foram tratados na reunião de ontem. Sobre o status das denúncias e
119 encaminhamentos, ele foi colocado como prioridade para essa reunião de hoje. A
120 gente vai passar por todos depois da deliberação sobre a prestação de contas.
121 Esse foi o primeiro ponto. O segundo ponto de informe da reunião da Mesa Diretora
122 de ontem foi sobre melhoria da estrutura da Secretaria Executiva aqui na Casa de
123 Direitos Humanos. A gente conseguiu a disponibilização de uma sala para a
124 Secretaria Executiva para suporte material que a gente estava precisando. A gente
125 conseguiu a disponibilização de um espaço aqui. Ponto de impressão. A gente está
126 utilizando uma cota de impressão da Subsecretaria de Direitos Humanos e a gente
127 está tentando uma impressora para a Secretaria Executiva aqui, mas a gente já tem
128 uma cota de impressão... Eu posso terminar de falar ou vocês querem agora? A
129 questão da impressora que a gente está tentando conseguir uma impressora, mas a
130 gente já tem uma cota de impressão da Subsecretaria de Direitos Humanos. E
131 sobre Internet e Wi-Fi, a dificuldade é que precisa de fazer um projeto de internet
132 aqui sem ser cabeada, internet sem fio. E esse projeto tem que ser feito pela
133 PRODEMGE. A PRODEMGE não tem disponibilidade para fazer isso esse ano,
134 então a gente vai continuar utilizando a internet cabeada, os pontos que a gente já
135 tem. Por isso que a gente não consegue disponibilizar internet sem fio aqui. Nós
136 tivemos como informe também na reunião de ontem, a participação da Sirlene na
137 reunião do FONACEAS que aconteceu em agosto. E para as próximas reuniões do
138 FONACEAS, nós temos uma reunião virtual dia 13 de outubro e uma reunião
139 presencial em São Paulo nos dias 21, 22 e 23 de novembro. E para participação
140 dessas reuniões do FONACEAS, a gente precisaria de fazer a escolha dos
141 conselheiros, caso presidente e vice-presidente não participem. Lembrando que o
142 FONACEAS tem 3 representantes do CEAS, um da Secretaria Executiva, a
143 presidência e a vice-presidência. Quando eu e d. Arlete não participamos, nesse
144 ano a gente não chegou a participar de nenhuma. A gente tem escolhido
145 conselheiros na plenária aqui para participarem. Nós tivemos também como informe
146 ontem, a reunião descentralizada e ampliada do CNAS, que vai ser híbrida. Vai
147 acontecer na primeira semana de outubro. A gente precisa de conselheiros para

148 acompanhar essa reunião, mas como vai ser virtual, não tem a necessidade de
149 viajar. O conselheiro pode acompanhar de casa. A gente precisa fazer a escolha
150 também de dois conselheiros na mesma situação, caso eu e a d. Arlete, a gente
151 não participe, a gente ter indicação de conselheiros que possam acompanhar. Mais
152 um retorno informe da reunião de ontem, foi sobre a renumeração das resoluções
153 do CEAS. A gente fez, a Secretaria Executiva fez uma minuta de resolução e
154 mandou para a nossa assessoria jurídica já uma minuta de resolução para alterar
155 as resoluções que foram publicadas com o número iniciando em 2022, então, assim
156 que a gente concluir isso, a nossa assessoria jurídica dando o parecer jurídico
157 favorável, a gente vai publicar uma resolução fazendo a renumeração. Onde leia-se
158 resolução 1, salvo engano, vai virar resolução 750, 751, e vai dar a sequência na
159 numeração que já vinha acontecendo. Outro retorno que foi dado ontem na reunião
160 da Mesa Diretora, foi sobre a alteração do Decreto nº 48.322, que regulamenta a
161 organização do CEAS. Já tem análise técnica da CTL e ele está aguardando a
162 publicação dos atos do governador. A deliberação da reunião passada foi de a
163 gente solicitar prioridade. A gente já solicitou. A gente, eu em nome da SEDESE.
164 Ele já tem o parecer, só que ele não foi publicado porque eles têm um trâmite, não
165 passa por nós a questão da assinatura e publicação de atos do governador. O outro
166 ponto que foi colocado foi sobre a reativação do site do CEAS. Isso também foi
167 divulgado já no grupo de WhatsApp. Acredito que os conselheiros já tiveram
168 conhecimento. O site ficou de cara nova e foi reativado. Ficou bem legal. Parabéns
169 para a Secretaria Executiva junto com a equipe da informática. **LUCAS,**
170 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Só para dizer que o site ficou muito
171 bom. Agradecer a Secretaria Executiva pelo empenho, mas eu quero fazer uma
172 consideração. Lá não há espaço para manifestação do público encaminhar uma
173 mensagem, encaminhar denúncia, encaminhar tudo. No site anterior tinha. Não
174 funcionava, mas tinha. É importante a gente ter esse espaço de encaminhamento
175 de manifestações por parte do público em geral. **PRESIDENTE:** Registrar com a
176 Secretaria Executiva e desenvolver com a coordenação de informática, o Fale
177 Conosco. **ANGELO - CEAS:** O Fale Conosco, inclusive, está sendo elaborado pelo
178 técnico da TI, o Roris. Ele está quebrando a cabeça um pouquinho com relação
179 quando a pessoa completa lá, faz as mensagens, no enviar para cair dentro do e-
180 mail do conselho, o conselho não está recebendo. **PRESIDENTE:** Muito bom. Muito
181 obrigada. Foi apresentado também, ontem, mas eu acho que isso está vindo como
182 status do trabalho da Comissão de Apoio aos CMASs e Controle Social, o pedido
183 de uma planilha com a solicitação dos conselheiros municipais de apoio técnico.
184 Ontem, na nossa reunião da Mesa Diretora, a gente colocou como informe a

185 planilha de demanda de apoio aos CMASs. Vocês vão trazer essas questões na
186 hora da apresentação da sua comissão. Não é isso? Só para confirmar. **JOÃO**
187 **VITOR:** Na hora da apresentação das comissões a gente vai trazer as cidades que
188 a gente está dando apoio em decorrência disso. **PRESIDENTE:** Obrigada. Só para
189 confirmar. Outro informe sobre a Comissão de Orçamento. A Comissão de
190 Orçamento solicitou e já estava também no planejamento do CEAS uma oficina de
191 gestão orçamentária e financeira para capacitar esses conselheiros aqui sobre os
192 instrumentos de gestão financeira: LOA, PEAS, Prestação de Contas e Plano de
193 Aplicação. Ficou acordado que essa capacitação vai ser conduzida pela
194 coordenadora da comissão, que é a Conselheira Juanita. A proposta, se essa
195 plenária aprovar hoje, é que isso aconteça no dia 20 de outubro, de 13h às 15h,
196 ocupando o horário da reunião conjunta de comissões. Se, ainda, adicionalmente a
197 gente conversou também que, havendo a necessidade das outras reuniões das
198 comissões ou da Mesa Diretora, a gente teria que acordar datas para reuniões
199 virtuais. Sobre esse ponto eu quero fazer um destaque que ontem, na hora em que
200 a gente estava conversando sobre a realização dessa capacitação no horário da
201 reunião conjunta de comissões de outubro, o entendimento da Mesa Diretora é de
202 que o que os grupos de trabalho estão trabalhando e vão trazer de proposta de
203 deliberação, já pode ser direto para a plenária de outubro. Não precisando passar
204 por comissão conjunta. Esse foi o entendimento que tivemos ontem na Mesa
205 Diretora. E o Conselheiro Lucas trouxe na parte da tarde, quando eu conversei com
206 o Conselheiro Lucas, eu falei: “Olha, e a gente conversou isso na Mesa Diretora e a
207 gente tem que estar, a plenária tem que estar concordando.” Na opinião dele, e
208 também vou pedir a ele para se manifestar, a gente não pode fazer isso. O que sai
209 do grupo de trabalho tem que passar na comissão conjunta quando se tratar de
210 assunto de deliberação orçamentária e financeira. Esse ponto aqui eu estou
211 colocando ainda como uma interrogação, porque ele precisa ser definido. Porque
212 vai impactar em duas situações, a data e o horário da realização da capacitação e a
213 forma de condução do trabalho do grupo de trabalho especificamente dos CREAS
214 regionais. Porque o produto vai impactar em uma decisão de deliberação de
215 recursos, lembrando aqui o grupo de trabalho de avaliação dos CREAS regionais
216 vai avaliar a proposta de reordenamento dos CREAS regionais. É isso que eles
217 estão discutindo. Isso vai estar na apresentação do grupo de trabalho hoje na parte
218 da tarde. Eu posso seguir? Acho que é melhor, porque depois que vai abrir... Vou
219 seguir e esse ponto a gente vai voltar nele para discussão. Tivemos o recebimento
220 de uma denúncia do município de Teófilo Otoni sobre situação de precariedade de
221 trabalho que foi encaminhada para a Comissão de Apoio ao Controle Social.

222 Tivemos ainda Retorno da SUBAS para o CEAS sobre os encaminhamentos que
223 foram da reunião passada. Isso foi encaminhado para os conselheiros. A gente não
224 está com o detalhamento do assunto aqui. Foram as deliberações e uma situação
225 do CNAS de solicitação junto ao município de Juiz de Fora. A gente esteve em Juiz
226 de Fora. A SEDESE esteve em Juiz de Fora. Se reuniu com a Secretária Municipal
227 de Juiz de Fora. Relembrando aqui a situação: o município de Juiz de Fora tem
228 uma denúncia que vem sendo tratada nesse conselho aqui já, acredito que há mais
229 de 4 anos porque é uma situação bem antiga, 5 anos. Tem 5 anos que a situação
230 do município de Juiz de Fora é acompanhada aqui no CEAS. E a situação era que o
231 município de Juiz de Fora executava toda Política de Assistência Social por meio de
232 parceria com uma instituição da sociedade civil que lá chama AMAC – Associação
233 Municipal de Assistência Social. Cadê a Rose? Lembra o nome? Mas era uma
234 instituição da sociedade civil. Era uma OSC. Ação Social de Apoio Comunitário.
235 Essa OSC executava todos os serviços do SUAS: CRAS, CREAS, Centro Pop,
236 Serviços de Acolhimento. Todos os serviços do município. A gestão lá fazia
237 vigilância e capacitação e educação permanente. Isso foi objeto de denúncia. Foi
238 objeto de termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público. E nós
239 recebemos um ofício do CNAS para o CEAS pedindo informação sobre a situação
240 do município. Nós reunimos com a gestora para ver qual era a situação hoje. E nós
241 fizemos essas respostas para o CEAS. Qual é a situação hoje? O município está se
242 adequando. Ele já tem um concurso público que foi realizado em 2019. Ele está
243 fazendo a chamada dos profissionais concursados de forma gradativa. A previsão é
244 de que até junho de 2023 eles concluem esse processo de nomeação e efetivação
245 dos serviços públicos. A gestão dos serviços, hoje, já é do município. A gestão de
246 CRAS, CREAS e Centro Pop e dos serviços públicos que têm que ser
247 obrigatoriamente executados diretamente pela gestão municipal, eles já estão na
248 execução da gestão municipal. E a previsão é de que eles concluem isso até junho
249 de 2023. Esse prazo está de acordo com o termo de ajustamento de conduta que
250 eles têm. A informação que a gente trouxe é essa e, na nossa avaliação, da
251 SEDESE, da Mesa Diretora aqui também ontem, o que esse CEAS tem que fazer é
252 continuar o acompanhamento e aguardar o cumprimento desses prazos que o
253 município atualmente está cumprindo, então não tem nenhuma irregularidade, não.

254 **JOÃO VITOR:** Também chegou essa já na Comissão de Apoio também a denúncia
255 de Juiz de Fora. É aguardar mesmo. Aguardar a chegada de junho de 2023 para
256 que a gente possa esperar a saída desse TAC para que a gente possa começar os
257 trabalhos com Juiz de Fora também. **PRESIDENTE:** Isso. **JOÃO VITOR:** Estava até
258 na planilha de status de denúncias hoje para eu falar isso. **SIRLENE - CEAS:**

259 Chegou uma de Montes Claros ontem e eu coloquei na Mesa Diretora. Aí ficou na
260 dúvida se vai para Normas ou Apoio, mas, na minha opinião seria na de Política.
261 São três situações. Ok. **PRESIDENTE:** O outro ponto de informe ontem na Mesa
262 Diretora. Nós, do CEAS aqui, recebemos do CNAS uma solicitação de
263 preenchimento de um formulário para indicar eixos para a conferência de 2023.
264 Acontece que esse formulário está fora do ar. As orientações não são suficientes,
265 então esse ponto é só, estou trazendo aqui, como informação, mas, por enquanto a
266 gente não tem muito o que fazer porque a gente tem que aguardar mais orientações
267 do CNAS, inclusive que eles disponibilizem o formulário novamente. Eles
268 disponibilizaram, mas depois eles retiraram. A gente acredita que eles estão
269 adequando. E quando chegar a Secretaria Executiva informa. **ANGELO - CEAS:** Só
270 um esclarecimento. Eu entrei em contato com eles ontem e eles informaram que
271 estão fazendo um ajuste nesse formulário. E eles esperam que na semana que vem
272 já tenham colocado novamente o link, que não esteja em manutenção.
273 **PRESIDENTE:** Nós não temos encaminhamento para esse ponto. É só para a
274 gente ter conhecimento. Para conhecimento também desse conselho. Foi recebida
275 uma solicitação de elaboração de homologação de Plano de Assistência Social para
276 população que vai ser atingida pela construção de uma barragem que tem o nome
277 de Bonfim de Baixo, no município de Abre Campo. Isso deu entrada no CEAS. O
278 CEAS encaminha para a Comissão de Normas, que é a responsável por tratar
279 essas questões. Isso vai ser tratado dentro da Comissão de Normas. É isso.
280 Cheguei ao fim. Estou conferindo aqui. Esses foram os informes que a gente trouxe
281 ontem e discuti na Mesa Diretora. E agora eu abro a palavra, inscrições. Ok?
282 **ARLETE, GRAAL:** Temos aqui as inscrições de Lara, em seguida Rodrigo, e depois
283 Gabriela. **SIRLENE - CEAS:** Grazielle e João Vitor. **IARA, CSJB:** Eu quero dar uma
284 tratativa ao ponto de informe referente ao espaço de apoio à Secretaria Executiva a
285 esse conselho nessa estrutura. Ontem a gente fez um diálogo no coletivo da
286 sociedade civil e para a gente ficou muito claro que tem um movimento de tentativa
287 de dar resposta para essa questão, mas essa não é a resposta. A demanda da
288 sociedade civil é para que, de fato, seja instalada aqui nessa estrutura a Secretaria
289 Executiva desse conselho. Eu vou pedir licença a nossa mestra d. Arlete, que
290 sempre conta histórias para a gente que dão significados, para poder contar uma
291 história para vocês para dar um pouco de significado inclusive a esse ponto de
292 pauta. Eu já sinalizei aqui para vocês que no meu histórico, o meu percurso que eu
293 vim de empresas privadas. E quando foi solicitado que eu assumisse, por meio do
294 processo de eleição do CMAS de BH, uma representatividade da instituição. Na
295 hora eu falei: “Eita que preguiça, política pública.” De fato, na hora eu tive uma certa

296 repulsa dos desafios que eram. Dando significado do porquê estou contando isso
297 para vocês, é que hoje eu faço a defesa desse SUAS, dessa política pública.
298 Inclusive sou questionada às vezes se de fato eu represento a entidade, eu sou
299 servidora pública porque eu defendo o serviço público. Uma das coisas que me deu
300 naquele momento, eu não sabia nada do SUAS. Eu estou falando de uma pessoa
301 que formou em Serviço Social e quem me deu total apoio e segurança para
302 inclusive estar nesse lugar hoje foi a Secretaria Executiva instalada no Conselho
303 Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte. Onde eu tinha o apoio de sentar
304 com as técnicas da secretaria, que, inclusive, hoje, uma das técnicas que mais me
305 deu apoio, a minha amiga pessoal de entender o que é o SUAS. O que é essa
306 política pública? Eu tinha uma estrutura que me permitia o acesso a ela para poder
307 esse conhecimento e ter essas informações. Não há como esse CEAS fazer uma
308 defesa, em relação ao formato precarização do CMAS nos territórios se nós,
309 enquanto CEAS, também não temos essa estrutura que dá esse apoio nesse
310 acesso a todos para operacionalização da sociedade civil, principalmente e para
311 que outros tenham acesso a esse espaço. Não há como a gente continuar fazendo
312 uma política de falar só para nós. Nós temos que fazer que outras pessoas que não
313 conheçam o SUAS queiram conhecer, queiram fazer a defesa dessa política pública
314 assim como aconteceu comigo. Nosso questionamento não é uma sala de apoio
315 nessa estrutura, mas que seja instalada a estrutura da Secretaria Executiva nesse
316 prédio para que nós conselheiros consigamos operacionalizar os nossos serviços
317 da melhor forma possível e ter acesso às pessoas para poder conhecer essa
318 política e defender como nós. Que fique claro para esse CEAS, a sociedade civil
319 não vai perder de vista esse ponto importantíssimo e relevante da Secretaria
320 Executiva ser nessa estrutura. CEAS, representantes do governo que aqui estão, se
321 vocês de fato querem apoiar, querem defender e querem fortalecer essa política,
322 não perca de vista conosco. Agradecida pela fala. **RODRIGO:** Trazendo retorno da
323 sociedade civil em relação à CIB, Presidente, nós solicitamos como informação da
324 necessidade da sociedade civil e aval desse pleno a manifestação por escrito com
325 apoio da Secretaria Executiva de alguma informação nossa à CIB, principalmente
326 quando a gente tem que tocar em relação ao COGEMAS para a gente ter uma
327 certeza de que a representação também dos municípios estão acompanhando
328 conosco aqui o nosso cotidiano, o nosso dia a dia. Era esse o encaminhamento. O
329 encaminhamento seria do interesse nosso da necessidade com o aval do pleno
330 aqui o que sair de interesse da sociedade civil fosse representado via ofício à CIB.
331 O que aconteceu? Na plenária passada a sociedade civil tinha uma demanda em
332 relação àquela relação do reajuste do Piso Mineiro. E a gente ficou com dois

333 formatos. O formato do representante levar a notícia à CIB, ou, então, ofício. Nós,
334 ontem, em conversa, achamos por bem, com esse aval do conselho, esse
335 documento sair via ofício com o apoio da Secretaria Executiva, se for de fato.
336 Obrigado. **PRESIDENTE:** Só registrando. O pedido é que os encaminhamentos do
337 CEAS para à CIB sejam feitos em forma de ofício. Registrado. Ok, Secretaria
338 Executiva? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Sobre a questão das capacitações, é
339 que na reunião da Mesa Diretora foi colocado que a capacitação tem, às vezes,
340 evasão muito grande, as pessoas não participam das capacitações presenciais
341 ofertadas aqui pelo conselho. Nas nossas discussões a gente chegou a um
342 entendimento de que, na verdade, há sim uma participação majoritária da
343 sociedade civil. A participação mais tímida, na verdade, é das representações do
344 governo. E eu acho que é importante a gente registrar isso, por quê? Porque o
345 tempo de capacitação foi demonstrado que é sempre muito relevante para a
346 sociedade civil, tanto que na última reunião que teve capacitação, a sociedade civil
347 questionou que o tempo foi pequeno para poder aproveitar todo o trabalho que
348 estava sendo ofertado. Eu gostaria de fazer esse registro aqui. **GRAZIELE, CRP:**
349 Em relação às denúncias realizadas, ontem nós tivemos reunião do CONFET. E
350 têm alguns informes que a companheira Sandra, ela não veio para essa plenária
351 porque ela está lá na plenária do CNAS, quando a gente for falar da prestação de
352 contas têm algumas coisas pertinentes que foram feitos os encaminhamentos que
353 corroboram com a informação que ela prestou ontem para a gente. E trazer para as
354 comissões de Apoio e de Política que as representações de Lagoa Santa, os
355 trabalhadores de Lagoa Santa, mesmo eu vendo no status da denúncia que ainda
356 estão aguardando informação do CMAS de Lagoa Santa, as colegas trabalhadoras
357 já informaram que tiveram um retorno muito positivo da gestão. A gestão está
358 sendo muito mais cuidadosa, ainda não que a denúncia ainda tenha sido colocada
359 em prática. Estão tentando ainda fazer uma reunião, mas as trabalhadoras já
360 reconhecem que o contato do CEAS já teve um retorno positivo nas relações de
361 trabalho com a gestão e o próprio CMAS. Só para pontuar também porque ontem
362 elas encaminharam e eu vou encaminhar para a Secretaria Executiva, porque
363 vocês receberam uma informação, uma única informação de Lagoa Santa falando
364 sobre a resposta, que a resposta que o CMAS foi... Isso, mas antes disso eles
365 passaram uma resposta para vocês. Essa resposta consta em ata e ficou claro que
366 essa resposta não foi discutida em plenário. Foi feito simplesmente pela presidência.
367 Então eu vou encaminhar para a Sirlene essa ata, que inclusive as trabalhadoras lá
368 questionam por que isso não foi passado pelo plenário. Consta isso em ata, então
369 eu vou compartilhar para vocês terem mais argumentos para discutirem com Lagoa

370 Santa. Em relação à denúncia de Teófilo Otoni, eu acho que a gente pode
371 encaminhar porque pedir a solicitação das comissões uma urgência nesses casos
372 porque é muito grave a situação de Teófilo Otoni. Recebi a denúncia por e-mail
373 também, no meu e-mail. E depois eu fiz questão de entrar em contato com os
374 trabalhadores de lá porque era para entender algumas questões. O salário de
375 Teófilo Otoni é de R\$ 1.212,00 para nível superior. Isso. Há 15 anos não há reajuste
376 salarial e nem concurso público. Por isso que eu fiz questão de entrar em contato
377 porque eles me informaram outras questões que eles me explicaram que não
378 constam na denúncia porque ficaria muito claro e fácil de identificar quem era o
379 denunciante. Por isso que eu pedi palavra e fiz o contato telefônico. O salário de
380 nível médio e de nível superior era o mesmo. Teve um reajuste lá só para poder
381 marcar essa diferença, mas é em torno de R\$ 1.200,00 para 30 horas de trabalho.
382 Não tem concurso público há mais de 15 anos. Não tem estrutura física para
383 trabalho. Houve uma reforma. Sabe quando você faz aquela reforma, você vai
384 alugar uma casa e você faz aquela reforma para ficar bonitinha? Só passa a tinta?
385 Houve essa reforma, inclusive a SEDESE foi convidada para ver essa reforma, pelo
386 que eles me falaram. Mas que no dia a dia se demonstra a dificuldade e os
387 problema dos prédios públicos. É importante que o CMAS de lá fiscalize os
388 equipamentos e pedir para a equipe de apoio esse convite para o CMAS fiscalizar,
389 porque há questão de falta de lâmpada, de fio passando pelo chão, de falta de
390 equipe para atender. A profissional com a qual eu conversei, de nível superior,
391 naquele dia ela tinha trabalhado na recepção por falta de profissional. A situação de
392 Teófilo Otoni é muito grave. E os trabalhadores estão extremamente precarizados e
393 por não ter um concurso público e ter um processo seletivo que também é muito
394 equivocado. Têm pessoas lá que estão há 11 anos no mesmo processo,
395 praticamente se efetivou pelo contexto. Eles são ameaçados o tempo todo. Daqui a
396 6 meses vai ter um novo processo seletivo. Daqui a 6 meses vai ter um novo
397 processo seletivo. Eles ficam muito intimidados para poder fazer qualquer
398 questionamento porque pode ser que nesse processo público, nesse processo
399 seletivo, eles não consigam entrar porque eles se posicionaram de uma forma
400 incisiva. Eles nem conseguem fazer isso, então a denúncia vem e vem de forma
401 fragmentada, pouco estruturada, justamente para não conseguir se identificar
402 absolutamente ninguém lá. Eu acho que também é urgente a atuação desse
403 conselho nessa situação de Teófilo Otoni. **JOÃO VITOR:** Grazi, realmente, essas
404 informações de Teófilo Otoni vieram fragmentadas. Se eu não me engano foram 5
405 denúncias de forma anônima aqui para o conselho que chegaram na Mesa Diretora
406 ontem. Até no início da discussão foi passado para a Comissão de Apoio, mas eu

407 também acho que é mais Política do que Apoio. Devemos, sim, orientar o CMAS de
408 Teófilo Otoni para fiscalizar mais o aparelho de serviço público lá. Mas precisamos
409 muito, nessa questão salarial, na questão dos profissionais do SUAS de Teófilo
410 Otoni, da Comissão de Política atuando para poder solucionar esse problema o
411 mais rápido, o mais breve possível. Até mesmo a questão do processo seletivo lá
412 que pessoas ficam anos e anos *ad aeternum* dentro desse processo. A questão de
413 Lagoa Santa. O Edson não está aqui, mas peço até licença. Sei que ainda não está
414 na hora do status das denúncias, mas eles enviaram, sim, um ofício informando de
415 como foi feita a eleição. Realmente, mantendo a paridade, não dando espaço para
416 usuários e trabalhadores lá dentro do conselho de assistência social. Eles
417 informaram para a gente que antes de a gente marcar uma reunião com eles, ainda
418 não tivemos uma reunião. Só tivemos as respostas de um ofício que enviamos para
419 eles. Antes de a gente marcar essa reunião, eles querem ter uma reunião da Mesa
420 Diretora antes. Se eu não me engano será no dia 20 ou 21, não sei. 20? 20. Vai ser
421 no dia 20. Após o dia 20 nós vamos ter uma resposta de “Ah, quando que vamos
422 agendar.” Você pode repassar essa informação para eles que agora estamos
423 aguardando o retorno dessa reunião da Mesa Diretora deles para a gente poder ter
424 uma ação mais específica com eles. **GRAZIELE, CRP:** João, eles já sinalizaram
425 ontem na reunião do FET esse ponto positivo. Por exemplo, o representante de
426 usuários, eles estão fazendo efetivamente a convocação. Se organizando para
427 poder ter o fórum de usuários. Porque antes eles queriam indicar usuários para
428 compor o CMAS. E aí as trabalhadoras foram enfáticas, que compõem o CMAS,
429 forma enfáticas que precisa fazer um trabalho, inclusive de orientação, de formação
430 para os usuários para participarem desse movimento. A própria gestão já está indo
431 aos equipamentos para poder fazer um trabalho com os usuários para que possa
432 efetivar a participação social dos usuários, representantes dos usuários. Já teve
433 esse ponto muito positivo lá mesmo com a... Por isso que é importante a nossa
434 atuação e atuação de forma célere. **JOÃO VITOR:** Perfeito. A nossa atuação aqui é
435 a gente vê a importância que tem cada cadeira nossa para a efetivação e o controle
436 social funcionando de fato. A participação da sociedade civil dentro do CMAS, às
437 vezes por desconhecimento, é claro que vamos ter agora uma capacitação com
438 vários municípios é para minimizar esse tipo de coisa que está acontecendo em
439 Lagoa Santa e que está acontecendo em vários municípios no estado de Minas
440 Gerais. Essa atuação do conselho é de suma importância. **PRESIDENTE:** Ok. A d.
441 Arlete falou que as inscrições que ela tinha anotado encerraram. Eu gostaria que a
442 gente discutisse o que seria tratado até na parte da tarde, a questão da capacitação.
443 Como já está agora. Ela já foi pontuada agora, eu até gostaria de perguntar, porque

444 eu acho importante a gente fazer a discussão sobre a capacitação do orçamento
445 para o mês de outubro. Se nós mantemos ela no dia e no horário das reuniões de
446 comissão conjunta ou se nós fazemos ela em dia separado e se, de fato, o trabalho
447 e a proposta que sair do grupo de trabalho dos CREAS regionais pode vir direto
448 para a plenária ou se teremos que realizar uma reunião conjunta de comissão. Ok?

449 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Ontem, a Comissão de Orçamento, na reunião
450 pós-reunião conjunta, nós tivemos um encaminhamento que vai ser apresentado
451 aqui, em uma nova perspectiva de facilitar as informações para os conselheiros.
452 Então nós vamos apresentar aqui no momento da prestação de contas. Eu peço
453 para que esse ponto seja avaliado até posteriormente. Se for deliberado pelo pleno,
454 talvez a gente nem precise, que a capacitação possa ser feita mais para frente. Mas
455 vai ser uma nova tentativa que a gente vai fazer para tentar dar condições a todos
456 os conselheiros em captar essas informações. **PRESIDENTE:** Mas eu queria só
457 então uma questão que eu acho que a gente precisa discutir porque não vai ser só
458 desse grupo de trabalho, pode acontecer com os outros. O grupo de trabalho pode
459 levar proposta para deliberação direto da plenária ou tem que passar pelas
460 comissões antes? Porque, para mim, essa é a questão de dúvida. **MARIA**
461 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu concordo quando o Lucas traz essa questão
462 regimental, que as questões que impactam que dizem respeito a orçamento, critério
463 de partilha, têm que passar pela comissão conjunta porque está no regimento.
464 Entretanto, as outras questões que não precisam ser deliberadas, que dizem
465 respeito, não que não sejam deliberadas, que dizem respeito a orçamento, para a
466 gente customizar o trabalho no conselho, que ele venha direto para a plenária
467 conforme o GT de funcionamento do CEAS propôs e foi encaminhado para todos os
468 conselheiros e não teve contribuição nesse quesito. Como nós falamos na Mesa
469 Diretora, o que vai ter com relação ao orçamento e financeiro, tem que passar pela
470 comissão conjunta, que está regimental. As outras questões vêm direto para a
471 plenária para a gente tentar customizar e agilizar as nossas reuniões do conselho.

472 **PRESIDENTE:** Podemos fechar esse entendimento. Acho que a gente pode dar
473 início aos pontos da pauta porque a gente já vai começar a prestação de contas.

474 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu acho que a gente precisa dar dois
475 encaminhamentos aqui. Eu peço aos colegas aqui que me ajudem, mas eu acho
476 que foi colocada aqui a questão da lara, que é importante para a gente ver de que
477 forma que a SEDESE pode continuar aprimorando o SUAS nessa perspectiva. E
478 tem a questão que o Rodrigo trouxe também. Acho que não pode ficar solto. A lara
479 trouxe uma questão importante e a gente queria ver com a SEDESE. A gente está
480 vendo todo o empenho da SUBAS em fazer com que a Política de Assistência

481 Social aconteça de forma que dê possibilidade a todos os conselheiros de participar
482 de forma mais ativa nessa política, que é a nossa função. Eu acho que a gente
483 poderia, a presidente, como secretária, poderia apresentar aqui, considerando a
484 questão que a Lara trouxe. Não é, Lara? Eu acho que isso a gente tem que dar um
485 encaminhamento. E a outra questão que o Rodrigo traz, Secretária, é essa questão
486 de oficializar a CIB e solicitar novamente à SEDESE que os encaminhamentos do
487 CEAS sejam passados na reunião da CIB. Pelo que eu entendi é isso. O Rodrigo,
488 na reunião do coletivo da sociedade civil, ontem, colocou isso, que as pautas que o
489 CEAS delibera aqui para levar para a CIB elas não são apresentadas, então essa
490 proposta que ele está trazendo de isso sair por meio de ofício para a CIB. E a
491 Secretaria Executiva da CIB coloque isso na pauta para ser discutido por todos lá.
492 Esses dois encaminhamentos, a gente precisa fechar aqui, na minha análise.
493 **SIRLENE - CEAS:** Os encaminhamentos do CEAS sejam levados à CIB por meio
494 de ofício? Isso? **PRESIDENTE:** Eu registrei isso já. Para mim já está pacificado.
495 Não entendi que tem questão aí, não. É porque eu fiz no meu registro. Eu não estou
496 fazendo o de vocês. **SIRLENE - CEAS:** É porque não estava na pauta da CIB. Vou
497 pôr agora. **PRESIDENTE:** Eu estou lendo ali se foi tudo contemplado. A questão
498 que vocês querem é que eu responda sobre a Secretaria Executiva. Eu acho que o
499 conselho é que não está entendendo o que a SEDESE está falando, mas eu vou
500 falar o que já foi falado aqui em várias reuniões. Tem uma proposta da SEDESE,
501 tinha até julho, de a SEDESE estar fazendo um espaço do conselho em um outro
502 prédio que é o Edifício Mirafiori. Essa proposta depende ainda de reforma. Isso não
503 aconteceu. Isso é por questões operacionais da SEDESE, não é da SUBAS. E eu
504 quero frisar isso, porque a SEDESE é a Secretaria de Estado que gere os espaços.
505 A SUBAS é uma das subsecretarias que têm dentro da SEDESE. Esse prédio aqui
506 não é da SEDESE. A SEDESE paga aluguel. Já existe uma decisão do governo de
507 economia financeira com despesa predial de manutenção de imóveis. Eu já falei
508 isso aqui em várias reuniões também. E por esse motivo, esse prédio, que não é da
509 SEDESE, ele vai ser devolvido para o IPSEMG. A proposta era que isso
510 acontecesse no meio do ano. Não aconteceu. O que a nossa área central, SPGF
511 disse, junto com a Subsecretaria de Direitos Humanos, é que a gente poderia ficar
512 aqui até dezembro e, a partir do ano que vem, isso vai ser discutido novamente. O
513 que eu posso dizer hoje, dentro da minha competência, nós poderemos ficar
514 usando esse espaço até dezembro. A gente não tem previsão de um espaço novo,
515 maior, uma nova locação da Secretaria Executiva. Eu entendi que este é o pleito,
516 mas eu não tenho como responder isso hoje. E o que já me disseram é que isso
517 ainda vai ser pensado para o ano que vem. O que eu posso fazer, e eu acho que é

518 o que a gente tem que fazer, é levar o encaminhamento para a minha secretária
519 para a área, meio da SEDESE. Eu já entendi o pleito. Estou só repetindo também o
520 que já foi falado do ponto de vista da SEDESE, que está relacionado à questão de
521 manutenção dos imóveis do estado. Isso não é apenas da SEDESE, é da SEPLAG.
522 Hoje, o estado tem poucos imóveis alugados. Ele está trabalhando com imóveis
523 próprios e isso gera uma economia financeira para o estado muito grande. Paralelo
524 a isso, a gente tem a questão do teletrabalho, que o estado adotou para os seus
525 servidores públicos. Isso gera economia. Isso reduz os espaços físicos do que o
526 estado mantém hoje de funcionamento. O que eu estou trazendo aqui é uma
527 questão que é uma diretriz desse governo, de economia, de organização das
528 contas públicas e que passa pela questão de redução de despesas com
529 manutenção predial, alugueis, enfim. Eu acho que isso é uma questão muito além
530 da Subsecretaria de Assistência Social. Mas eu entendi o encaminhamento e vou
531 levar ele para a nossa área central. **IARA, CSJB:** Que bom. E na sua fala eu
532 compreendi que você entendeu. E vejo também que nós, enquanto sociedade civil,
533 compreendemos o que você traz. Mas a minha postura aqui é fazer com que esse
534 CEAS entenda que o importante é que essa estrutura da Secretaria Executiva seja
535 em um local central, que hoje o prédio que estamos vendo que tem essa
536 possibilidade é esse que estamos aqui. E quero fortalecer o seu argumento quando
537 você for levar, Mariana, porque eu vejo que a sua fala deixa claro para a gente que
538 você vai assumir essa luta conosco. Belo Horizonte também passou por isso. A
539 gente sabe que tinha vários prédios alugados. Que os valores eram muito altos e
540 que agora, inclusive, eles estão em um espaço que é na 1212, na Afonso Pena. E
541 quando aconteceu essa mudança, o Conselho Municipal de Assistência Social
542 estava previsto para poder ir para esse prédio. E nós, enquanto conselheiros, a
543 gente viu que não tinha possibilidade de a gestão e o Conselho Municipal de
544 Assistência Social está dentro desse mesmo espaço que a estrutura não
545 possibilitava isso da forma melhor, então não era possível. E o conselho junto com
546 a gestão, fizemos todo o trabalho necessário. A gente foi lá no prédio da 1212 para
547 poder ver toda a estrutura. Dialogamos sobre a questão da autonomia do Conselho
548 Municipal de Assistência Social e hoje vocês podem ir no que a gente chama
549 carinhosamente de Casa Amarela, aqui em Belo Horizonte, é a casa dos conselhos
550 que está estruturada para o funcionamento adequado da Secretaria Executiva. E
551 que um dos argumentos era que esse prédio novo, a estrutura dele era melhor e
552 que teria equipamentos. Então conseguiu melhorar a estrutura lá do conselho.
553 Passou por reforma a estrutura. Tem hoje equipamentos melhores para que a
554 Secretaria Executiva trabalhe, inclusive a sala de plenária é muito parecida com a

555 sala de plenária do Conselho Nacional de Assistência Social. Houve isso também
556 em Belo Horizonte. Nós conseguimos manter e fazer entender da estrutura que a
557 gente precisava naquele momento. Que isso fortaleça os seus argumentos. Está
558 certo? Agradecida pela oportunidade e espero ter representado a sociedade civil no
559 que foi solicitado. **ARLETE, GRAAL:** Parte do que eu ia me pronunciar, a Lara já
560 falou. Mas eu só quero dizer o seguinte, que a gente entende, sim, quando a
561 Presidenta coloca. Eu não sei se esse conselho entendeu. Eu, em nome desse
562 conselho, vou me atrever a dizer que nós entendemos, sim. Só que a gente faz
563 essa demanda exatamente para que o conselho consiga ter um fluxo direto com a
564 população que dele precisa. Ao ter essa sala funcionando na Cidade Administrativa,
565 por exemplo, isso já é um impedimento para o acesso, haja vista que quando temos
566 as reuniões lá, tem que criar toda uma logística para que nós possamos chegar
567 aqui e daqui ter acesso lá. Isso é fato. A outra questão aqui que eu trago também é
568 do teletrabalho. Tudo bem. Se é uma definição do governo do estado que isso
569 aconteça, não vejo problema. Isso é uma questão, no meu ponto de vista, no meu
570 entendimento, até trabalhista. Porque isso vai gerar ônus para quem leva o serviço
571 para casa. Eu acredito nisso, mas essa não é uma discussão nossa. Eu acho que
572 isso passa pelo campo da legislação trabalhista, é aumento de conta de internet, é
573 consumo de energia, etc., é uma cadeira adequada para que possa ficar sentado. É
574 um espaço reservado para que possa ser realizado esse trabalho. E infelizmente a
575 gente não pode adentrar nessa pauta porque ela não nos compete. O que nos
576 compete é dizer que a gente entende que esse é mais um cargo colocado para o
577 trabalhador e a trabalhadora. No entanto, da mesma forma que a gente entende
578 que tem uma justificativa do governo na pessoa da nossa presidenta, nós vamos
579 continuar insistindo de cumprir com o nosso papel de conselheiros e conselheiras,
580 que é ouvir e estar próximo das pessoas que precisam da assistência social.
581 **PRESIDENTE:** Só registrar. Está compreendida a demanda. Quanto à questão do
582 teletrabalho, ele é opcional. O servidor não é obrigado. Ele tem uma
583 regulamentação específica e isso varia muito dentro das equipes, dos setores. Só
584 para registrar essa questão. Ela está sendo muito trabalhada e muito amadurecida
585 no âmbito do estado e de todos os órgãos públicos que eu conheço hoje, a gente
586 tem vários que têm trabalhado isso. Mas é um processo de amadurecimento, eu
587 acho também. Podemos passar para a pauta? Agora seria a prestação de contas
588 do 2º trimestre. Eu vou passar primeiro para a comissão de orçamento que pediu
589 para fazer ontem a reunião após para trazer os encaminhamentos. **SIRLENE -**
590 **CEAS:** Só um minutinho. Mariana, Juanita, eu queria falar só um pouquinho da
591 questão das diárias. Nós entregamos esse papelzinho para todo mundo. E só

592 reforçar o que não é permitido, que o setor financeiro passou para a gente. Queria
593 que vocês prestassem bastante atenção nessa questão. Não é aceito compra de
594 passagem pelo Buser; compra de passagem rodoviária classe leito; valores de taxa
595 de espera, gorjeta de outros valores que incluem no Uber também não são aceitos
596 e horário dos aplicativos têm que estar próximos aos horários das reuniões. Eu só
597 queria reforçar essas informações. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Antes de
598 apresentar para vocês a súmula da reunião de ontem da reunião conjunta, eu
599 gostaria de primeiro agradecer, em nome da comissão, à Secretaria Executiva, no
600 nome da Secretária Sirlene, que nos auxiliou no início, da ausência da Jeane, que
601 estava em licença maternidade, pelo apoio. Agradecer e dar boas-vindas à Jeane
602 que chegou e que os membros não a conheciam. E que prontamente atendeu as
603 demandas da comissão. Agradecer a equipe do FEAS, da SUBAS, que está
604 trabalhando conosco na perspectiva de aprimorar a prestação de contas para esse
605 colegiado, na busca de trazer facilidade das informações que são repassadas,
606 considerando a complexidade das questões orçamentárias e financeiras. Justificar
607 aos membros da comissão que nós não encaminhamos a súmula porque ela foi
608 concluída aqui na parte da manhã hoje. A Jeane me mandou e eu fiz umas
609 contribuições, mas a gente concluiu só hoje aqui às 8h da manhã. Por isso que não
610 foi para vocês por e-mail. E eu vou solicitar a parceria dos demais membros, como
611 não foi encaminhado para vocês, se tiver alguma questão, vocês fiquem à vontade
612 para apresentar. A nossa ideia é trazer aqui ação por ação. A gente vai fazer uma
613 sugestão nova de recomendação de que seja aprovada cada ação, porque cada
614 ação vai ter uma recomendação específica. E a ideia é que essa recomendação
615 entre na resolução que vai dispor sobre a prestação de contas. Só para dar uma
616 contextualizada aqui, nós vamos fazer a análise das peças que compõem a
617 prestação de contas da assistência social referente ao 2º trimestre, que foi
618 encaminhada pela Subsecretaria de Assistência Social – SUBAS, com o objetivo de
619 a gente apresentar as ações que foram executadas com os recursos públicos e os
620 documentos comprobatórios que foram encaminhados para esse conselho. Como a
621 gente sabe, esse conselho tem a responsabilidade de aprovar as contas da
622 assistência social. Isso está no art. 70, da Constituição Federal. Isso está no art. 74
623 da Constituição do Estado. Isso está no art. 30C da LOAS. Isso está no inciso X,
624 não me recordo, da Lei do CEAS, que fala dessa obrigação. Primeiro, da prestação
625 de contas de recurso público e, segundo, do recurso público da assistência social.
626 Os documentos analisados foram: relatório trimestral, que foi encaminhado para cá.
627 Ele contém 30 abas. É uma planilha em Excel que todos vocês recebem. Essa
628 planilha em Excel tem 30 abas. E também ofício da SEDESE no SEI, são 2 ofícios

629 que trazem as informações de glossário e outras informações que a SEDESE traz.
630 A análise que a gente vai apresentar aqui foi extraída desses documentos e a gente
631 acha importante isso estar registrado na súmula, porque é o documento que fica, e
632 estar registrado nas atas desse conselho. Só para dar uma lembrança para vocês,
633 foi apresentado aqui, a ideia, nós construímos um quadro com todas as ações e
634 quais os resultados e os impactos dessas ações. Ação 1059 - Aproximação SUAS.
635 Foi feita uma execução física de 192%, atendeu 73 municípios. Uma execução
636 financeira no trimestre de 66%. Utiliza a Fonte, todas as fontes desse programa são
637 do estado, 71 e 10. Os resultados dessa ação são 6 oficinas, sendo 3 virtuais e 3
638 presenciais. E foi feita a transferência de recursos para 26 municípios. Não foram
639 apresentados os impactos sociais desse programa. E as nossas recomendações
640 partem daí. Ação 1049 – Ações Assistenciais para a COVID-19 para População em
641 Situação de Vulnerabilidade. É uma janela orçamentária. Não teve execução. Não
642 teve captação de recurso. Não teve execução física e nem financeira. A previsão
643 desse orçamento era só da fonte do recurso do estado, do FEM, 71. Não foi
644 apresentado na prestação de contas resultados e nem impactos sociais. Ação 1066
645 – Transferência de Renda para Famílias em Situação de Vulnerabilidade. A meta
646 executada foi 15.150%. Foi transferido recurso, essa ação vocês lembram que nós,
647 esse CEAS autorizou à SEDESE a mudança de meta, finalidade desse recurso. Ele
648 era uma janela orçamentária. A SEDESE captou recurso por meio de emenda
649 parlamentar. Beneficiou mais 15 municípios no trimestre, considerando o universo
650 de 231 municípios que receberam esses recursos. Foram municípios específicos
651 que declararam situação de emergência em situação das chuvas. E eram para as
652 famílias cadastradas no sistema da Defesa Civil e não era mais com o foco no
653 CadÚnico, que foi aquela discussão de ontem. São tantas informações. Desculpa
654 aqui. Nessa ação não foi feita captação de recursos por meio de emenda. São
655 recursos oriundos do FEM, da Fonte 71. Já está lá e eu passei batido. E recurso da
656 loteria, Fonte 60. Obrigada, Secretária. Ação 4129 – Capacitação, Apoio Técnico e
657 Gestão do SUAS. Foi feito um atendimento de 50% da meta estabelecida no PPAG
658 e no PEAS. Foi gasto um percentual de 6% de recurso financeiro da Fonte 56. E foi
659 atendido 794 municípios em um universo de pessoas capacitadas. Também não
660 foram informados os impactos sociais. Ação 4130 – Regionalização. Foram
661 atendidos 32 municípios, ou seja, 91% da meta prevista. Repassado recursos de
662 34%. Recursos oriundos da Fonte 56, do governo federal. E da Fonte 71, do FEM.
663 Essa ação se refere aos CREAS que eram regionais e agora são regionais e
664 municipais. E as principais ações que foram apresentadas aqui foram: apoio técnico
665 por meio de orientação, e-mail, videoconferências; organização de capacitação

666 virtual sobre medida socioeducativa; foi feito um lançamento de caderno de
667 orientações técnicas; e reuniões de câmaras técnicas com relação aos CREAS
668 regionais. Também não foram informados os impactos sociais. **GABRIELE,**
669 **SEDESE:** Só uma pequena correção. 97% a execução porque a meta é 33, foi
670 executado 32. É só um errinho material aí. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:**
671 Obrigada, Gabriele. Isso é feito na rapidez. Ação 4131, eu peço à Jeane que vá
672 fazendo as alterações que os colaboradores estão apresentando. Da proteção
673 social especial de alta complexidade, é o acolhimento de pessoas com deficiência
674 por meio de parcerias. Foi atendido 100% das parcerias. Repassado recurso
675 previsto no planejamento. Essa ação é financiada com recursos da Fonte 71, do
676 FEM. E também não foram apresentados os impactos sociais dessa ação. Ação
677 4132 – Piso Mineiro de Assistência Social. Foi atendido 100% dos municípios, 853.
678 Repassados 19% do orçamento, que era o previsto no Plano de Aplicação
679 Financeiro. Quem financia esse recurso é o FEM. E foram pagas as parcelas do
680 piso. Aí a gente traz um impacto social que não foi apresentado, mas a gente
681 entende que é um impacto que foi o reajuste da parcela e a nova rodada da base
682 de dados que foi feita em maio. Isso impacta diretamente lá na sociedade, apesar
683 de não ter trazido, mas a gente entende que é um impacto social importante de ser
684 registrado. Ação 4133 – Apoio do Controle Social CEAS e CIB. Meta física
685 executada foi de 6 reuniões, 18%. O recurso executado foi de 44%. Foi executado
686 conforme planejado no Plano Estadual, no Plano de Aplicação Financeira. Fonte de
687 recurso federal. Foram realizadas as reuniões da CIB e do CEAS. Também não foi
688 trazido o impacto. Ação 4534 – Piso Variável. É uma janela orçamentária de
689 R\$ 1.000,00. Não teve captação de recurso. Não foi executado. A fonte é do FEM,
690 recurso da Fonte 71. Não foi avaliado e nem trazido o impacto. Ação 4535 – Rede
691 Cuidar. Execução foi de 23%. 28 unidades que foram financiadas. Percentual de
692 recursos transferidos foi 54%. Recurso da Fonte 71, FEM. Ações realizadas foram:
693 apoio técnico às unidades que têm parcerias vigentes; contato com gestões
694 municipais para celebração de novas parcerias de família acolhedora; e elaboração
695 de relatórios técnicos de monitoramento e avaliação. Os impactos sociais não foram
696 relatados também no relatório. Nós temos duas ações, 2081 e 4226, que são
697 aquelas ações que não estão na unidade orçamentária FEAS. Estão na unidade
698 orçamentária SEDESE, mas são recursos da assistência que estamos trazendo
699 aqui para solicitar à SEDESE a apresentação de informações referentes à
700 execução. O quadro geral, de forma bastante sintética, que traz essas informações
701 para esse pleno deliberar. A gente colocou também, na pessoa da coordenadora,
702 alguns considerandos que precisam ficar registrados, principalmente pela

703 importância da responsabilidade desse conselho. De acordo com as informações
704 apresentadas pela gestão e analisadas pela comissão, e considerando que o CEAS
705 acompanhou a execução do orçamento por meio de relatórios fornecidos pela
706 gestão e das publicações e alterações orçamentárias e da própria LOA, a gente
707 acompanha isso. O CEAS acompanhou os relatórios de execução orçamentária e
708 financeira por meio da apresentação do relatório trimestral de atividades pela
709 gestão. Um modelo que foi preestabelecido e acordado pelo CEAS que facilita a
710 compreensão e na periodicidade estabelecida na lei, na lei que cria o conselho, que
711 o estado cofinanciou as ações por meio de orçamento próprio alocado para
712 execução da política estadual nas Fontes 71, 10 e 60. A impossibilidade da análise
713 da execução dos orçamentos observando as finalidades no âmbito do SUAS, tendo
714 em vista a não utilização de documento contábil e fiscal, como pagamentos,
715 empenhos, notas fiscais, recibos e outros, processos licitatórios, comprovantes e
716 etc. Considerando a impossibilidade de analisar se as ações foram ofertadas à
717 população de forma regular sem descontinuidade visto a não existência de rotina de
718 visita dos conselheiros aos equipamentos onde são realizados os atendimentos aos
719 usuários e do não acesso à documentação comprobatória dos gastos devido a não
720 solicitação do CEAS ao gestor, verifica-se e recomenda-se. Os membros da
721 comissão podem fazer alguma contribuição, mas eu acho que é importante ficar na
722 súmula porque isso é que fica registrado de como o conselho concebeu aprovação
723 ou não da prestação de contas. **GABRIELE, SEDESE:** Agradecer a coordenadora e
724 a Jeane. A gente não teve acesso a essa súmula, mas principalmente o quadro
725 ficou bem direto para o entendimento dos conselheiros. A minha dúvida com
726 relação a esses últimos pontos é o item 4 e o item 6, para mim, é nesse sentido.
727 Porque o não acesso à documentação comprobatória é pelo não... **MARIA**
728 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Pela não solicitação. Isso. **GABRIELE, SEDESE:** Se a
729 gente deixar que a impossibilidade de análise observando a finalidade tendo em
730 vista a não utilização do documento contábil e fiscal, pode parecer que a SEDESE
731 se negou a dar acesso às essas informações, o que não é o caso. Acho que pode
732 juntar o item 4 com o item 6. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É pela não
733 solicitação do CEAS ao acesso a esses documentos. **GABRIELE, SEDESE:** Isso. E
734 a minha sugestão seria unir o item 4 com o item 6 porque vai ficar bem claro o
735 motivo da não análise. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Você faz isso para a
736 gente, Jeane, por gentileza? Do usuário, e do não acesso às documentações lá no
737 item 4 e acaba o item 5. Nós saímos daqui ontem 5h30. A Jeane mora muito longe,
738 então isso foi feito em duas mãos. Diante disso, verifica-se e recomenda-se. A
739 gente vai ação por ação e a gente vai só na recomendação agora. E eu acho que

740 seria interessante esse pleno deliberar ação por ação, ou, se vocês quiserem, a
741 gente delibera tudo de uma vez. Fica no que vocês acharem melhor. Vamos tentar
742 ir tudo de uma vez. Se tiver alguma questão, vocês pedem que a gente responde
743 ou troca. Ação 1059 – Aproximação SUAS, todas essas informações já foram
744 faladas. As alterações na LOAS está ok. Estava no Plano de Aplicação Financeira e
745 está no Plano Estadual de Assistência Social. Não tem nenhum impedimento para
746 esse conselho não aprovar essa prestação de contas. A recomendação é que para
747 aprovação. E a gente recomenda a esse pleno a solicitar à SEDESE que realize
748 uma avaliação por amostragem para mensurar os resultados com o objetivo de
749 avaliar de fato o objetivo e efeito. Foi aquela discussão que tivemos ontem. Isso foi
750 uma sugestão da Iara. Essa é a recomendação, considerando que não tem nenhum
751 impedimento para aprovar a ação. A comissão indica a esse pleno que recomende
752 à SEDESE essa avaliação. Ação 1049 – Ações Assistenciais para População em
753 Situação de Vulnerabilidade Social no Enfrentamento à Pandemia da Covid-19.
754 Nossa recomendação também na LOA está ok. Foram feitas as suplementações
755 necessárias. No Plano de Aplicação Financeira o planejamento foi alterado e foi
756 realizado à luz da alteração. No PEAS, de acordo com a alteração realizada em
757 agosto, ação está ok. A recomendação da Comissão para esse pleno é de
758 aprovação. A comissão indica que a SEDESE realize uma avaliação, que a
759 SEDESE crie um programa de transferência de renda para famílias em situação de
760 vulnerabilidade no estado. E só registrar aqui que isso já foi solicitado na reunião
761 plenária do mês passado, na revisão do PPAG. É só para trazer que isso já foi
762 tratado por esse colegiado na reunião passada. A próxima Ação 1066 – Auxílio
763 Emergencial Temporário para Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família em
764 Decorrência da Propagação do Coronavírus. LOAS, Plano de Aplicação Financeira
765 e no PEAS, a ação foi planejada e executada à luz do planejamento. A
766 recomendação da comissão é para aprovação. E a gente recomenda solicitar à
767 SEDESE um relatório de monitoramento dessas ações dos resultados que também
768 foi ponto de pauta na reunião conjunta. A próxima Ação – 4129 – Capacitação,
769 Apoio Técnico e Gestão do SUAS. Na LOA, as alterações foram realizadas. No
770 Plano de Aplicação Financeira e no Plano Estadual de Assistência Social o
771 planejamento foi executado. A recomendação da comissão é de aprovação. E a
772 gente recomenda a esse plenário que a SEDESE faça um relatório das avaliações
773 das capacitações por temática, categoria e por regional. Até porque, no documento
774 de prestação de contas, a SEDESE apresentou dois desafios. A ideia é saber, por
775 meio das avaliações dos profissionais que fazem a capacitação, se tem algum
776 indício da saída dessas pessoas da capacitação. A evasão. Que a SEDESE elabore

777 os cursos de capacitação à luz do Capacita SUAS. Quem já fez a capacitação
778 entende que a metodologia e a dinâmica, elas são muito interessantes e que esse
779 conselho recomende ao CNAS esforços junto ao Ministério da Cidadania para o
780 retorno do Capacita SUAS. **GRAZIELE, CRP:** Em reunião plenária do FET, ontem,
781 a companheira Sandra apresentou as informações do Conselho Nacional. Hoje eles
782 estão reunidos em plenária. A gente sabe que teve 95% de corte no orçamento
783 nacional. Hoje eles estão lá tentando se organizar para poder discutir esse
784 orçamento. Mas ela já trouxe alguns ganhos em relação à capacitação. Se eu não
785 estiver muito equivocada, o Philipe está por aqui? Se ele puder me ajudar. Porque a
786 gente faz as reuniões do jeito que a gente consegue. A Sandra no banheiro
787 tentando não atrapalhar a colega de quarto dela. E ela trouxe uma informação de
788 que o conselho nacional estava organizando um aplicativo para avaliação dessas
789 capacitações on-line para os trabalhadores responderem. Eles estão em
790 organização desse aplicativo para facilitar essa avaliação dessas capacitações. Em
791 relação ao Capacita SUAS, eles vão retomar o Capacita SUAS, que é o governo
792 federal. Eles vão pleitear. Eles deliberaram o retorno do Capacita SUAS, mas com
793 95% de corte, como que isso é possível? Mas estão lá hoje tentando recompor o
794 orçamento e também já deliberaram pelo retorno do Capacita SUAS. Reforça o
795 pleito do CEAS para que a SEDESE envie esforços para que isso realmente
796 aconteça. **PRESIDENTE:** Só acrescentar um complemento. Acho que é importante
797 esse CEAS saber e eu não sei se a Gabi vai lembrar dos dados, mas têm alguns
798 estados que não executaram. E isso é um dificultador dos nossos argumentos lá
799 junto ao ministério. Porque Minas Gerais, eu acho que foi um dos poucos, que
800 executou 100% do recurso, da programação, dos cursos. Tem estado que não fez
801 nada e isso também prejudica muito o nosso argumento junto ao ministério. O
802 ministério, quando a gente vai conversar sobre corte de recurso, ele: “Os estados,
803 os municípios, vocês nem estão precisando de dinheiro na assistência porque está
804 cheio de saldo em conta. Vocês não estão executando.” Está bem difícil diálogo
805 também. **GRAZIELE, CRP:** A discussão passou por esse campo mesmo, Mariana,
806 que é uma das dificuldades. O CNAS vai tentar trazer essa discussão com os
807 estados que, realmente, tem estado que não executou nada do recurso do Capacita
808 SUAS. E ela trouxe essas informações e inclusive falou que ia compartilhar conosco
809 essas informações de quanto o estado executou. Não sei se por equívoco, ela fala
810 que Minas executou 78 ou 98, mas ela coloca que foi muito bem. Minas é muito
811 bem avaliado, muito bem cotado em relação ao Capacita SUAS. Mas que tem
812 estado que não executou absolutamente nada e que o CNAS vai trabalhar
813 fortemente para que isso seja resolvido e que possa retornar o Capacita SUAS.

814 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Agradeço as contribuições. A Grazielle levou
815 essa informação dessa dificuldade realmente que o Ministério da Cidadania coloca,
816 considerando a não execução do Capacita SUAS no âmbito dos outros estados.
817 Próxima Ação – 4130 – Regionalização da Proteção Social Especial. De acordo
818 com os instrumentos de planejamento LOA, Plano de Aplicação Financeira e Plano
819 Estadual de Assistência Social, o planejado foi executado. A recomendação da
820 comissão é de aprovação e também recomenda a esse colegiado que a SEDESE
821 apresente um relatório de monitoramento dos CREAS regionais. A Gabriela trouxe
822 que isso vai ser apresentado pelo GT do CREAS que foi instituído, mas a gente
823 achou importante isso ficar registrado no documento de prestação de contas,
824 considerando que esse conselho não vai *in loco* nos equipamentos ver o
825 funcionamento e atendimento do usuário que é uma função desse colegiado.
826 **GRAZIELE, CRP:** A gente também discutiu sobre a possibilidade de o GT
827 apresentar um relatório situacional e um calendário de atuação dos CREAS
828 regionais, pelo menos eu fiz essa anotação. **GABRIELE, SEDESE:** É muito nesse
829 sentido. A discussão passa pelo nosso papel de conselheiros de fiscalizar esses
830 equipamentos. E o que eu trouxe de informe, porque isso vai estar na parte da tarde,
831 o GT de avaliação dos CREAS tem visitas técnicas previstas aos equipamentos
832 regionais no próximo mês, justamente para fazer, com o relatório ali de
833 monitoramento, para fazer essa avaliação *in loco*. Inclusive a gente está prevendo
834 que eles vão se deslocar para alguns dos municípios abrangidos pelo CREAS até
835 para ver se essa realidade também de deslocamento. Eu não sei se é a SEDESE
836 que vai apresentar ou se a gente pode condensar essa apresentação com o
837 relatório final do GT CREAS, mas o relatório em si é muito importante mesmo para
838 o nosso trabalho de controle social. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Obrigada
839 aos membros da comissão. Como eu disse, isso foi feito em várias mãos. Só
840 reforçando que a Conselheira Gabriela trouxe, como sabemos, quando a gente vai
841 avaliar a prestação de contas e quando um serviço é executado diretamente pelo
842 órgão gestor, esses conselheiros precisam informar se os serviços são continuados,
843 se não houve. É uma das nossas funções fazer a fiscalização desses serviços que
844 são executados diretamente pela SEDESE. Ação – 4131 – Proteção Social Especial
845 de Alta Complexidade. Também está de acordo nos instrumentos de planejamento
846 LOA, Plano de Aplicação Financeira e Plano Estadual de Assistência. O que foi
847 planejado foi executado. A recomendação é de aprovação. E recomenda a esse
848 colegiado que o CEAS e a SEDESE realizem um encontro com as entidades que
849 executam o Programa Casa Lar, para avaliar a execução do programa. Isso é uma
850 situação que esse conselho nunca realizou. É um programa executado desde 1996.

851 E esses conselhos, eu acho que nenhum de nós, como conselheiro, conhece esses
852 programas. Conhece esse serviço executado lá na ponta. Esse trabalho é feito
853 somente pelo órgão gestor e a gente precisa, na nossa avaliação, conversar com
854 essas entidades para que elas, junto com a SEDESE, apresentem para esse
855 colegiado a avaliação do programa para esse colegiado avaliar se a gente pode
856 fazer uma avaliação por amostragem, *in loco* para verificar se aquelas informações
857 são comprobatórias. Essa é a nossa recomendação. Ação 4132 – Piso Mineiro de
858 Assistência Social. Está de acordo com a LOA, com o Plano de Aplicação
859 Financeira e com o Plano Estadual de Assistência Social. Recomendação de
860 aprovação e não há nenhuma recomendação nessa ação. Ação 4133 – Apoio ao
861 Controle Social e Gestão Descentralizada do SUAS. De acordo com a LOA, Plano
862 de Aplicação Financeira e PEAS, o planejado foi executado. A recomendação é de
863 aprovação, mas a comissão recomenda a esse colegiado que a Comissão de Apoio
864 apresente um planejamento dos encontros com as URCMAS e fóruns. Também foi
865 informado para a gente que está sendo elaborado por um GT, mas a gente entende
866 que é importante a Comissão de Orçamento se atentar e registrar sobre isso. Ação
867 4534 – Piso Mineiro Variável de Assistência Social. Apesar de estar tudo correto
868 entre os instrumentos de planejamento, lei orçamentária, Plano de Aplicação
869 Financeira e Plano Estadual de Assistência. Mas o que a gente tem é uma janela
870 orçamentária. Não foi feito planejamento e nem foi executado por ser janela
871 orçamentária. A comissão trouxe em pauta se aprovava ou se reprovava essa ação,
872 entretanto, na discussão a gente avaliou que não podíamos reprovar até porque
873 esse colegiado não fez nada até hoje para que isso fosse mudado. A nossa
874 recomendação, para iniciar esse processo, é recomendar à SEDESE que apresente
875 um relatório atualizado da situação do passivo com a relação de municípios, ano e
876 valor. E a gente entende que esse pleno precisa se debruçar sobre essa situação. A
877 gente sugere o prazo até a próxima plenária. Isso também foi discutido aqui. Isso foi
878 uma questão que o Conselheiro Ludson trouxe. E a outra recomendação é que a
879 SEDESE apresente uma avaliação da situação desses serviços da rede histórica e
880 desses municípios. Se esses serviços foram incluídos nos outros serviços que o
881 município já tem, para que esse público não fique desprovido de proteção, para
882 subsidiar o CEAS na tomada de decisão com relação a esse programa. Para a
883 gente aqui não manter esse programa no PPAG ou na LOA sempre como uma
884 janela ou fazer outra proposta e ser uma ação que a gente vai pegar como
885 prioridade para fazer uma ação política para conseguir reavivar essa ação. A gente
886 entende que com esses dois relatórios é o pontapé inicial para esse CEAS,
887 inclusive instituir um grupo de trabalho, para apresentar uma proposta para esse

888 colegiado de qual é o indicativo para essa ação. A gente entende que não pode
889 tomar uma decisão no escuro sem dado, sem informações, com o intuito de não
890 prejudicar o usuário. Ação 4535 – Rede Cuidar, Aprimoramento da Rede
891 Socioassistencial do SUAS. Também está de acordo nos instrumentos de
892 planejamento LOA, Plano de Aplicação Financeira e Plano Estadual de Assistência
893 Social. A recomendação é para aprovação com a indicação para esse pleno de que
894 a SEDESE apresente um relatório de execução do programa com o histórico das
895 modalidades e ano, para uma análise e melhor entendimento desse colegiado.
896 Vocês lembram que todas essas recomendações que estão sendo apresentadas
897 aqui são frutos das discussões de ontem da comissão. E que o CEAS e a SEDESE
898 realizem um encontro com as entidades que foram beneficiadas pela Rede Cuidar,
899 para fazer avaliação do programa, considerando que é um programa que é
900 aprovado também e a gente não tem os impactos que esse programa faz lá naquela
901 sociedade. E também se esse programa é importante para o SUAS local, lá. Essa é
902 a ideia. As duas outras ações são ações que não estão no FEAS, 2081 e 4226, mas
903 tratam de recursos da assistência social. Na LOA existe, mas dentro do orçamento
904 da SEDESE. Dentro da LOA uma ação chama-se Ação de Apoio à Gestão e Apoio
905 às Organizações da Sociedade Civil. E a outra ação é de Organização da
906 Sociedade Civil. Essas duas ações, como já falado aqui ontem, elas estão no
907 orçamento da SEDESE. E a recomendação é que a SEDESE apresente
908 informações sobre a execução das ações na prestação de contas trimestrais. A
909 gente solicita à SEDESE, primeiro a gente já solicitou para o ano que vem que
910 essas ações sejam incluídas no orçamento da SEDESE. Isso a gente já fez. Essa
911 recomendação nova, agora, é que a SEDESE inclua essas informações de
912 execução desse recurso na prestação de contas, em um anexo separado porque
913 elas não fazem parte do FEAS, mas dizem respeito às informações da assistência
914 social. A SEDESE, ontem, apresentou um quadro aqui de execução desse recurso
915 com relação a recursos humanos. Mas como a gente precisa oficializar isso, a ideia
916 é que seja apresentado no próprio instrumento de prestação de contas. Na verdade,
917 isso passa pela apresentação de contas total. A indicação da comissão é para
918 aprovação com essas recomendações que estão sendo trazidas a esse pleno.
919 Mudamos para outro tema ou já aprovamos esse aqui? Ou já vamos nos outros
920 também? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não. Não deu tempo. Nós terminamos
921 aqui às 9h30 da manhã. **PRESIDENTE:** A minha questão é só delibera e depois
922 apresenta a resolução na parte da tarde. É isso. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
923 Eu não sei. **SIRLENE - CEAS:** Todas as recomendações vão entrar na resolução?
924 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Se esse plenário deliberar. **SIRLENE - CEAS:**

925 Mas já incluiu as recomendações também? Tem a minuta da resolução. **MARIA**
926 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Tem que esperar incluir as recomendações, mas é o
927 pleno deliberar sobre isso. **PRESIDENTE:** Primeira pergunta: Plenária está
928 esclarecida sobre tudo que foi apresentado pela Conselheira Juanita, Coordenadora
929 da Comissão de Orçamento, sobre a análise da prestação de contas do 2º trimestre
930 apresentada em reunião conjunta de comissões de ontem? Sirlene, você falou que
931 a minuta ainda tem que ser feita. O que estou pensando é deliberar, eu estou
932 tirando só para a ata não ficar bagunçada. Estou pensando em deliberar e a minuta
933 vir depois? É isso? **SIRLENE - CEAS:** Pode ser? **MARIA JUANITA,**
934 **FEAPAES/MG:** Se a plenária concordar. **PRESIDENTE:** Mas é porque a
935 deliberação tem que ser com a resolução. Tem que fazer a leitura. **MARIA**
936 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Delibera e traz a resolução. **SIRLENE - CEAS:** Acho
937 que pode ler a resolução do jeito que ela está, só o artigo 1º o que é que está
938 falando. E a gente coloca o recomenda-se. O recomenda-se é igual ao que está na
939 súmula. Certo? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Se esse pleno deliberar.
940 **SIRLENE - CEAS:** Se esse pleno deliberar. Se for isso a gente pode ler a minuta
941 depois. **PRESIDENTE:** Eu vou pedir à Secretaria Executiva para ler a minuta da
942 resolução. A gente vai fazer a deliberação. A sugestão da Comissão de Orçamento
943 é para aprovação do relatório trimestral de execução físico-financeira do FEAS,
944 referente ao 2º trimestre de 2022. E atualização do Plano de Aplicação de 2022
945 com a inserção das recomendações que a Comissão de Orçamento acabou de
946 apresentar. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Questão de ordem. Eu entendo que
947 a plenária tem que aprovar, primeiro, a súmula de reunião ou não, para depois
948 aprovar a resolução? Não é isso? **PRESIDENTE:** Sim. É isso que estou trazendo.
949 Estamos trazendo para deliberação o encaminhamento da Comissão de Orçamento,
950 que é pela aprovação com as recomendações apresentadas. Pergunto: a plenária
951 está esclarecida para colocar isso em votação? Eu vou abrir a planilha de votação e
952 depois a Secretaria Executiva faz a leitura da minuta de resolução proposta. E fará
953 a inclusão das recomendações da Comissão de Orçamento na minuta de resolução.
954 Posso abrir a chamada? Conselheira Mariana. **PRESIDENTE:** Pela aprovação.
955 **PRESIDENTE:** Soraia, que está em condição de titularidade. **SORAYA, SEDESE:**
956 Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Lígia? **LÍGIA:** Pela aprovação.
957 **PRESIDENTE:** Conselheira Érica? **ÉRICA, CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Pela
958 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Magna? **MAGDA, COGEMAS:** Pela
959 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro João Vitor? **JOÃO VITOR:** Pela aprovação.
960 **PRESIDENTE:** Conselheiro Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação.
961 **PRESIDENTE:** Conselheira Cleusa? **CLEUSA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:**

962 Conselheira Arlete? **ARLETE, GRAAL:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:**
963 Conselheira Gabriela? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela aprovação.
964 **PRESIDENTE:** Conselheira Grazielle? **GRAZIELE, CRP:** Pela aprovação.
965 **PRESIDENTE:** Conselheiro Isac? **ISAC, ASQUIS:** Voto com a comissão pela
966 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Kariny? **KARINY, BEM-ESTAR DO**
967 **MENOR:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro Lucas? **LUCAS,**
968 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só um esclarecimento, Mariana.
969 Essa votação é da súmula? **PRESIDENTE:** Sim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
970 **DE CURVELO - SSVP:** A súmula poderia ser votação simples, mas pela aprovação.
971 **PRESIDENTE:** Sim, mas é porque a súmula trouxe pela aprovação com a inclusão
972 das recomendações. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Mas
973 só a resolução é voto nominal, a súmula não. **PRESIDENTE:** Eu entendi que eles
974 vão fazer redação das recomendações ainda e depois... **LUCAS, CONSELHO**
975 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pois é, mas tem que contar é a resolução, não a
976 súmula. **PRESIDENTE:** Conselheiro Ludson? **LUDSON, CRESS:** Pela aprovação.
977 **PRESIDENTE:** Conselheira Juanita? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Pela
978 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Marilene? **MARILENE, FETAEMG:** Pela
979 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Simone? **SIMONE, CMAS/BH:** Pela
980 aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiros. A proposta da Comissão de
981 Orçamento foi aprovada. Considerando que a minuta da resolução ainda está em
982 fase de elaboração, eu vou passar para a comissão dar sequência nos pontos.
983 Depois a Secretaria Executiva apresenta a resolução. **MARIA JUANITA,**
984 **FEAPAES/MG:** O segundo ponto de pauta, que não é ponto de pauta para
985 deliberação. Ontem foi feita a apresentação de contas aqui pela SEDESE, por meio
986 de um novo instrumental que foi construído pela comissão e apresentada à
987 SEDESE. A SEDESE trouxe as informações conforme a ideia da apresentação. O
988 objetivo era trazer todas as informações necessárias para possibilitar o conselheiro
989 na tomada de decisão da deliberação. Na discussão que nós fizemos, a gente
990 entendeu, os conselheiros ainda não se sentiram confortáveis para fazer a votação,
991 considerando que nem todas as informações foram trazidas. A comissão está
992 apresentando aqui uma nova indicação tentando ainda trazer todas as informações
993 para os conselheiros. Na próxima prestação de contas, a própria comissão
994 apresente aos conselheiros com uma avaliação crítica. A ideia é trazer maior
995 familiaridade e tirar dúvida de todos os conselheiros. A SEDESE, na próxima
996 reunião conjunta, estaria isenta de apresentar a prestação de contas e a própria
997 comissão faria esse trabalho. E dali já sai o indicativo de aprovação ou não, e a
998 gente customizaria mais a reunião. Não é isso, comissão? Essa é a informação, no

999 3º trimestre a gente vai tentar essa nova ideia para ver se dá mais tranquilidade
1000 para os conselheiros. A gente entende que todas as informações e dúvidas foram
1001 tiradas pela SEDESE parcialmente. Ainda restaram questões que não ficaram
1002 claras para os conselheiros. Essa é uma informação que a gente está trazendo. A
1003 outra pauta é uma questão que foi apontada pela Conselheira Baião. Considerando
1004 que no estado a gente tem um Fundo de Erradicação da Miséria, que existe uma lei
1005 que esse fundo é temporal, prazo para a sua existência. Considerando que no
1006 orçamento da assistência social a maior fonte financiadora das ações é o FEM, a
1007 gente vai solicitar à SEDESE que apresente para esse colegiado as receitas desse
1008 fundo e quem capta recursos dessa receita. A ideia é dar condições a esse
1009 colegiado de ver se tem alguma ação que a gente pode fazer política para garantir
1010 mais recurso ou fazer uma intervenção na Assembleia, para que esse fundo seja,
1011 invés de temporal, que ele seja permanente. E que se estabeleça nesse fundo
1012 algum percentual para a assistência social. Está certo, pessoal? Alguém quer
1013 contribuir? Foi essa questão, não foi? Solicitar à SEDESE uma apresentação das
1014 receitas e de captação desses recursos do FEM para esse pleno. A outra
1015 solicitação é que não deu tempo de discutir. Eu estou aqui apresentando à
1016 comissão. Peço licença à comissão para apresentar. É solicitar à SEDESE o
1017 retorno a esse colegiado de como é que ficou o PPAG. Que seja encaminhado
1018 formalmente para esse CEAS o PPAG que está sendo encaminhado para a
1019 Assembleia, porque a gente já teve a informação que os nossos pleitos não foram
1020 atendidos pela SEPLAG, mas que a SEDESE encaminhe formalmente para cá,
1021 para a gente se organizar em quais ações que esse colegiado vai fazer na
1022 Assembleia. Porque a gente não pode ser pego de surpresa. A comissão tem que
1023 se debruçar sobre isso e trazer para cá, para a próxima reunião, quais vão ser as
1024 prioridades que esse CEAS vai estabelecer lá na Assembleia. Eu peço licença à
1025 comissão para apresentar esse ponto de pauta, solicitar à SEDESE, formalmente, o
1026 encaminhamento da proposta da LOA para 2023. E a outra questão também, peço
1027 licença à comissão, não deu tempo de discutir. A gente tinha que entregar a sala. A
1028 gente entende que a gente precisa se manifestar com relação à proposta
1029 orçamentária do fundo nacional. Esse colegiado precisa se manifestar publicamente
1030 sobre a queda da receita do orçamento para o ano que vem, que coloca o SUAS
1031 completamente em risco. Nós tivemos uma queda de aproximadamente 95%. O
1032 orçamento que foi para a câmara, a primeira coisa que a gente tem que fazer, no
1033 meu entendimento e aqui eu estou propondo, encaminhar um ofício ao CNAS
1034 falando da nossa indignação e pedir que eles envidem esforços junto ao Ministério
1035 da Cidadania e à Câmara Federal para ampliar esse orçamento. E a gente faça

1036 uma nota de repúdio a esse orçamento do governo federal. Esse é o
1037 encaminhamento e eu peço licença aos membros do colegiado, e acabou.
1038 **GRAZIELE, CRP:** Nos informes apresentou a questão da capacitação que ia voltar
1039 para cá. Capacitação do orçamento a gente precisa discutir. **MARIA JUANITA,**
1040 **FEAPAES/MG:** Eu esqueci. Obrigada, Graziele. Na verdade, a capacitação
1041 realizada por meio de uma oficina mais prática, para chegar a essa análise crítica,
1042 nós tínhamos conversado. Foi uma solicitação apresentada por membros da
1043 sociedade civil da Comissão de Orçamento, por essa dificuldade de conseguir
1044 analisar o orçamento e conseguir se manifestar. A gente sugeriu. A gente fez lá,
1045 pegou uma ação dentro da comissão e fizemos essa análise rápida. E a ideia é de
1046 que essa oficina seria repassada para todos os conselheiros, de uma ação só a
1047 gente fazer essa análise crítica do orçamento que iria acontecer em outubro. Mas
1048 como a gente está propondo uma outra ação que a própria comissão apresente na
1049 reunião conjunta o orçamento com essa análise crítica, aqui, eu, Juanita, estou
1050 apresentando que a gente faça isso uma vez e, se não surgir efeito, a gente faça a
1051 capacitação em novembro, até porque da questão do grupo de trabalho do CREAS
1052 que vai acontecer, para que a gente consiga trabalhar de forma mais fluída e que
1053 não fique tudo sendo atropelado. A prioridade nº 1, em termos da capacitação, que
1054 na próxima plenária de prestação de contas, a Comissão de Orçamento apresente
1055 a prestação de contas como análise crítica. Se ainda os conselheiros não se
1056 sentirem confortáveis para votar ou se ainda tiverem dúvidas, a gente faz a
1057 capacitação em novembro. Pode ser assim? Essa é a sugestão. **PRESIDENTE:** Eu
1058 também quero só pedir à Secretaria Executiva para confirmar e consultar. Quando a
1059 gente estava discutindo no mês passado a questão do manual, também foi
1060 solicitado à Secretaria Executiva que fizesse os pareceres sobre o que a SEDESE
1061 está apresentando. Eu quero só entender. A proposta é que quando a SEDESE
1062 manda, a Secretaria Executiva recebe e encaminha para a Comissão de Orçamento.
1063 Correto? A comissão faz essa análise e traz para apresentação. Eu estou pensando
1064 no fluxo, para ficar bem claro até para a Secretaria Executiva, se ela vai continuar
1065 fazendo o parecer e a Comissão de Orçamento também. É isso? É isso que eu
1066 quero saber para orientar a Secretaria Executiva. Vocês estão entendendo o que eu
1067 estou trazendo? Técnicos? Para ficar claro. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É
1068 extremamente necessária a avaliação da secretaria porque é papel dela se
1069 manifestar tecnicamente com as propostas que chegam aqui. Eu, por exemplo, na
1070 minha análise, eu utilizo a análise que a Secretaria Executiva faz. Se os outros
1071 conselheiros não utilizam, eu entendo ser extremamente necessário.
1072 **PRESIDENTE:** Vamos lá. Primeiro encaminhamento, não há necessidade para

1073 capacitação de outubro, por enquanto, se os conselheiros concordarem. O segundo
1074 encaminhamento é, a Comissão de Orçamento fará e pensando na prestação de
1075 contas do 3º trimestre. Ela vai ser enviada agora 30 de setembro ou 30 de outubro?
1076 Ela é enviada até 30 de outubro. Aí ela vai para a Comissão de Orçamento de
1077 novembro. E ela vem para a plenária de dezembro. É isso? **GABRIELE, SEDESE:**
1078 Não. Ela vem para a plenária de novembro. A Comissão de Orçamento vai se
1079 organizar nas suas agendas para fazer uma análise, uma reunião de análise prévia
1080 para apresentar à plenária. Deixa eu só aproveitar e reforçar, gente, que é muito
1081 importante. Isso é um esforço da Comissão de Orçamento. Estou chegando nela
1082 agora, mas é um esforço que já tem vindo desde o início do ano de tentar simplificar
1083 a análise de prestação de contas, para não acontecer como aquelas reuniões que
1084 só a Conselheira Juanita fala ou as pessoas tentam acompanhar e não conseguem.
1085 Eu acho importante esse retorno dos conselheiros à comissão se realmente ficou
1086 mais claro. Na próxima apresentação, se facilitou o entendimento, se ficou mais
1087 didático, porque, a partir desse retorno dos conselheiros, a comissão continua os
1088 seus trabalhos. **PRESIDENTE:** A plenária está esclarecida sobre os
1089 encaminhamentos da Comissão de Orçamento? Podemos deliberar os
1090 encaminhamentos da comissão? Podemos deliberar todos juntos ou vocês acham
1091 que a gente deve deliberar separadamente? Estou entendendo que a plenária está
1092 de acordo com o que a comissão está propondo. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:**
1093 Sim. Agora é quem vai fazer a nota de repúdio porque a questão agora é do PPAG,
1094 é o ofício para a SEDESE, o FEM e apresentação da SEDESE. E quem vai
1095 contribuir na nota de repúdio do orçamento. Tirar os encaminhamentos. **SIRLENE -**
1096 **CEAS:** A resolução está pronta. **PRESIDENTE:** Primeiro, a gente pode votar com
1097 plaquinhas pelos encaminhamentos da Comissão de Orçamento? A plenária está
1098 esclarecida? Os conselheiros concordam com os encaminhamentos da Comissão
1099 de Orçamento? O conselheiro que concorda, favor manifestar. Algum conselheiro
1100 discorda? Algum conselheiro se abstém de votar? Primeiramente, os
1101 encaminhamentos propostos pela Comissão de Orçamento estão aprovados. A
1102 Secretaria Executiva está pedindo para voltar agora na minuta da resolução sobre
1103 aprovação da prestação de contas do 2º trimestre. Eu vou passar para a Secretaria
1104 Executiva e depois, sobre a nota de repúdio, a gente tem que deliberar. Vai ser
1105 escrita agora ou faz um grupo para escrever para a próxima reunião, ou um grupo
1106 consegue fazer isso hoje? Deixar para os conselheiros pensarem, porque o tempo
1107 vai ficar apertado. Vou pedir à Secretaria Executiva para apresentar a minuta de
1108 resolução. **ANGELO - CEAS:** “Minuta de Resolução CEAS nº xx/2022. Dispõe
1109 sobre aprovação do Relatório Trimestral de Execução Físico-Financeira do Fundo

1110 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS/MG, referente ao 2º
1111 trimestre de 2022 e atualização do Plano de Aplicação 2022.” **MARIA JUANITA,**
1112 **FEAPAES/MG:** Destaque. É porque, na verdade, essa comissão não apresentou,
1113 não trouxe a avaliação das alterações do Plano de Aplicação Financeira. Entretanto,
1114 na discussão conjunta não teve nenhum questionamento com relação à
1115 apresentação da SEDESE. Se não teve nenhum questionamento, a gente entende
1116 que esse plenário aprovou. Mas eu estou falando isso, essa questão tem que ficar
1117 muito clara e registrada. São duas coisas distintas, a prestação de contas e plano
1118 de aplicação. Se for constar na mesma resolução, deve estar o anexo do plano de
1119 aplicação que foi aprovado. Eu sugiro que sejam resoluções separadas, porque a
1120 gente vai ter que colocar nessa resolução o anexo da LOA executada, então vai
1121 ficar muito difícil. Eu acho que retira. Faz uma da alteração do plano de aplicação e
1122 outra da alteração da prestação de contas. **PRESIDENTE:** Eu entendi o que você
1123 falou. A minha questão é: o plano de aplicação tem que ser aprovado só uma vez.
1124 O que a gente está fazendo é trazer as atualizações na medida em que o
1125 orçamento é executado. Só registra que ele foi apresentado, conforme solicitação
1126 desse conselho. O que não precisa ser registrado é que ele foi aprovado, até
1127 porque não consta que isso tem que ser feito. É isso? **MARIA JUANITA,**
1128 **FEAPAES/MG:** Eu gostaria que esse conselho refletisse da seguinte forma, plano
1129 de aplicação financeira é um instrumento de planejamento do órgão gestor de como
1130 ele vai gastar o recurso. Da mesma forma que é o planejamento da gestão do
1131 SUAS, que é o planejamento do orçamento. São instrumentos que têm que ser
1132 publicizados. Se a gente só registra na resolução que ele foi alterado, não ficam
1133 registradas as alterações que ocorreram. No meu entendimento, toda alteração
1134 precisa ser publicada. No meu entendimento. Agora, esse colegiado, eu estou
1135 trazendo essa contribuição aqui porque o que norteia a gente na análise de
1136 prestação de contas são esses três instrumentos. Por exemplo, quando eu recebo
1137 alteração do plano de aplicação, eu vou lá na minha planilha e faço as alterações
1138 para eu conseguir analisar e dar o meu voto consciente de aprovação ou não. Mas
1139 se vocês têm essa facilidade que eu não tenho, eu estou trazendo aqui a minha
1140 ponderação. **SIRLENE - CEAS:** Eu sugeriria de colocar o anexo do plano de
1141 aplicação porque vai o detalhamento da LOA que é o quadro geral, que é o anexo.
1142 E o segundo anexo seria o plano de aplicação. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
1143 Ou pode ser tudo junto. Não tem problema. **PRESIDENTE:** A plenária está de
1144 acordo que vão constar os dois quadros? Ok. Pode continuar, Secretário Executivo.
1145 **ANGELO - CEAS:** “O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais –
1146 CEAS/MG, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 13, da Lei

1147 Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996; pela Norma Operacional Básica do
1148 Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOBSUAS 2012. Considerando a
1149 Deliberação da 277ª Plenária Ordinária, realizada no dia 16 de setembro de 2022 e;
1150 Considerando a Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a
1151 Política Estadual de Assistência Social. Considerando a Lei Estadual nº 12.227, de
1152 2 de julho de 1996, que cria o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS e dá
1153 outras providências. Considerando a Política Nacional de Assistência Social –
1154 PNAS, aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social –
1155 CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios
1156 para implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.
1157 Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema
1158 Único de Assistência Social, aprovada pela Resolução do CNAS nº 269, de 13 de
1159 dezembro de 2006. Considerando a tipificação Nacional dos Serviços
1160 Socioassistenciais aprovada pela Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro
1161 de 2009, que regula os serviços socioassistenciais de proteção social básica
1162 especial de média e alta complexidade. Considerando a Norma Operacional Básica
1163 do SUAS – NOBSUAS, aprovada pela Resolução do CNAS nº 33, de 12 de
1164 dezembro de 2012, resolve:” **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Destaque. Eu
1165 gostaria de sugerir que não tem necessidade nenhuma desses considerandos,
1166 somente o primeiro. E eu acho que tem que entrar os considerandos que estão na
1167 súmula da Comissão de Orçamento, que foram aquelas questões que subsidiaram
1168 a comissão na análise. Deixa somente o primeiro considerando e entram os demais
1169 considerandos. **ROSALICE - CEAS:** Juanita, esses considerandos, as solicitações,
1170 os indicativos da comissão estão todos no art. 1º. Nós fomos relacionando por ação.
1171 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** As considerações são aquelas que o CEAS
1172 acompanhou a execução orçamentária financeira, que o CEAS, que o estado
1173 cofinanciou as ações. São essas. **PRESIDENTE:** A Lei nº 12.227 tem que
1174 permanecer. Da PNAS para baixo pode tirar. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
1175 Obrigada, meninas. **ANGELO - CEAS:** “Considerando que o CEAS acompanhou a
1176 execução do orçamento da Assistência Social por meio dos relatórios fornecidos
1177 pela gestão e das publicações de alterações orçamentárias da própria LOA.
1178 Considerando que o CEAS acompanhou os relatórios de execução orçamentária e
1179 financeira por meio da apresentação do relatório trimestral de atividades pela
1180 gestão, modelo preestabelecido e acordado de forma que facilitou a compreensão e
1181 na periodicidade estabelecida na Lei nº 12.262/1996. Considerando que o estado
1182 cofinanciou as ações por meio de orçamento próprio alocado para execução da
1183 Política Estadual de Assistência Social, nas Fontes 71, 10 e 60. Considerando a

1184 impossibilidade de análise da execução dos recursos observando as finalidades no
1185 âmbito do SUAS, tendo em vista a não utilização de documentos contábil e fiscal,
1186 como pagamento, empenho, notas fiscais, recibos e outros, processos licitatórios,
1187 comprovantes e do não acesso as documentações comprobatórias dos gastos
1188 devido a não solicitação do CEAS ao gestor. Considerando a impossibilidade de
1189 análise das ações que foram ofertadas à população de forma regular e nem
1190 descontinuidade, visto a não existência de rotina de visita de conselheiros aos
1191 equipamentos, onde são realizados os atendimentos aos usuários. Resolve: Artigo
1192 1º. Aprovar o relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo Estadual de
1193 Assistência Social de Minas Gerais – FEAS/MG, referente ao 2º trimestre de 2022 e
1194 Plano de Aplicação conforme quadros anexos.” No caso aí é atualização? **MARIA**
1195 **JUANITA, FEAPAES/MG:** É. Destaque. **ANGELO - CEAS:** Atualização do Plano
1196 de Aplicação. “Conforme quadros anexos e processos SEI 148001003896/2022-26,
1197 com as seguintes recomendações por ação orçamentária: I. Ação 1049 – Criação
1198 de Programa de Transferência de Renda pela SEDESE já solicitado no PPAG. II.
1199 Ação 1059 – Realização de avaliação por amostragem pela SEDESE para
1200 mensurar os resultados com o objetivo de avaliar, de fato, o objetivo e efeitos. III.
1201 Ação 1066 – Apresentação de relatório de monitoramento dos resultados pela
1202 SEDESE. IV. Ação 4129 – A. Elaboração pela SEDESE de relatório das avaliações
1203 das capacitações por temáticas, categoria regional. B. Elaboração pela SEDESE de
1204 recursos de capacitação à luz do Capacita SUAS. C. Solicitação do CEAS ao CNAS
1205 que envide esforços junto ao Ministério da Cidadania para o retorno do Capacita
1206 SUAS.” **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Destaque. Na resolução a gente pode
1207 colocar esse inciso C? Eu acho que fica esquisito. Eu peço apoio aos colaboradores.
1208 O inciso C, na alínea C, do inciso IV, porque a resolução é do próprio CEAS e a
1209 gente vai solicitar ao CEAS, ao CNAS? Recomendar ao CNAS, eu entendo.
1210 Recomendar ao CNAS. **ANGELO - CEAS:** “V. Ação 4130 – Apresentação pela
1211 SEDESE de Relatório de Monitoramento dos CREAS Regionais. VI. Ação 4131 –
1212 Realização de encontro da SEDESE e do CEAS com as entidades que executam o
1213 Programa Casa Lar, para avaliar a execução do programa. VII. Ação 4133 –
1214 Apresentação pela Comissão de Apoio de planejamento dos encontros com as
1215 URCMAS e fóruns. VIII. Ação 4534” **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Destaque.
1216 Essa questão também da Comissão de Orçamento, vocês acham que a gente tem
1217 que colocar na resolução? É uma questão que eu estou perguntando. Porque a
1218 resolução é do CEAS. A gente vai solicitar à comissão? Eu acho que fica meio
1219 estranho. **ANGELO - CEAS:** “VII. Ação 4534 - Apresentação pela SEDESE de um
1220 relatório atualizado da situação do passivo com a relação de municípios, ano e valor.

1221 Prazo: Até a próxima plenária. B. Apresentação pela SEDESE de uma avaliação da
1222 situação dos serviços da rede histórica dos municípios com relação ao atendimento
1223 desse público para subsidiar o CEAS na tomada de decisão. VIII. Ação 4535 –
1224 Apresentação pela SEDESE de um relatório de execução do programa com o
1225 histórico das modalidades e ano para uma análise e melhor entendimento do
1226 colegiado. B. Realização de encontro da SEDESE e do CEAS com as entidades
1227 para avaliação do Programa da Rede Cuidar. IX. Ação 2081 – Apresentação pela
1228 SEDESE de informações sobre a execução das ações na prestação de contas
1229 trimestrais. X. Ação 4226 – Apresentação pela SEDESE de informações sobre a
1230 execução das ações na prestação de contas trimestrais. Art. 2º. Essa resolução
1231 entre em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 16 de setembro de 2022.
1232 Mariana de Resende Franco - Presidente CEAS/MG.” **GRAZIELE, CRP:** Eu
1233 acredito que seria necessário colocar lá na próxima plenária, na plenária de outubro.
1234 Só para poder constar na plenária ordinária de outubro, senão vai ficar meio solto. A
1235 situação do passivo, na plenária de outubro. Plenária ordinária de outubro.
1236 **PRESIDENTE:** Podemos abrir votação? Plenária está esclarecida para votar a
1237 minuta de resolução apresentada? Aberta a planilha de votação. Iniciada a votação.
1238 **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Soraia. **SORAYA,**
1239 **SEDESE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Érica? **ÉRICA,**
1240 **CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira
1241 Lígia? **LÍGIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Magna? **MAGDA,**
1242 **COGEMAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro João Vitor? **JOÃO**
1243 **VITOR:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro Silvestre? **SILVESTRE,**
1244 **SEF/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Cleusa? **CLEUSA:** Pela
1245 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Arlete? **ARLETE, GRAAL:** Pela aprovação.
1246 **PRESIDENTE:** Conselheira Gabriela? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela
1247 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Grazielle? **GRAZIELE, CRP:** Pela
1248 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro Isac? **ISAC, ASQUIS:** Aprovação.
1249 **PRESIDENTE:** Conselheira Kariny? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Pela
1250 aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
1251 **DE CURVELO - SSVF:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro Ludson?
1252 **LUDSON, CRESS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Marilene?
1253 **MARILENE, FETAEMG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Simone?
1254 **SIMONE, CMAS/BH:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheira Juanita? **MARIA**
1255 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Resolução aprovada.
1256 Passamos agora para a apresentação da Comissão de Política. Desculpa, tem a
1257 escolha dos conselheiros ou grupo de conselheiros para fazer a redação da nota de

1258 repúdio a ser apresentada para o Fundo Nacional. Mais alguém? Só voltando o
1259 encaminhamento lá. O encaminhamento é: escrita de uma nota de repúdio sobre
1260 alocação dos recursos e propostas de LOA 2023 do Fundo Nacional. **MARIA**
1261 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu posso fazer uma proposta inicial. Apresento aqui e a
1262 gente vai fazendo as contribuições. Pode ser? **PRESIDENTE:** A Conselheira
1263 Juanita vai iniciar a redação da nota e vai apresentar para contribuição dos
1264 conselheiros. Fechamos os encaminhamentos apresentados pela Comissão de
1265 Orçamento. Dando sequência à pauta, vou solicitar à Comissão de Política que
1266 inicie os assuntos que devem ser apresentados para deliberação da plenária e
1267 conhecimento da plenária. **SORAYA, SEDESE:** Nós vamos iniciar pela
1268 apresentação do PEEP, em que a Kariny, conselheira adjunta da comissão, ficou
1269 responsável por trazer a súmula. **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Vou fazer a
1270 leitura. Qualquer dúvida vocês podem intervir, perguntar. “O Plano Estadual da
1271 Oferta das ações de qualificação corresponde ao anexo de revisão anual do PEEP
1272 construído com o assessoramento do Núcleo Estadual de Educação Permanente
1273 pactuado pela CIB e deliberado pelo CEAS. O referido documento foi apresentado e
1274 discutido nas reuniões do NEEP, nos dias 28 de março e 30 de maio de 2022. E foi
1275 pactuado pela CIB na reunião do dia 14 de julho, pela Resolução nº 05/2022,
1276 publicada em julho de 2022. Nesse sentido, a SEDESE encaminhou ao CEAS para
1277 apreciação juntamente com os seguintes documentos: Resolução CIB nº 05, pactua
1278 o planejamento anual de qualificação para compor o Plano Estadual de Educação
1279 Permanente. Arquivo aberto em formato Word, contendo a tabela do planejamento
1280 anual de qualificação de 2022, sendo as ações divididas por semestre ofertado no
1281 plano de janeiro a junho e previstas de julho a dezembro. Os referidos documentos
1282 estão no processo SEI nº 1480010006256/2022-35, enviado ao CEAS pelo ofício
1283 SEDESE nº 4, também de 2022, em 26 de julho. A Diretoria de Educação
1284 Permanente da SUBAS foi convidada a participar da reunião da comissão em 5 de
1285 setembro. Essa reunião foi on-line, a qual foi representada pela Lívia Pessoa, da
1286 Diretoria de Educação Permanente. O Regimento Interno do NEEP SUAS/MG foi
1287 aprovado em 18 de setembro de 2018, que traz entre suas funções contribuir no
1288 planejamento das ações de capacitação e formação de forma a garantir se o caráter
1289 continuado e permanente e de seu alinhamento com as reais necessidades dos
1290 trabalhadores, gestores e conselheiros, em consonância com as responsabilidades
1291 e prioridades pactuadas no estado. E considerando a 5ª competência do NEEP de
1292 subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS/MG,
1293 a ser pactuado na CIB e deliberado pelo CEAS. A SEDESE enviou ao CEAS em 1
1294 de agosto de 2022, pelo Ofício nº 4, datado em 26 de julho e, conseqüentemente,

1295 enviado à Comissão de Política em 26/08 para análise. Nesse sentido, tratando-se
1296 de ações que são executadas no corrente ano, entende-se que o planejamento das
1297 referidas ações poderia ser enviado no ano anterior para análise. É certo que o
1298 calendário anual de qualificação de 2021, para compor o Plano Estadual
1299 Permanente de Minas Gerais 20/23 foi aprovado no CEAS apenas em novembro de
1300 2021, através da Resolução nº 743/2021. Nessa reunião do dia 5 de setembro, a
1301 Lívia apresentou o quadro de capacitações. Algumas delas já tinham acontecido no
1302 início desse ano. E ela fez a apresentação e informa que é o resumo do plano e foi
1303 um resumo, não foi o plano completo, informa que o plano apresenta as principais
1304 ações que contemplam a atualização do plano construído pelo NEEP, com o apoio
1305 do NEEP, segue as normativas da Política Nacional e com o apoio técnico é uma
1306 ação específica do estado de Minas Gerais, sendo uma conquista, para o
1307 planejamento considera os dados do sistema diagnóstico do SUAS em decorrência
1308 de demanda do ano anterior. E a SUBAS encaminha formulário para os gestores
1309 municipais de CMAS. A diretoria de educação permanente é responsável por
1310 coordenar esses dados. As conselheiras sugerem novas propostas de temas para
1311 capacitação como articulação com a previdência social para avaliar os impactos dos
1312 serviços socioassistenciais da demanda da previdência. Soraia coloca que nos
1313 encontros regionais acontece orientação dos gestores, a importância de articular
1314 com as agências do INSS para minimizar os impactos dos serviços
1315 socioassistenciais do CRAS. E a articulação política do CEAS para fazer uma
1316 conversa a nível nacional. Sugestão do CEAS fazer um documento para o CNAS
1317 sobre a sobrecarga do CRAS e serviços de demanda do INSS, solicitando
1318 melhorias. Eu sou uma realidade. Foi pactuado e sugerido priorizar capacitações
1319 presenciais, que foi discutido mais cedo, é importante diferenciar uma capacitação a
1320 distância para uma capacitação remota. A importância de pensar que o cargo do
1321 secretário executivo seja concursado. Na realidade, isso é uma recomendação para
1322 que os municípios façam o concurso público para efetivar por conta da rotatividade
1323 de profissionais, o que faz com que o conselho fique vulnerável, sai gestão entra
1324 um novo conselho e começa do zero. E a comissão discutiu também a necessidade
1325 de incluir, para 2023, uma capacitação para a Secretaria Executiva, considerando
1326 que o município de porte I, a secretaria, ela aloca outras pastas que não exclusivas
1327 da assistência nessa linha de sentido. Outra coisa que foi discutida pela comissão,
1328 a necessidade de alguma forma de a gente dar clareza nas resoluções nacionais do
1329 que são as entidades de atendimento, para muitos fica claro, mas para os
1330 conselheiros locais isso é difícil, principalmente no que tange a assessoria e a
1331 defesa de garantia de direitos, que traduzindo na prática, eles têm uma dificuldade

1332 de entender o que seria essa assessoria e o que seria a defesa de garantia de
1333 direitos no SUAS, considerando também que as cidades de porte I têm
1334 predominantemente, julgo, o dado pode estar incorreto, fonte Kariny, de que essas
1335 entidades são compostas por associações de bairro. Associação bairro x, bairro y.
1336 Eu falo sobre a regional que a gente atua e, boa parte desses conselhos dessa
1337 composição são associações de bairro. **GRAZIELE, CRP:** Essa questão do INSS é
1338 muito importante a gente pensar, porque quem está na ponta sabe da realidade e
1339 da dificuldade que é. Parece que é só fazer um cadastro do INSS, mas a questão é
1340 muito mais complicada do que isso. Eu, pessoalmente, tenho alguém da minha
1341 família que está dentro do INSS lá em Itabira. Eu mando um WhatsApp e solicito a
1342 senha. Porque quem faz... Não. Só estou comentando da importância dessa
1343 conversa, Mariana. Porque é muito complexo essa questão de fazer esse cadastro
1344 para o usuário. É igual eu falei, eu tenho alguém no INSS que eu mando um
1345 WhatsApp. Eu peço para me mandar uma senha, mas isso é um jeitinho que a
1346 gente arruma. Se a gente não consegue fazer isso, a gente depende, por exemplo,
1347 tirar foto do usuário, um selfie dele e mandar no e-mail. O usuário que eu atendo, a
1348 maioria das vezes, ele não tem identidade. Eu dependo de tirar identidade, às
1349 vezes, demora 3, 4 meses para eu conseguir fazer uma senha de INSS. Isso é uma
1350 demanda enorme. É gigantesca. Não é tão simples assim fazer uma senha. Se ele
1351 perde, a gente tem que mandar encaminhamento. Fazer solicitação. Aí depende de
1352 foto. É muito urgente porque, se o município tem uma estrutura maior, uma
1353 condição maior, eles conseguem fazer de uma certa facilidade. Mas aquele
1354 município, aquele colega de trabalho que não tem essa facilidade, porque o celular
1355 da gente tem que ser cadastrado para poder usuário não tem celular, tem que
1356 cadastrar o nosso celular. Nosso celular já foi cadastrado aí tem que pedir um
1357 celular de um companheiro para cadastrar. É muito complexo essa senha do Meu
1358 INSS. É preciso mesmo ser revisto essa questão do acesso ao INSS, essa
1359 demanda que é deslocada para os CRAS e para os CREAS. **ÉRICA,**
1360 **CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Inclusive a Sirlene colocou o relatório que eu fiz
1361 da minha participação na reunião ordinária do CNAS. Eu levei essa demanda
1362 também lá junto com as colegas de Belo Horizonte, do CMAS de Belo Horizonte, da
1363 questão do INSS. Por quê? A gente não vai conseguir resolver isso no âmbito
1364 regional, no âmbito municipal. Isso é federal, então, eu, inclusive, gostaria que se a
1365 gente pudesse tirar alguma proposta aqui para que a gente também movimentasse
1366 o COGEMAS, é porque isso tem que estar sendo falado em todas as instâncias,
1367 senão não vamos conseguir reverter isso. E nós estamos falando de uma absorção
1368 para a política de assistência de demandas que não são nossas. A gente já vê isso

1369 acontecendo há um tempo. E a gente percebe habitação vem para a assistência.
1370 Segurança alimentar vem para a assistência. INSS vem para a assistência e nós
1371 não fazemos, de fato, aquilo que deveríamos fazer que é o trabalho social com
1372 famílias, é o acompanhamento via PAIF e PAEFI, e outros serviços. **SORAYA,**
1373 **SEDESE:** Kariny, você já encerrou? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Não. Só
1374 para encerrar. O tema das capacitações, isso já foi aprovado na resolução de 2021,
1375 as capacitações que estão ocorrendo em 2022, são as que estão na tela. Essas são
1376 as capacitações. O que eu falei antes foram as discussões que levaram a sugestão
1377 de incluir 2 ou 3 temas. Serviços e programas e benefícios socioassistenciais. Essa
1378 capacitação... **SORAYA, SEDESE:** Kariny, deixa eu tentar só te ajudar e, na
1379 verdade, complementar sobre as nossas discussões nessa reunião virtual. A gente
1380 discutiu muito a questão das capacitações presenciais em detrimento das
1381 capacitações EAD. A importância de diferenciar uma capacitação de um apoio
1382 técnico, de uma oficina, porque são várias as modalidades previstas na Política de
1383 Educação Permanente e nós fizemos alguns encaminhamentos aqui. A Érica traz
1384 de ser encaminhado, ser realizada uma articulação com o COGEMAS e a gente diz
1385 realmente de um documento que possa discutir essa questão do INSS com
1386 encaminhamento para os fóruns estaduais de trabalhadores e usuários do SUAS.
1387 Uma questão que eu queria colocar, eu não sei se vocês já tiveram acesso. No dia
1388 5 de setembro, que foi na segunda-feira passada, a LOAS passou por duas
1389 alterações. Na verdade, ela passou por uma alteração em que foi inserido um
1390 parágrafo dizendo que o INSS irá parcerizar as avaliações sociais, ou seja, é uma
1391 perda gigantesca para os profissionais do serviço social, considerando a questão de
1392 concurso público. Talvez seja também uma questão a ser colocada nesse
1393 documento. Eu disse nessa reunião que a SEDESE já passou por algumas
1394 reuniões com a presidência federal do INSS trazendo essas dificuldades e
1395 sobrecarga dos municípios, principalmente lá no CRAS. E a Grazielle exemplifica
1396 muito bem, porque as agências ainda estão totalmente abertas para o atendimento.
1397 Essa é uma questão importante de a gente fortalecer, pontuar e discutir. Uma outra
1398 questão, a gente sugeriu algumas temáticas para o ano de 2023, considerando que
1399 esse ano a gente já está com um planejamento sendo executado e considerando
1400 que a gente já caminha para o final do planejamento de 2022, então a gente traz
1401 essas sugestões para 2023. Acho que é isso, Kariny. Se a Kariny quiser
1402 complementar ou se a Livia também quiser complementar alguma informação, ou
1403 outra pessoa da comissão. Os encaminhamentos são, a Kariny até falou, pensando
1404 em um curso de 40 horas que aborda questões do conselho. Na verdade,
1405 capacitação aos conselheiros municipais pensando em resoluções, pensando em

1406 regimento interno, pensando nas organizações mesmo dos conselhos municipais. E
1407 esse documento, elaborado pelo CEAS, para ser encaminhado ao Conselho
1408 Nacional e a articulação com esses demais atores já citados: COGEMAS, fórum
1409 dos trabalhadores, enfim, são esses. E, na verdade, também reforçar essa
1410 discussão de priorizar as capacitações presenciais. São esses os
1411 encaminhamentos da Comissão de Política. Só um resumo aqui. “A comissão
1412 resolve por aprovar a proposta de planejamento incluindo as propostas que foram
1413 pensadas aqui nos encaminhamentos”. Só que os encaminhamentos, eu estou
1414 pensando aqui a forma desses encaminhamentos aparecerem na resolução,
1415 considerando que seria para o ano de 2023, mas é isso. **PRESIDENTE:** Eu vou
1416 pedir para esclarecer de novo porque eu acredito que seja uma dúvida. Para mim
1417 não ficou claro ainda e estou perguntando se vocês já fizeram minuta de proposta
1418 de resolução? A proposta é aprovação do plano apresentado com sugestão de
1419 alteração para 2023. É isso? Resumindo. **SORAYA, SEDESE:** É isso.
1420 **PRESIDENTE:** As alterações para 2023, vocês listaram? **SORAYA, SEDESE:**
1421 Listamos. Esse curso de 40 horas que aborda a capacitação do CMAS.
1422 **PRESIDENTE:** Veja bem, olha o que está. Sugestão de novas propostas, mas
1423 embaixo está assim: Avaliar os impactos. No nº 2 tem curso de... Eu estou
1424 entendendo que está meio misturado no que está projetado ali. **SORAYA,**
1425 **SEDESE:** Mira, você quer explicar, por favor. **PRESIDENTE:** Eu preciso de ajuda
1426 para os conselheiros ficarem mais esclarecidos. Vamos organizar porque tem que
1427 ficar esclarecido para os conselheiros o que eles vão deliberar. **SIRLENE - CEAS:**
1428 Posso sugerir? **PRESIDENTE:** Pode. **SIRLENE - CEAS:** A Kariny sentar com a
1429 Secretária Executiva para poder colocar essas recomendações na resolução?
1430 **PRESIDENTE:** Então eu vou abrir a palavra para os conselheiros porque eu
1431 acredito que eles estão com dúvidas. Juanita. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:**
1432 Eu, conselheira, o Plano Estadual de Capacitação é um instrumento de
1433 planejamento do estado que norteia o gestor na realização das ações de
1434 capacitação e qualificação que vai realizar, acredito eu, que é nós 4 anos. Com
1435 certeza, esse plano foi aprovado para os conselheiros que estavam aqui antes da
1436 gente, mas eu penso que nós conselheiros precisamos conhecer esse plano. Já foi
1437 encaminhado para a gente, mas eu aqui vou apresentar uma proposta que seja
1438 apresentada para esse CEAS as ações e o planejamento porque estou com
1439 dificuldade. Eu vi o quadro que vocês estão apresentando, que o gestor trouxe, mas
1440 eu sinto falta de ser apresentada à proposta geral de capacitação que vai se
1441 encerrar em 2023. Estou entendendo que a comissão está sugerindo nova
1442 capacitação. Muito bem sugerido, que é um curso para conselheiros, de

1443 operacionalização do controle social. Mas eu gostaria de solicitar aqui que o Plano
1444 Estadual de Capacitação fosse apresentado só para a gente, com relação às ações,
1445 quadro de capacitação, até para dar tranquilidade para a gente na tomada de
1446 decisão. Isso é um pleito que estou apresentando. **SORAYA, SEDESE:** Só uma
1447 questão. **PRESIDENTE:** Depois vou passar as inscrições. **SORAYA, SEDESE:**
1448 Duas questões a respeito disso. Quando a Mesa Diretora encaminhou o Plano de
1449 Educação Permanente para a Comissão de Política, porque ele seria, na verdade,
1450 poderia ser em comissão conjunta, nós convidamos a representante da gestão para
1451 apresentar para a Comissão de Política. Já foi apresentado. É isso. **PRESIDENTE:**
1452 Conselheira Gabriele. **GABRIELE, SEDESE:** Só para tentar traduzir um pouco do
1453 processo porque, como a conselheira trouxe, o Plano Estadual de Educação
1454 Permanente, o quadrianual, ele tem vigência 2020-2023. Foi aprovado em 2019. No
1455 plano, que é um documento maior, mais robusto, que foi enviado e está
1456 disponibilizado no site, no processo de revisão anual desse plano prevê que o
1457 planejamento anual das qualificações é a revisão anual do PEEP. Este conselho
1458 não está aprovando o Plano Estadual de Educação Permanente de novo. Ele está
1459 aprovando o anexo que corresponde ao planejamento das ações que foram e vão
1460 ser ofertadas no ano de 2022. O que o conselho está aprovando é justamente
1461 aquele quadro que dispõe sobre as ações já ofertadas até junho, das previstas de
1462 junho a dezembro. Eu acho que todas essas recomendações para o planejamento
1463 de 2023 podem constar na resolução. Inclusive, em 2023, este conselho tem que
1464 aprovar outro Plano Estadual de Educação Permanente com vigência 2024, 25, 26
1465 e 27. Eu acho que esse encaminhamento vai ficar para o ano que vem. Se quer que
1466 conste na resolução eu não vejo problema, mas entendo que a comissão analisou o
1467 planejamento anual e ele já foi feito com assessoramento do NEEP, que tem mais
1468 de 6 membros do CEAS, no NEEP. Ele já foi pactuado na CIB e agora ele está para
1469 aprovação do conselho. Só trazendo um pouco desse histórico. **SORAYA,**
1470 **SEDESE:** Eu quero pedir de novo a ajuda da Mira. Por quê? Posteriormente a
1471 reunião virtual e que foi apresentado para a comissão o plano, na verdade, as
1472 adequações, como a Gabi traz, nós tivemos dois encaminhamentos, que é esse
1473 curso de qualificação profissional de capacitação para os conselheiros municipais e
1474 a elaboração desse documento para o Conselho Nacional de Assistência Social. A
1475 comissão, nesse dia da reunião, não elaborou nenhum documento com resumo do
1476 plano que foi apresentado, mas tivemos essa avaliação e essa discussão. Então,
1477 Mira, o que eu estou te pedindo ajuda? Além do que está posto aí, foi pensada
1478 alguma outra estratégia? Porque o nosso encaminhamento, com relação ao plano,
1479 é de aprovação e que seja incluído em resolução as sugestões para 2023. Porque

1480 nós já consideramos a dificuldade de inserção nesse plano de 2022. Nosso
1481 encaminhamento foi esse, que pudesse conter no plano já de 2023 esse curso de
1482 40 horas para os conselheiros municipais. E que esse CEAS pudesse elaborar um
1483 documento ou uma carta que pudesse discutir com o CNAS sobre essa questão da
1484 sobrecarga da Política de Assistência Social em detrimento às questões que são do
1485 Instituto Nacional de Serviço Social. É isso que a comissão traz. **MARIA JUANITA,**
1486 **FEAPAES/MG:** Estão muito claros os encaminhamentos que a Comissão está
1487 dando. Na verdade, nós estamos aprovando a revisão do planejamento das
1488 capacitações referente ao ano de 2022. A gente só tem que pensar assim, nós
1489 estamos no meio do ano, estamos aprovando capacitações que já foram realizadas
1490 no início do ano. É uma coisa meio... Enfim, é o que temos para hoje. Isso é uma
1491 coisa. Nós estamos aprovando a proposta de revisão do Plano Estadual de
1492 Educação Permanente referente ao ano de 2022. E estamos propondo esses dois
1493 encaminhamentos, ao CNAS e ao COGEMAS, que é envidar esforços para essa
1494 questão da sobrecarga dos trabalhadores do SUAS e tirar funções que não são do
1495 SUAS, que são do INSS. Está claro nos encaminhamentos. Só que eu mantenho o
1496 meu pedido aqui, que a SEDESE apresente o plano de capacitação de forma rápida,
1497 porque no ano que vem nós vamos ter que aprovar o próximo. Apesar de eu ter o
1498 plano, eu vou falar para vocês, eu não fiz a leitura, porque nós nos dividimos aqui e
1499 cada um faz a leitura daquilo que é de sua competência. Eu acho que o que seria
1500 interessante, nós conhecermos o PEAS em um formato simplificado. Eu mantenho
1501 o meu pedido porque foi passado para a comissão. A comissão fez a análise dessa
1502 questão específica da revisão, mas estou apresentando aqui o pedido do... É outro
1503 encaminhamento. **GABRIELE, SEDESE:** Só para a gente seguir. Minha sugestão
1504 seria a gente seguir com, talvez, a leitura da resolução do planejamento anual de
1505 qualificações que foi objeto de análise da Comissão de Política. E foi sugerido o
1506 encaminhamento para aprovação. E que esse encaminhamento que a Conselheira
1507 Juanita trouxe, seja enviado para a SEDESE para as próximas plenárias. Haja vista
1508 que, realmente, já estamos no mês de setembro para aprovar o planejamento de
1509 2022. Não dá para interromper essa pauta para trazê-la novamente. Acho que a
1510 gente resolve essa pauta e fica esse encaminhamento de apresentar de forma mais
1511 detalhada o PEEP, já contendo isso que a gente está aprovando hoje. **ADELMIRA,**
1512 **SEDESE:** Eu queria falar um pouquinho porque na reunião da comissão foi
1513 discutida essa questão de como está sendo trazida essa revisão já no 2º semestre.
1514 Até a Diretora Lívia falou que ia fazer um esforço por causa da agenda que tem,
1515 porque o NEEP que discute os cursos que são feitos, inclusive que tem
1516 representação dos conselheiros do CEAS. Por exemplo, por causa da agenda

1517 acaba que não tem conseguido trazer antes, mas ela se comprometeu em
1518 reorganizar e trazer para o ano que vem mais cedo para a gente reavaliar. Outra
1519 coisa é que as sugestões desses cursos de capacitação são para o ano de 2023, e
1520 que a gente até discutiu que os próprios conselheiros do CEAS, que participam do
1521 NEEP, podem fazer um esforço de fazer um levantamento daqui do conselho e
1522 levar essas propostas nas reuniões, se vocês avaliarem se coloca ou não nessa
1523 resolução, mas que os conselheiros que participam do NEEP, eles podem levar
1524 essas outras sugestões e podem ter outras. Às vezes, só colocam essas, mas
1525 podem ter outras necessidades do conselho, que podem organizar e discutir junto
1526 com quem tem propostas. E a outra carta que eu acho... A carta não tem a ver com
1527 a revisão, então é uma demanda que os conselheiros viram no território e que eles
1528 colocaram nessa pauta. Ela foi trazida nessa pauta. **PRESIDENTE:** Qual é o
1529 encaminhamento? A plenária está esclarecida? O encaminhamento agora é para
1530 apresentação da minuta de resolução? **ADELMIRA, SEDESE:** Da minuta de
1531 resolução, apresentação de aprovação, mas se vocês decidirem que vai colocar o
1532 curso de 40 horas como recomendação, só essa, aí avalio. **PRESIDENTE:** Abre a
1533 minuta e apresenta, por favor, Mira. **SORAYA, SEDESE:** A comissão direcionou
1534 somente esse ponto, além do que a gente viu de qualificação no plano, esse curso
1535 que a gente trouxe aqui, no caso, de 40 horas. A minuta de resolução, na verdade,
1536 a resolução precisa prever para não se perder esse curso para 2023. É isso.
1537 “Resolução nº xx/2022 - CEAS/MG. Dispõe sobre a aprovação do Planejamento
1538 Anual das Qualificações 2022, que compõe o Plano Estadual de Educação
1539 Permanente do SUAS/MG – PEEP/MG 2020-2023, em consonância com os
1540 princípios e diretrizes do Plano Nacional de Educação Permanente do SUAS. O
1541 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de
1542 suas atribuições conferidas pelo art. 13, da Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho
1543 de 1996; pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
1544 de 2012 – NOBSUAS. Considerando a Deliberação da 277ª Plenária Ordinária,
1545 ocorrida no dia 16 de setembro de 2022. Considerando a Lei Orgânica da
1546 Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro 1993 que dispõe sobre
1547 a organização da assistência social e dá outras providências. Considerando a Lei
1548 Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual de
1549 Assistência Social. Considerando a Resolução do Conselho Nacional de
1550 Assistência Social nº 33, de dezembro de 2012 que aprova a NOB.
1551 Considerando...” Lá em cima já falava da NOB. Parece que está repetindo, não
1552 está? Considerando a Resolução do Conselho que aprova a NOB. Desculpa.
1553 “Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 269, de

1554 dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica Recursos Humanos do
1555 SUAS. Considerando a Resolução Nacional do Conselho Nacional de Assistência
1556 Social nº 4, de 13 de março de 2013, que institui a Política Nacional de Educação
1557 Permanente do SUAS. Considerando a Resolução da Secretaria de Estado de
1558 Trabalho e Desenvolvimento Social nº 36, de 22 de julho de 2015, que institui o
1559 Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS. Considerando a Resolução
1560 do CEAS de 23 de novembro 2018 que dispõe sobre os parâmetros para a
1561 Educação Permanente do SUAS no estado de Minas Gerais, em consonância com
1562 a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS e sua articulação com o
1563 apoio e assessoramento técnico aos municípios mineiros. Considerando a
1564 Resolução da Comissão Intergestores Bipartite nº 9, de outubro de 2020, que
1565 pactua o PEEP 2020-2023, em consonância com os princípios e diretrizes da
1566 Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Considerando as
1567 contribuições e subsídios do Núcleo Estadual de Educação Permanente do
1568 SUAS/MG e demais colaboradores. Considerando a Resolução da CIB nº 5, de
1569 julho de 2022, que pactua o Plano Anual das Qualificações para compor o Plano
1570 Estadual de Educação Permanente do SUAS, resolve:” **GABRIELE, SEDESE:**
1571 Destaque. Rapidinho, Soraia. Faltou a resolução que aprovou o PEEP. A resolução
1572 do CEAS que aprovou o PEEP. Eu vou inserir ali, mas eu acho que a gente precisa
1573 pensar em como padronizar essas resoluções. Umas têm considerando, outras não
1574 têm. Eu não sei se o GT de Funcionamento do CEAS tratou disso, mas, enfim, a
1575 gente vai colocar mais um considerando que é o que aprovou o PEEP. **SORAYA,**
1576 **SEDESE:** “Art. 1º. Aprovar o planejamento anual das qualificações que compõe o
1577 Plano Estadual de Educação do SUAS de Minas Gerais, conforme Anexo I desta
1578 resolução. Parágrafo Único. O planejamento anual das qualificações corresponde à
1579 revisão do PEEP/MG realizada anualmente. Art. 2º. Recomendar para o
1580 planejamento anual das qualificações em 2003, que sejam contempladas
1581 capacitações com os seguintes temas: avaliação dos impactos dos serviços
1582 socioassistenciais das demandas da previdência social.” Não. Isso aqui não. É só o
1583 2. “Curso de 40 horas sobre o controle social que aborde a atuação das entidades
1584 de assessoramento de defesa e garantia de direitos e o papel da Secretaria
1585 Executiva”. É o só o art. 2º, mesmo. “Art 3º. Essa resolução entra em vigor na data
1586 de sua publicação.” **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu queria fazer uma
1587 contribuição. Lá no art. 1º, nós não estamos votando o planejamento anual das
1588 qualificações. A gente está aprovando a revisão do planejamento anual, a revisão
1589 do PEEP referente ao ano de 2022. Não é isso? Aprovar a revisão do Plano
1590 Estadual de Capacitação referente ao ano de 2022. Esse parágrafo único, ele

1591 precisa constar? **ADELMIRA, SEDESE:** Porque agora com a revisão do artigo.
1592 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu acho que a gente poderia, uma sugestão
1593 também. Eu não sei se esse colegiado avalia, recomendar à SEDESE que seja
1594 enviada a proposta de revisão do plano a tempo, considerando que estamos
1595 avaliando um ano que já passou e já está sendo executado. Recomendar à
1596 SEDESE que envie esforços de apresentar a esse colegiado a revisão do plano
1597 anterior à execução do exercício. E também não vai ter aqui na resolução, mas os
1598 membros, que foi isso que a Secretaria Executiva trouxe, que os membros que
1599 fazem parte desse núcleo tragam para esse colegiado essas questões ou levem do
1600 colegiado as indicações para serem inseridas nas discussões lá do NEEP. É claro
1601 que isso não vai constar na resolução. Na verdade, tem que ser trazido no ano
1602 anterior ao exercício ou, no máximo, no 1º trimestre, se não houver execução no 1º
1603 trimestre, mas deve ser enviado no ano anterior. **SORAYA, SEDESE:** A gente
1604 levantou isso na comissão e a Lívia trouxe uma questão das reuniões do NEEP que,
1605 na verdade, não se reúnem em dezembro e janeiro porque as universidades estão
1606 em férias, então os membros que representam não participam. Isso acaba por
1607 prejudicar, fechar a revisão do plano bem no início do ano, enfim, se a Lívia quiser.
1608 **LÍVIA, SEDESE:** Eu ia até dizer, mas a Mirna colocou as questões também do
1609 planejamento que a gente discutiu na reunião. Queria só acrescentar, porque
1610 quando apresentou o documento disse da reunião da Comissão de Política que foi
1611 apresentado o resumo, mas a gente está muito à disposição para fazer a
1612 apresentação, tanto do PEEP quanto do planejamento anual, inclusive isso foi
1613 colocado como uma possibilidade à própria comissão que optou que fosse pelo
1614 resumo, uma vez que vocês já tinham recebido o planejamento na íntegra. Só para
1615 esclarecer. E dizendo sobre a questão do planejamento. A gente tem conhecimento,
1616 concorda e trabalha para apresentar isso o mais breve possível. O que acontece na
1617 lógica do ano com a execução do trabalho. Como a Soraia colocou e eu tinha
1618 colocado durante essa reunião, o NEEP tem na sua composição representantes de
1619 instituição de ensino superior. No período de dezembro, janeiro e início de fevereiro,
1620 tem essa questão da impossibilidade de a gente se reunir porque eles não
1621 participam. Principalmente nessa questão da organização do calendário, eles têm
1622 uma contribuição muito grande. Tem a recomendação e a gente já está se
1623 organizando internamente para conseguir encerrar esse planejamento e colocá-lo
1624 em discussão o quanto antes. Mas a Mirna trouxe também que foi uma sugestão,
1625 algo que a gente falou durante a reunião, de vocês também poderem levar as
1626 sugestões daqui para facilitar isso, esse trabalho também de consolidação do
1627 calendário. Eu sugiro que quando a gente apresente o calendário em fevereiro, por

1628 exemplo, no NEEP, essa sugestão do calendário já seja, talvez, tratada em uma
1629 comissão aqui para possíveis sugestões e inclusão. E a gente se compromete a
1630 tentar trazer no 1º semestre, lembrando que tem a questão da execução, que a
1631 gente começa as atividades, planeja as atividades que tem início já em janeiro. A
1632 gente tenta trabalhar de uma forma que atenda a todos, mas dizendo dessas
1633 limitações que a gente tem que são para além. A nossa última reunião também
1634 agora em novembro, e considerando todas as questões que a gente tem para tratar,
1635 e o trabalho que é feito também para chegar nesse planejamento, a gente não
1636 consegue tratar na última reunião do NEEP. Só para explicar um pouco dessa
1637 construção, mas a gente pode minimizar e já levar sugestões do CEAS porque no
1638 ano passado, por exemplo, a nossa primeira reunião do NEEP foi em março. E
1639 pediram um tempo para incluir temas e, nesse tempo, é possível que venha para
1640 discussão inclusão de temas que sejam do interesse de inclusão dos conselheiros
1641 do estado. Só sugiro que a gente melhore esse fluxo também para dar para atender
1642 as demandas dos conselheiros estaduais. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
1643 Obrigada, Lívia, pelas informações. Considerando essas informações que ela está
1644 trazendo, a gente precisa pensar estratégias para os desafios que você está
1645 trazendo aqui. A primeira é que é a reunião de planejamento seja feita antes do
1646 período de férias das faculdades, porque se precisa delas e é feita em novembro,
1647 dezembro e janeiro, elas têm que ser feitas em setembro que é esse mês. Vai uma
1648 estratégia, uma sugestão para vocês. Até porque seria interessante esse
1649 planejamento chegar aqui para nós no final do ano. O melhor dos mundos.
1650 Segundo, que os participantes do NEEP já tenham o planejamento do CEAS
1651 fechado com as possíveis capacitações. Já é um insumo deles pegarem dali as
1652 propostas desse colegiado e levar para o NEEP, porque o CEAS já fez o seu
1653 planejamento. Segundo, eles podem trazer também aqui para a pauta essa
1654 discussão para que esse colegiado pense em outras necessidades e leve para
1655 vocês a tempo. Obrigada. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**
1656 Só para poder colaborar com a fala da Juanita. Nós, enquanto representantes do
1657 NEEP, acho que sou o único que sobrou da outra gestão, dentro da colaboração do
1658 NEEP. A gente sempre pautou em levar as discussões que são tratadas aqui no
1659 conselho. Eu, principalmente, sempre levei. Está no registro das atas do NEEP.
1660 Todas as demandas que são apresentadas aqui neste colegiado elas são levadas
1661 para dentro das discussões do NEEP. Uma delas foi justamente a necessidade de,
1662 nos últimos meses, a necessidade de orientação para os gestores da necessidade
1663 de os trabalhadores serem capacitados dentro do horário de trabalho e tantas
1664 outras que a gente também já apresentou, não é Lívia, trazendo justamente um

1665 reflexo de aquilo que a gente discute aqui no CEAS. **PRESIDENTE:** O pessoal está
1666 pedindo. Podemos colocar em votação? A plenária está esclarecida? Podemos dar
1667 a discussão como concluída? Conselheiros que aprovam pela aprovação da revisão
1668 do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS/MG, PEEP 2020-2023,
1669 referente ao ano de 2022, se manifestem, por favor. Algum conselheiro se
1670 manifesta pela reprovação? Algum conselheiro se abstém de votar? Obrigada pela
1671 votação e pela discussão. Consideramos aprovada a revisão do plano estadual.
1672 Considerando 12h30. Uma hora de almoço, podemos retornar 13h30 ou precisam
1673 de mais tempo? 13h40. **PRESIDENTE:** Boa tarde, pessoal. Retomando os
1674 trabalhos. A reunião já está sendo gravada. Na pauta da parte da tarde, nós vamos
1675 passar pelo status das denúncias que estão sendo acompanhadas pelas comissões.
1676 Eu vou pedir à Comissão de Apoio ao Controle Social, CMAS pediu para iniciar. Eu
1677 vou passar a palavra para o Conselheiro João Vitor. **JOÃO VITOR:** Boa tarde a
1678 todos. **LUDSON, CRESS:** Desculpe, mas, talvez agilize mais porque como a
1679 Comissão de Normas está basicamente sem denúncias. A denúncia está sendo em
1680 conjunto com a Comissão de Apoio, só para deixar registrado que pode pular a
1681 gente. **JOÃO VITOR:** Eu vim falar dela também dentro... **LUDSON, CRESS:** Na sua
1682 fala e tem um processo que está pendente que está só sobre... Desculpa. Em
1683 relação à Comissão de Normas, o assunto denúncias, a gente está tratando de uma
1684 denúncia em conjunto com a Comissão de Apoio e existe um processo de barragem
1685 que está com algumas pendências, mas está sob tratativa do Conselheiro Lucas.
1686 Não é propriamente uma denúncia, porque é o que está dentro de um processo,
1687 apesar de ter esse tipo de estirpe também. **PRESIDENTE:** Então, só resgatando
1688 aqui. A Comissão de Normas não tem nenhum informe sobre as denúncias agora. E
1689 na hora que acabar o status das denúncias eu passo para a Comissão de Normas
1690 dar o encaminhamento que tem lá sobre uma questão de barragem. Ok? João Vitor,
1691 por favor, Coordenador da Comissão de Apoio, dar início à apresentação. **JOÃO**
1692 **VITOR:** Boa tarde a todos. De denúncias a gente tem 4 pontos aqui para informar
1693 para vocês. Dois, a gente já chegou a comentar hoje nos informes, no início da
1694 nossa reunião do dia. Primeiro, teve um de Curvelo, cidade do nosso companheiro
1695 Lucas, que já houve a tratativa. Eu e o companheiro Philipe, nós fizemos uma
1696 reunião com eles. A maioria deles tem aquela grande deficiência do art. 30 da
1697 LOAS, então é esse funcionamento do CEAS, essas dúvidas que eles têm de
1698 instituição de lei do município porque a ação do conselho socioassistencial do
1699 município. Essas conversas com eles são bem tranquilas, então essa também era a
1700 questão do município de Curvelo onde já foi a tratativa no dia 19/07. **LUCAS,**
1701 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Mas e aí? **JOÃO VITOR:** Fizeram

1702 a tratativa. Eles ainda entraram em contato algumas vezes com algumas dúvidas. É
1703 claro que eles não conseguem regularizar da noite para o dia, mas só que eles
1704 estão empenhados em regularizar o conselho. A Paula mesmo fala que eles já
1705 ligaram depois da nossa conversa, da nossa reunião com eles. Eles já ligaram mais
1706 de 6 vezes aqui para o conselho sempre procurando se inteirar mais sobre o
1707 assunto de forma que dá para fazer a resolução. **PAULA, SEDESE:** Só completar
1708 mais um pouquinho, Lucas. Nós fizemos a reunião e estavam presentes, a princípio,
1709 claro, chega aquela questão muito da gestão e nós questionamos. Nós viemos aqui
1710 para falar com o conselho. Eles foram acionando, capturando as pessoas e chegou
1711 o representante do trabalhador, usuário, apareceu entidade lá que está até em
1712 trânsito, mas o pessoal foi entrando. Realmente, foram identificadas algumas
1713 pendências como a lei que não contemplava o segmento. O regimento discordante
1714 da lei. Não ter um Secretário Executivo que consta no CADSUAS, mas, de fato, a
1715 pessoa nem sabia o que era um conselho, mandou a lei errada. Você via que ela
1716 não estava inteirada de nada das funções do conselho. Mas, inclusive, a gestão
1717 também estava presente. Nós pontuamos tudo isso e eles aceitaram várias coisas
1718 que precisariam realmente fazer. Se comprometeram a adequar e, decorrente disso,
1719 depois foram feitos vários acionamentos perguntando mais como fazer. Nós só não
1720 pedimos o encerramento dessa denúncia porque a gente vai mantê-la por um
1721 tempo em acompanhamento para ver o que realmente está sendo superado, mas
1722 eu vi que tem um interesse deles. Eles estão mobilizando nesse sentido de se
1723 corrigir. **JOÃO VITOR:** O segundo ponto é uma das denúncias que já foram até
1724 esboçadas aqui hoje na parte da manhã, que é a do município de Juiz de Fora, pela
1725 associação que estava promovendo serviços públicos na cidade de Juiz de Fora.
1726 Mas, como foi informado aqui para vocês hoje, eles estão sob um TAC que tem
1727 término em julho de 2023. Até lá nós estamos de mãos atadas com Juiz de Fora e a
1728 gente não consegue realizar nenhuma ação até o cumprimento desse TAC. A
1729 nossa ação está sendo aguardar chegar o ano de 2023, para que a gente possa
1730 realizar algum tipo de ação com o município de Juiz de Fora. Algum complemento,
1731 Paula? **LUDSON, CRESS:** Eu só queria sugerir para a comissão porque, na
1732 verdade, é assim, acho que a gente não está de mãos atadas. A gente tem o papel
1733 de contribuir com um monitoramento. Talvez fosse interessante solicitar a Juiz de
1734 Fora, por exemplo, a lista dos servidores que foram nomeados no exercício de 2022,
1735 se é que eles já não mandaram essa informação, enfim, coisas desse gênero.
1736 **JOÃO VITOR:** No nosso primeiro contato, porque têm 5 anos que está dando essa
1737 tratativa dentro desse conselho. Essas coisas já foram solicitadas. Esse
1738 acompanhamento de perto com Juiz de Fora está sendo. Eu estou falando para

1739 uma realização mais, não é contundente a palavra, mas para regularizar mesmo
1740 tem que ter esse aguardo até 2023 por causa dessas questões já foram solicitadas.
1741 É uma questão que já vem de anos dentro do CEAS. **LUDSON, CRESS:** Mais uma
1742 dúvida. Do ponto de vista de saber o que é atualizado. Eles têm mandado essas
1743 informações? Por exemplo, a gente sabe quantos servidores foram nomeados, pelo
1744 menos em relação a algum período de 2022? **PRESIDENTE:** Sim. Eu posso
1745 responder porque esse caso a gente esteve no município e em reunião com a
1746 gestão. Tem essa informação. Por exemplo, eles já têm hoje todos os
1747 coordenadores dos serviços nomeados pela prefeitura com os servidores de
1748 carreira. O concurso público de 2019, que está vigente, ele tem que percorrer toda
1749 a lista para depois que acabar eles verificarem se tem a necessidade de fazer outra.
1750 O que a gestora colocou para a gente, inclusive. Ela chama. Aí a pessoa tem o
1751 prazo, porque ele tem o prazo para tomar posse. Quando um desiste tem que
1752 chamar o próximo, que eu acho que o João Vitor quer dizer. No ofício a gente
1753 tentou descrever um pouco melhor a situação, mas está acontecendo. Essa que é a
1754 questão. **LUDSON, CRESS:** Mas o que eu fico em dúvida é se a gente tem esse
1755 fluxo estabelecido com Juiz de Fora, no sentido de pelo menos isso. Quero dizer,
1756 ainda achei a descrição da Mariana uma coisa mais ampla. O que eu fico
1757 perguntando é: será que essa gestora não passou para a gente, por exemplo,
1758 dados de nomeações que foram feitas no ano passado e 2022 não aconteceu
1759 nenhuma? A gente está com todos os gestores de CRAS nomeados. Poxa, isso é
1760 pouco para uma cidade do tamanho de Juiz de Fora. Tem mais de 500 mil
1761 habitantes lá. O custo foi grande. Sei lá, deve ter uns 9, 10, 12 CRASs, 15 CRASs,
1762 não deve passar disso a quantidade de equipamentos em Juiz de Fora. Quer dizer
1763 que nesse período todo eles só nomearam entre 15 e 20 pessoas? E quem foi
1764 nomeado esse ano? **PRESIDENTE:** Veja bem, Ludson. Primeiro, que têm esses
1765 detalhes, sim, de nomeação desse ano. Agora, o que eu acho que a gente tem que
1766 pontuar aqui é: o município está cumprindo dentro do prazo que já foi dado a ele. A
1767 gente está fazendo o monitoramento. O município diz que está fazendo e detalha o
1768 que ele está fazendo. Eu só estou querendo pontuar assim, qual que é a
1769 competência do CEAS e atribuição nessa situação? Orientar o conselho municipal
1770 para dar o devido acompanhamento para que as coisas aconteçam dentro do prazo
1771 limite que a gestão se comprometeu, que é junho de 2023. E só pontuando, o TAC,
1772 o problema, ele já tem 5 anos que ele está dentro desse conselho, só que o
1773 município também passa por troca de gestão. Teve troca de gestão no ano passado.
1774 A gestão que assumiu está lá só há um ano e meio. E quando a gente conversa
1775 com a gestora, ela traz todo esse histórico. “Olha, estou aqui há um ano e meio.

1776 Nesse um ano e meio, a situação que eu encontrei foi essa. As primeiras
1777 providências que foram tomadas foram essas. E agora a gente está dando
1778 continuidade fazendo dessa e dessa forma.” **JOÃO VITOR:** Você esteve lá, não é
1779 Mariana? **PRESIDENTE:** Sim. Eu estou querendo dizer que a gente também,
1780 dentro da nossa competência, acompanha, orienta o CMAS, pode cobrar do CMAS
1781 novo posicionamento no ano que vem, mas, por hora, eu não vejo que esse CEAS
1782 tem mais algo a fazer. Está bom? É só questão também de colocar dessa forma
1783 para a gente pensar se tem algum encaminhamento adicional para esse caso.
1784 **GRAZIELE, CRP:** João, as capacitações do CMAS têm previsão de uma ordem
1785 prioritária? Por exemplo, aqueles municípios identificados que não cumprem o art.
1786 30, municípios que receberam denúncias nos últimos anos têm essa prioridade?
1787 **JOÃO VITOR:** Na verdade, a prioridade é na medida que vai chegando dentro da
1788 Comissão de Apoio, da medida que vão chegando as solicitações. Vai chegando a
1789 solicitação, a gente faz a primeira análise. **LUDSON, CRESS:** Capacitação. E acho
1790 que Juiz de Fora. **JOÃO VITOR:** Esse atendimento. Essas questões de capacitação,
1791 acho que todos os municípios que descumprem o art. 30, que têm a necessidade,
1792 nós vamos abarcar todos eles nesse GT que vai ser apresentado hoje aqui com a
1793 capacitação, que são aqueles que você, a Juanita, o Ludson, o Lucas, vão fazer,
1794 vão levar essa capacitação para esses municípios. É até uma forma e a Comissão
1795 de Apoio vê isso com bons olhos, que é uma forma de abarcar mais e reforçar mais
1796 o trabalho da Comissão de Apoio a esses conselhos. **PAULA, SEDESE:** Só para
1797 completar um pouquinho essa questão ainda de Juiz de Fora, antes de finalizar.
1798 Ludson, tudo bem, é importante a gente ter os dados atualizados, mas é bom ter o
1799 registro também que essa denúncia chegou para a gente agora em outro momento,
1800 mas ela já faz parte da história do CEAS há anos. A gestora já esteve lá. A
1801 presidente já esteve lá. O conselho municipal já esteve aqui porque ele foi
1802 convocado para dar essas informações. Essa tratativa vem de longa data, mas
1803 sempre batendo nessa questão dos 5 anos que estão finalizando agora em junho,
1804 do TAC, mas há um longo tempo que o CEAS acompanha. **LUDSON, CRESS:** Sim.
1805 Eu queria sugerir um encaminhamento para a comissão e ver se a gente tem
1806 guardida aqui no plenário que é fazer essa solicitação. É um ofício. É um pedido de
1807 informação, não quer dizer que a gente vai tomar providência necessariamente,
1808 mas eu acho importante a gente ter. Quantos servidores foram nomeados até agora
1809 e para quais cargos? E, sobretudo, quantos servidores nomeados em 2022. Porque
1810 a gente conhece gestor de município. A gente sabe como que é. Você deixa o
1811 prazo chegar no último segundo, de preferência quando está prestes do vencimento
1812 do seu mandato, para você simplesmente fingir que não existe. E é importante, pelo

1813 menos, a gente estar ciente do que está acontecendo para fazer com alguma
1814 pressão em nível político. Não estou dizendo necessariamente enquanto conselho,
1815 mas até para nós enquanto segmento sociedade civil, trabalhadores, que a gente
1816 possa fazer outras incidências a partir dessas informações. **JOÃO VITOR:** Ludson,
1817 a partir desse encaminhamento seu, só fica uma dúvida. **GRAZIELE, CRP:** Pessoal,
1818 tem muito barulho na plenária. A gente nem está conseguindo ouvir o pessoal do
1819 microfone. **JOÃO VITOR:** Esse encaminhamento seu só me gera uma dúvida e é
1820 questão de dúvida mesmo, que essa solicitação de relação de servidores que foram
1821 nomeados com cargo ou não. Isso, com a Comissão de Apoio acompanhando, mas
1822 junto com a Comissão de Política também, eu acho. Não? Eu creio que sim.
1823 **LUDSON, CRESS:** Pode ser. Na verdade, é só uma solicitação... **JOÃO VITOR:**
1824 Sim. Eu entendo, é só uma solicitação, mas eu acho que aí poderia ter uma
1825 tratativa de mais comissões para poder acompanhar mais a regularização do caso.
1826 **PRESIDENTE:** Gente, vamos organizar o encaminhamento. Eu acho que a gente
1827 não tem que pedir para o município relação de servidores. Isso não é competência
1828 do CEAS. O CEAS não precisa dessa informação. Como bem diz a Juanita: "O que
1829 nós vamos fazer com essa informação?" Não é isso. Eu acho que o que está sendo
1830 colocado é pedir uma informação de quantos profissionais, técnicos, em 2021 e
1831 2022, e a perspectiva para 2023, a fim de complementar as informações que já
1832 foram enviadas. **LUDSON, CRESS:** Mariana, número de servidores só para a
1833 relatoria, por cargo. **PRESIDENTE:** Podemos passar? Vamos tentar, só para
1834 facilitar o trabalho também. A gente tem várias denúncias. Eu queria pedir o
1835 coordenador fala o assunto da denúncia, fala o encaminhamento, depois a gente
1836 abre se a plenária quiser complementar, mas vamos tentar ser mais organizados na
1837 discussão das denúncias, porque são muitas. E a gente tem outros pontos de pauta
1838 para tratar aqui ainda para além das denúncias. **JOÃO VITOR:** No ponto 3, a gente
1839 tem o que foi mencionado hoje, trazido até pela companheira Graziele, a questão
1840 de Lagoa Santa, que é a questão sobre a eleição do CMAS de Lagoa Santa, onde
1841 que a divulgação daquela eleição, não abriram para profissionais e nem para
1842 usuários, profissionais e trabalhadores e usuários e assim tendo a irregularidade
1843 daquela eleição de Lagoa Santa. Já fizemos o primeiro contato com eles. A Grazi já
1844 trouxe até um feedback aqui hoje que a partir desse primeiro contato nosso com
1845 eles já houve até umas mudanças lá, né Grazi? Que eles entraram em contato com
1846 você informando. Mas, mesmo assim, eles solicitaram para a gente para a gente
1847 poder fazer esse atendimento com eles, essa reunião com eles. Eles solicitaram
1848 para a gente aguardar até o dia 20 por causa que eles querem ter uma reunião da
1849 Mesa Diretora primeiro, para depois ter uma reunião com a gente. Então essa

1850 denúncia ainda ela está em andamento ainda para a gente poder realmente efetivar
1851 um trabalho em cima dela. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eleição do conselho
1852 municipal de Lagoa Santa? **JOÃO VITOR:** Do conselho municipal de Lagoa Santa.
1853 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade, eu acho assim, que a primeira coisa
1854 é vocês conhecerem a lei de criação do conselho. Se na lei tem essa distribuição de
1855 representação. Se sim, porque como não foi falado eu estou perguntando. Se sim,
1856 se no edital de convocação da eleição possibilitava esses cargos se habilitarem ao
1857 processo eleitoral. Caso contrário, tem que recomendar a refazer, e eu não sei
1858 como que o Lucas entende melhor, tornar essa eleição ou refazer essa eleição do
1859 conselho em cumprimento à lei instituída lá no município. **JOÃO VITOR:** Só um
1860 minutinho, Paula e Grazi, porque vocês duas estavam preparadas para responder.
1861 A Grazi até informou que essas informações que eles enviaram para a gente, eles
1862 nem passaram em comissão lá para poder enviar. Eles nem passaram pela plenária
1863 para enviar. Fica muito volátil as informações que eles deram, então essa reunião,
1864 esse primeiro contato com eles de forma presencial, virtual, vai ser muito importante
1865 para a gente sanar quaisquer outras dúvidas que a gente possa vir a ter.
1866 **GRAZIELE, CRP:** Eu encaminhei à Secretaria Executiva a ata da plenária que eles
1867 encaminham essa resposta para o CEAS. E lá está claro que essa resposta foi feita
1868 sem acompanhamento do CMAS. Eu encaminhei para vocês. E essas outras
1869 informações, não sei se é pertinente eu passar. Encaminhei hoje pela manhã
1870 porque eles passaram para a gente ontem. Eu havia solicitado desde a última
1871 plenária do FET, mas elas encaminharam ontem para a gente. **PAULA, SEDESE:** A
1872 Juanita falou que parece que a gente está começando do zero, mas, na verdade,
1873 não é isso. Isso já está conosco há uns dois meses. Já era para ter vindo aqui há
1874 mais tempo. Não veio por falta de espaço na pauta. Nós já solicitamos, sim, toda
1875 essa documentação, regimento, a lei do conselho, o edital de chamamento, os
1876 ofícios que eles enviaram. Tem uma análise enorme de 13 páginas situando cada
1877 fragilidade identificada. Está tudo comprovado, sim. Nós já verificamos que muito
1878 das coisas só procedem, sim, a irregularidade. O que a gente tem feito? Já
1879 comunicamos ao conselho e já pedimos para que eles venham, então, venha todo o
1880 CMAS, a gestora e assessoria jurídica do município na Cidade Administrativa onde
1881 a gente vai tratar de toda essa questão. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na
1882 verdade, Paula, não é porque eu estou achando que está começando do zero, não.
1883 A informação tem que vir melhor organizada para a gente compreender o processo.
1884 A informação do coordenador e de outros conselheiros não possibilitou de a gente
1885 ter esse entendimento. Como eu não estou na comissão, o objetivo desse momento
1886 é a gente contribuir com a comissão. A informação precisa vir melhor organizada.

1887 Só isso. **GRAZIELE, CRP:** Só corroborando com a Juanita, sim, faz muito sentido
1888 porque a gente até tem uma informação porque a gente está em conversa
1889 constante com o pessoal de Lagoa Santa através do FET, mas, realmente, fica
1890 confuso quem não tem a informação aqui na plenária o processo não dá para
1891 compreender mesmo não. A gente compreende, porque a gente da comissão está
1892 debruçada sobre ele. A gente do FET sabe da informação. **PAULA, SEDESE:** A
1893 gente tem uma análise muito grande. É porque orientação diz assim, para trazer
1894 pontos resumidos para a plenária, então a gente tem tudo isso documentado, mas a
1895 gente não trouxe o processo inteiro para apresentar aqui, senão ficaria aqui duas
1896 horas só com esse... Mas tem sim tudo isso comprovado. **JOÃO VITOR:** A quarta
1897 denúncia é de Virgem da Lapa. É uma denúncia que chegou pelo CNAS. O relato é
1898 que no ano de 2014 chegou uma denúncia no CNAS que falava que a Mesa
1899 Diretora, o CEAS, ele foi composto para poder beneficiar a administração pública da
1900 época. Essa denúncia foi para o CNAS. Essa denúncia chegou até a gente aqui no
1901 momento. Quando nós enviamos um ofício requerendo informações sobre essa
1902 denúncia ao conselho municipal de Virgem da Lapa, acontece que a pessoa que fez
1903 a denúncia naquela época sobre essa montagem dessa mesa favorável à
1904 administração pública, hoje essa pessoa é o presidente do conselho. Jogou a pedra
1905 e caiu do alto. Caiu na cabeça dele. Ele é o presidente desse conselho. Hoje ele
1906 informa que não tinha nada disso, que ele não era favorável, mas, mesmo assim,
1907 foram solicitadas as documentações e foi enviado um ofício solicitando as cópias da
1908 lei, criação do conselho, Regimento Interno, atas de eleição, Mesa Diretora, informe
1909 sobre irregularidades apontadas. Não houve indicação de outros funcionários para
1910 ocupar dentro dos termos previstos da NOBSUAS 2012 da Secretaria Executiva.
1911 Recebemos esse documento, essas documentações no dia 09/08. Foi informado
1912 que foi alterada em 2021 a lei deles contemplando a paridade, mas não há
1913 proporcionalidade dentro do conselho a discrepância a ser corrigida nos segmentos,
1914 contempla 4 vagas para entidades e um para trabalhadores ou usuários. O
1915 processo eleitoral das entidades ocorre em processos específicos. Já trabalhadores
1916 e usuários são eleitos durante a conferência. Foram eleitos durante a conferência.
1917 O próprio conselho manifestou a instituição como a lei de atualização, porém ainda
1918 não conseguiu uma nova alteração. Esse aqui é o resumo que nós fizemos, pois,
1919 como é muito recente, então a gente não ouve muita discussão sobre ele ainda. O
1920 regimento interno precisa ser revisto de Virgem da Lapa, ainda está em
1921 atendimento. Estamos acompanhando para poder entender mais sobre o processo
1922 de Virgem da Lapa e pode fazer a regularização dessas pendências que há no
1923 CMAS de lá. Paula, algum complemento? **SILVESTRE, SEF/MG:** João? Só queria

1924 saber o seguinte, eles informaram alguma coisa sobre a prestação de contas de
1925 2014, a forma de utilização inadequada desses recursos? **JOÃO VITOR:** A Paula
1926 vai... **PAULA, SEDESE:** O presidente, que na verdade ficou muito bravo quando ele
1927 recebeu isso aí, que ele não aceita como denúncia, que ele tinha feito uma consulta
1928 no CNAS e eles chegaram para a gente como denúncia. Falei: “chegou como
1929 denúncia, agora nós temos que tratar nesse sentido”. Essa questão de 2014, que
1930 era anterior na época que ele respondia pela Secretaria Executiva mesmo sem ser
1931 o secretário porque ele fez a denúncia, ele informa que na época o conselho pediu,
1932 identificou uma irregularidade. Solicitaram o ofício para a gestão. E a presidente
1933 muito submissa não aceitou fazer e não assinou ofício, então ficou parado. Agora,
1934 uma segunda cobrança do Fundo Nacional, foi que veio essa denúncia para cá
1935 agora, aí, sim, segundo ele, oficializou a gestão ao prefeito e foi informado que essa
1936 questão já está superada. Porém, ele não enviou nenhum documento que me
1937 comprove. O que eu tenho é o ofício dele falando que já está superado, mas é um
1938 documento que não comprova isso, não. Ele informa, fala que realmente a lei dele
1939 contempla 4 entidades e 1 vaga, ele fala assim: 1 usuário e/ou trabalhador. Pode
1940 ser um ou outro, então nem contempla as duas. E também faz um edital para
1941 chamamento da eleição das entidades. Isso já publica o edital direitinho. Quando é
1942 do usuário e trabalhador é eleito em conferência. Você vê que tem uma, como se
1943 fosse uma valorização menor. Eles mesmos já entendem que isso está errado. E a
1944 gente até vê que estamos trabalhando muito com a atualização de lei e regimento,
1945 pegando de uma determinada época, a lei deles foi atualizada em 2021, porém ela
1946 permanece com o mesmo erro. Eles mesmo estão insatisfeitos pedindo para que
1947 seja refeito, mas, até o momento, ainda não conseguiram essa nova atualização.
1948 Essa denúncia foi para o CNAS. O CNAS passou para a SEDESE. Veio para a
1949 gente. Ela já está aqui há algum tempo. Nós estamos tratando disso.
1950 **PRESIDENTE:** Só para registrar na ata. Essa denúncia chegou ao CEAS, aqui de
1951 MG, em maio desse ano. E os conteúdos, o que foi levado para o conselho nacional,
1952 é que foi referente a 2014. Mas nós tomamos conhecimento aqui agora. Ainda está
1953 em fase de apuração e orientação técnica para adequação. Ok. **PAULA, SEDESE:**
1954 Da Comissão de Apoio são essas 4. **PRESIDENTE:** Eu vou passar para a Soraia
1955 para fazer a apresentação das denúncias da Comissão de Política. **SORAYA,**
1956 **SEDESE:** Eu vou iniciar a apresentação. Nós temos 5 denúncias e uma que
1957 envolve o município de Betim. Eu vou deixar para o final, porque ela vai demandar
1958 mais tempo. A comissão pode me ajudar, por favor. Na planilha que vocês
1959 receberam com o status das denúncias, nós temos a denúncia do município de
1960 Presidente Bernardes, considerando uma servidora conselheira e que foi nomeada

1961 para um cargo para ser também apoio técnico. Nós solicitamos do município a
1962 legislação municipal que tratava da nomeação e entendemos que o município não
1963 estava procedendo corretamente, considerando que o apoio técnico para os
1964 conselhos precisa ser exclusivo. E essa servidora, além de conselheira, ela também
1965 dividia a função de apoio técnico com o trabalho da secretaria, com o trabalho da
1966 gestão. O apoio técnico é a Secretaria Executiva. É um técnico que vai apoiar o
1967 funcionamento do conselho. Ela é servidora do município. Trabalha na gestão. É
1968 conselheira representando a gestão e é Secretária Executiva do conselho. E ganha
1969 uma gratificação para essa função como Secretária Executiva do conselho. O que
1970 nós fizemos foi encaminhar solicitação para a gestão municipal dessa nomeação,
1971 solicitamos informações de como que estava essa situação. E nos reunimos.
1972 Fizemos uma reunião virtual com o chefe do departamento de assistência social lá
1973 do município. É um município pequenininho, Presidente Bernardes, e ele disse que
1974 eles já tinham revogado o decreto de nomeação da servidora nesse cargo que ela
1975 recebia uma gratificação para ser Secretária Executiva. Nós solicitamos ao
1976 município esse decreto publicado que revoga a nomeação da servidora e
1977 orientamos quanto à execução exclusiva do servidor na Secretaria Executiva ou
1978 como conselheiro representando a gestão. Nós orientamos ao gestor com relação a
1979 essa atribuição da Secretaria Executiva. Ele entendeu. Disse da dificuldade de
1980 organizar por questão de o município ser muito pequeno, mas, enfim, que já tinha
1981 tomado a providência de revogação. Alguma pergunta? **GRAZIELE, CRP:** Se ela foi
1982 exonerada, alguém ocupou o cargo dela. Vocês solicitaram se tem Secretária
1983 Executiva, se tem o apoio? **PRESIDENTE:** A minha pergunta é um pouco diferente,
1984 mas para complementar. Ela foi exonerada da função técnica de Secretária
1985 Executiva e continua conselheira? E ficou sem ninguém na função de Secretaria
1986 Executiva, é isso? **SORAYA, SEDESE:** Não. Eles colocaram outro servidor como
1987 Secretaria Executiva, e ela se manteve no trabalho da gestão e conselheira como
1988 representante da gestão. **IARA, CSJB:** Só complementando o esclarecimento. O
1989 que ele nos deu de retorno? Ele perguntou para a gente que já tinha, que o
1990 município não tem tantas demandas considerando o porte, que já tinha uma pessoa
1991 que ocupava o cargo na Secretaria Executiva do conselho municipal da criança e
1992 do adolescente. Se poderia essa mesma pessoa, considerando as demandas do
1993 município, poderia ocupar o cargo de Secretária Executiva para os dois conselhos.
1994 E a gente fez a orientação que sim, se ela já tinha essa função com o outro
1995 conselho. Se o município é pequeno e que se ela daria conta dessa demanda, que
1996 poderia sim. Essa pessoa agora assume o cargo de Secretaria Executiva em
1997 ambos os conselhos, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e no

1998 Conselho Municipal de Assistência Social. Esclarecidos? **LUCAS, CONSELHO**
1999 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu acho, e é uma perspectiva que eu tenho da
2000 orientação dada pela comissão. Eu acho temerário a gente dar orientação de que,
2001 sim, a Secretária Executiva do conselho pode ser dividida com outro conselho. A
2002 gente, por via de consequência, está fragilizando um pouco o serviço da Secretaria
2003 Executiva do conselho. É claro que todo esse trabalho tem que ser levado em
2004 consideração, a demanda que é tratada dentro do município. Mas ter uma
2005 orientação do conselho sobre a possibilidade dessa divisão, acho temerário até
2006 mesmo por uma questão de enfraquecimento também do próprio trabalhador da
2007 Secretaria Executiva. **GRAZIELE, CRP:** É claro que a política é descentralizada e
2008 territorial. Dentro do contexto do município, a gente até compreende que às vezes
2009 sim. Mas dizer que pode porque tem várias orientações e normativas dizendo que a
2010 atuação da Secretaria Executiva é exclusiva da assistência. É claro que dentro de
2011 um contexto de um município pequeno que as demandas são pequenas, tem
2012 poucos servidores, o município toma a decisão. Mas eu acho que a orientação
2013 deveria ser que o trabalho da Secretaria Executiva é exclusivo, não impedindo de
2014 acumular outros conselhos, de acordo com a necessidade e competência e
2015 capacidade de demanda. **SORAYA, SEDESE:** Ok. Vamos para o próximo. Kariny,
2016 fala no microfone. **LUDSON, CRESS:** Ela colocou a seguinte questão: existe uma
2017 orientação nacional, alguma norma que possa estabelecer essa exclusividade do
2018 Secretário Executivo vinculado ao SUAS? Nesse nível de explicitação, não, mas,
2019 veja bem, o Secretário Executivo assim como um membro da gestão da proteção
2020 social básica ou da especial, ele é um servidor da Política de Assistência Social. Ele
2021 é um servidor do SUAS. O que ele vai estar fazendo acumulando funções com duas,
2022 três, quatro políticas diferentes? O cara vai ser Secretário Executivo registrado no
2023 CadSUAS e, ao mesmo tempo, registrado no CadSUAS como secretária da saúde,
2024 ou do CMDCA, ou do conselho da mulher. Não. Se vale para o CMDCA, por que
2025 não vale para o CMAS? Por que não vale para o conselho da cidade? Entende? O
2026 CMDCA não está vinculado ao SUAS. Esse tipo de controvérsia que começa a
2027 surgir. Você vai usar recursos da Política de Assistência Social para financiar
2028 atividades vinculadas a conselho de outros tipos de políticas públicas? A gente
2029 sabe que na prática essa é uma questão controversa, mas, enquanto CEAS, eu
2030 acho que a gente não deveria estimular. **GRAZIELE, CRP:** Por exemplo, tem no
2031 meu município, tem aqui na SEDESE acumulação de outras políticas. No meu
2032 município a habitação está dentro da assistência, não tem como segmentar. É essa
2033 a questão. A gente até entende que alguns municípios menores não vão ter esse
2034 braço mesmo, não. Mas a orientação que eu penso que o CEAS deveria prestar é

2035 essa, que a atividade da Secretaria Executiva tem que buscar ser exclusiva por
2036 uma proteção da Política de Assistência Social, contudo, o município e o gestor têm
2037 autonomia de decisão. **SORAYA, SEDESE:** Ok. Nós recebemos uma solicitação de
2038 orientação para o CMAS de Jequitinhonha. Agora que me veio aqui que isso seria a
2039 Comissão de Apoio, mas, enfim. “Orientação referente ao recurso que foi recebido
2040 de terceiros e alocado no Fundo Municipal de Assistência Social, conforme
2041 informação repassada pelo CMAS de Jequitinhonha. O CMAS de Jequitinhonha
2042 solicitou orientação sobre os recursos que foram alocados no fundo municipal.
2043 Recursos oriundos de repasse por voluntariado, doação de imposto de renda por
2044 meio do Banco do Brasil. Segundo informações do CMAS, o recurso deveria ser
2045 destinado ao Conselho Municipal do Idoso, no entanto, o município de
2046 Jequitinhonha ainda não tem esse conselho. Motivo pelo qual foi repassado ao
2047 CMAS de Jequitinhonha. O recurso é uma doação para um projeto específico,
2048 Projeto cuidar com amor, é cuidar com dignidade. Apresentado ao CMAS por
2049 conselheira e coordenadora do Lar dos Velhinhos. ILPI (Instituição Longa
2050 Permanência para Idosos)”. Isso aqui, gente, de acordo com o que veio na
2051 denúncia. “O CMAS está com dúvida como deve ocorrer o processo de
2052 transferência do recurso para a referida entidade. O recurso já se encontra na conta
2053 do Fundo Municipal de Assistência Social para ser executado e possui prazo para a
2054 execução. É necessário apresentar termo de fomento para utilização desse tipo de
2055 recurso ou pode ser transferido para conta específica do projeto da ILPI?”
2056 Considerando a demanda do CMAS, foi feita uma orientação técnica por e-mail
2057 informando que os recursos do Fundo de Assistência Social devem ser usados
2058 observando as normativas do SUAS e, neste caso, a MROSC. 15/03/2022. Técnica
2059 da comissão fez orientação por e-mail sobre a questão apresentada em relação ao
2060 recurso destinado ao Fundo Municipal de Assistência Social. E foi orientado que
2061 todo recurso da Política de Assistência Social deve seguir as regras e normas
2062 estabelecidas pela legislação da PNAS, devendo-se observar a resolução nº 21, de
2063 novembro de 2016, do CNAS. E os requisitos para celebração de parcerias
2064 conforme Lei Federal nº 13.019/2014, que trata das parcerias, a MROSC. É porque
2065 está escrito assim que a discussão, que o CMAS não deveria ter recebido o recurso,
2066 enfim. Essa discussão foi uma das primeiras que a gente recebeu e que a gente fez
2067 quando foram estabelecidas as comissões. O ofício ao CMAS. Foi encaminhado um
2068 ofício ao CMAS sobre a demanda dizendo que a única forma de receber o recurso
2069 de dedução do Imposto de Renda é via fundo específico da criança e do
2070 adolescente, do idoso ou da pessoa com deficiência. E para a existência desses
2071 fundos é preciso criar o conselho de direito correspondente com a política

2072 específica. Caso o município não tenha o conselho, não é possível ter o fundo. O
2073 que está aqui foi o encaminhamento de um ofício orientando ao município com
2074 relação às normativas para parcerizar e com relação à criação dos conselhos
2075 municipais, considerando a política do idoso, da criança e do adolescente.
2076 **LUDSON, CRESS:** Na verdade, é só um comentário e nada a pontuar sobre a
2077 orientação da comissão. Acho que é isso mesmo. É só para a gente sempre
2078 lembrar que quando tem essas questões de parceria, eu acho muito importante, nas
2079 orientações, sempre citar que qualquer recurso repassado à instituição,
2080 independente se vai ter ou não chamamento público, porque a gente tem as
2081 hipóteses de dispensa, de inexigibilidade, é necessário ter um plano de trabalho
2082 que vai passar por avaliação técnica e avaliação financeira porque, sobretudo em
2083 município pequeno, existe a prática de pegar o dinheiro e jogar na mão de entidade.
2084 Às vezes a entidade não apresenta nem um plano de trabalho. Não apresenta
2085 nenhuma documentação. Você simplesmente pega e passa, destinação de verba
2086 de fundos especiais, de emenda parlamentar. Mesmo nesses casos tem que ter
2087 plano de trabalho. Ele tem que passar por avaliação técnica e avaliação financeira.
2088 Exatamente. Mas eu acho que além de citar, explicitar, obedecer a 13019,
2089 sobretudo em relação às questões referentes à análise de plano físico e financeiro
2090 do plano de trabalho da instituição em qualquer hipótese de repasse. **MARIA**
2091 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Primeiro que isso não é uma denúncia, é um ofício
2092 solicitando orientação. A conduta é completamente diferente. Antes desse CEAS,
2093 as orientações, quando necessitavam de uma análise, eram feitas pelo técnico que
2094 fazia uma nota técnica para orientar o município. Na nota técnica a técnica de
2095 referência ou a técnica específica colocava a referência. Ofício solicitando
2096 orientação... Na análise, fazia a análise técnica que o fundo é fundo público. Para
2097 capacitar com recursos destinados à assistência técnica. Inserido a recurso na
2098 assistência, a partilha desse recurso deve ser criteriosa por meio de indicadores,
2099 por meio de diagnóstico. Na conclusão, considerando que o recurso já está no
2100 FEAS, o processo de repasse desse recurso para a entidade deve obedecer aos
2101 critérios de partilha, que deve ser apresentado pelo gestor, aprovado pelo colegiado
2102 e, a partir daí, estabelecido o termo de parceria. Mas eu acho que a gente precisa,
2103 até para ganhar tempo, a orientação pode ser assim conduzida se a Comissão de
2104 Política entender que precisa passar por ela. No meu entendimento não precisa. O
2105 técnico assina a nota técnica. Eu não sei como que está isso na operacionalização
2106 do conselho que nós fizemos. Eu não sei se o presidente tem que assinar de
2107 acordo com a nota técnica, mas eu lembro que tem alguma coisa nesse sentido. Só
2108 uma contribuição mesmo. **ADELMIRA, SEDESE:** Eu estou na Comissão de Política

2109 já tem um tempo e eu nunca assinei nota técnica. E a Consolação sempre pedia,
2110 quando chegava orientação, a gente fazia até por e-mail. E ela lia. A gente
2111 respondia. Quando esse conselho municipal pediu orientação, ela queria até uma
2112 certa urgência, porque eles fizeram uma coisa que eles não estavam nem
2113 entendendo direito o que tinha sido feito. Eu mesma mandei um e-mail. A gente
2114 conversou com a equipe, até com a SEDESE mesmo a gente compartilhou e
2115 encaminhamos uma resposta. Depois foi para a Comissão de Política, mas
2116 enviamos um ofício orientando novamente. **SILVESTRE, SEF/MG:** Jequitinhonha
2117 não tem o fundo do idoso? Não tem conselho do idoso? **SORAYA, SEDESE:** Não.
2118 **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu aconselharia eles a entrarem em contato com o
2119 Conselho Estadual do Idoso, porque esse dinheiro foi destinado para uma
2120 instituição de atendimento às pessoas idosas. Isso é receita federal. É renúncia de
2121 receita em favor de uma instituição destinada ao atendimento de idoso. Como tal,
2122 deve ser procurado o conselho do idoso. Eles devem entrar em contato com o
2123 conselho do idoso aqui. Eu, se você não se incomodar, como eu sou do conselho
2124 do idoso, eu vou entrar, falar lá no conselho do idoso, na Secretaria Executiva, para
2125 entrar em contato com eles. Porque Jequitinhonha é uma cidade grande. Já deveria
2126 ter um Conselho Municipal do Idoso. **SORAYA, SEDESE:** Na orientação que foi
2127 encaminhada, foi essa orientação, para que eles realmente acionassem o conselho
2128 do idoso estadual para essa demanda. Mas hoje a gente não sabe dizer se eles já
2129 criaram ou não porque essa orientação é de março desse ano. Mas, sim, pode levar,
2130 mas dizendo que eles já foram orientados e que receberam toda orientação com
2131 relação a essa questão do conselho do idoso. Mira, quer completar alguma coisa
2132 aqui? **ADELMIRA, SEDESE:** Não. **SORAYA, SEDESE:** É só dizer que essa
2133 situação, que a Mira colocou, ela mesma organizou a orientação, encaminhou e não
2134 ficou parado. Porque ela já tinha entendido e a gente acabou por discutir que era
2135 uma questão mais urgente de orientação técnica mesmo, logo, a Mira já fez essa
2136 resposta. **ADELMIRA, SEDESE:** No ofício a gente pediu informação de como
2137 estava a situação, mas o conselho ainda não respondeu. Repliquei o e-mail com o
2138 ofício e a gente ligou também, agora, esse mês, para eles retornarem. Mas, até a
2139 data, a gente não recebeu retorno. **ÉRICA, CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Qual
2140 é o problema de isso tudo? A empresa que deduziu esse valor, ela não vai
2141 conseguir a isenção fiscal lá em relação a esse valor. Se foi uma empresa que
2142 normalmente é, ela vai atrasar. É um dinheiro que ela gastou à toa, vamos dizer
2143 assim, porque na hora em que ela for usar o recibo, não vale. Porque o recibo tem
2144 que estar destinado para os fundos específicos lá na hora de fazer a declaração de
2145 Imposto de Renda. Não é só gastar o dinheiro, tipo assim, está no fundo, vamos

2146 usar para o idoso mesmo. Não adianta. Não adianta nem acompanhar a MROSC.
2147 Não adianta nem fazer chamamento porque a empresa vai ser prejudicada. Ela não
2148 vai aceitar esse prejuízo. Se fosse mixaria de R\$ 100,00, R\$ 500,00, acho que a
2149 pessoa até deixaria para lá, mas a gente sabe que não é. É do município, mas
2150 estou dizendo assim, que eles têm que saber que eles não podem usar o dinheiro
2151 independente porque está lá no fundo. **PRESIDENTE:** Pode seguir, Soraia.
2152 **SORAYA, SEDESE:** Nós temos outra situação que não trata de denúncia, mas
2153 trata de orientação e também informações. É sobre a situação dos povos indígenas
2154 da etnia Warao, da Venezuela, em condição de refugiados no Brasil. Foi uma
2155 demanda do CONSEA. Nós encaminhamos alguns ofícios solicitando aos
2156 municípios que têm em sua população esse público específico. Tivemos respostas
2157 de alguns municípios, de outros não. E eu vou pedir a Mira para falar, porque como
2158 ele tratou mais de uma orientação e, na verdade, de busca de informação, a gente
2159 tem um histórico dos ofícios que foram sendo enviados. É uma situação que já está
2160 desde o ano passado. E que os municípios ainda não haviam respondido e a gente
2161 foi reiterando os ofícios com a solicitação. O CONSEA pediu qual o tipo de
2162 acompanhamento que estava sendo feito a esses povos. Quem faz o
2163 acompanhamento é o município, por isso a gente solicitou informações dos
2164 municípios. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Nesse caso específico é só
2165 responder o CONSEA, no meu entendimento, que no âmbito do SUAS quem tem a
2166 responsabilidade de atender e acompanhar usuários no seu território é o munícipe.
2167 E, na dificuldade ou na impossibilidade dele, que o estado apoie e oriente inclusive
2168 ele a se reportar ao município. **ADELMIRA, SEDESE:** Nesse processo a SEDESE
2169 foi acionada. Quando chegou o ofício, várias instâncias também, inclusive a Casa
2170 de Direitos Humanos respondeu, cada um respondeu. Inclusive a SEDESE
2171 respondeu que estava elaborando o plano em relação aos imigrantes, a SUBDH e
2172 também a gente já reenviou conforme a deliberação do mês passado a resposta
2173 para o CONSEA. Só 4 municípios que não responderam. Nós reiteramos Belo
2174 Horizonte, Sete Lagoas, Uberlândia e Vespasiano. A gente reenviou o ofício e
2175 enviamos por e-mail de novo e ligamos. Dois deles acusaram o recebimento.
2176 **SORAYA, SEDESE:** Sobre o município de Juiz de Fora, a Comissão de Apoio já
2177 trouxe agora mais cedo. Como foi uma ação conjunta, a Comissão de Apoio já
2178 trouxe. A Mariana enquanto gestão também trouxe. E a gente passa para o
2179 município de Betim. O município de Betim tem duas situações. A primeira trata-se
2180 da precarização dos contratos de trabalho que já foi dito aqui. Terceirização dos
2181 serviços. Possui um concurso público vigente, mas a gestão municipal teve uma
2182 decisão de abrir um processo seletivo. Fizeram um chamamento público em janeiro

2183 para essa convocação dos contratados. A comissão, por várias vezes, tentou
2184 contato com o CMAS do município para entender qual acompanhamento do CMAS
2185 com relação a essa situação dos trabalhadores no município. Encaminhamos ofício
2186 para o Ministério Público. Estou tentando lembrar o mês, mas, salvo engano, foi em
2187 junho que o presidente do CMAS de Betim esteve aqui nesse conselho, se
2188 apresentou, se colocou totalmente à disposição, mas não fez nenhuma resposta por
2189 escrito. Não se manifestou em participar de reunião que a comissão tentou agendar.
2190 E nesse mês de setembro ele entrou de férias e nos respondeu dizendo que não
2191 teria condições de fazer reunião por estar gozando de férias, mas nós fizemos
2192 orientação também de que o conselho teria outros representantes e conseguimos
2193 agendar uma reunião virtual com a vice-presidente que representa a sociedade civil.
2194 O presidente do CMAS é representante do governo e ele disse que não responderia
2195 ao CEAS porque tínhamos encaminhado somente por e-mail e que havia a
2196 necessidade de formalizar via correio. A gente percebeu que era uma intenção de
2197 protelar, prorrogar, de não nos atender. A gente está com essa questão da
2198 dificuldade do contato. Na última plenária foi designado que se não
2199 conseguíssemos fazer essa reunião virtual ou que conseguíssemos, mas que
2200 haveria uma visita técnica ao município. Nessa reunião virtual com a vice-
2201 presidente, ela não conseguia responder sobre o processo seletivo, sobre o
2202 acompanhamento do TAC que o município tem. Toda informação que a gente
2203 solicitou, ela não conseguia dizer. A gente percebeu ali que ela estava chegando
2204 naquela situação naquele momento e ela solicitou um tempo para que pudesse
2205 levantar essas informações junto à gestão. No dia 20 de setembro, o conselho
2206 municipal tem reunião da Mesa Diretora, então a Comissão de Política buscou essa
2207 informação porque, na verdade essa informação foi levantada pelo Instagram do
2208 conselho municipal. Nós não recebemos essa informação. E a comissão entendeu
2209 que a visita seria uma estratégia fazer a visita nesse dia da reunião da Mesa
2210 Diretora lá no conselho municipal de Betim. O nosso objetivo é conseguir entender
2211 como o conselho municipal tem atuado, fiscalizado junto ao município para o
2212 cumprimento do TAC. Um processo já foi arquivado. Isso foi dito aqui na reunião
2213 passada. E agora a gente tem instauração de outro inquérito que está sendo
2214 apurado com relação à terceirização dos serviços. Essa situação ainda não foi
2215 apurada. O Ministério Público respondeu dizendo desse inquérito. Eu acho que é
2216 isso. Os representantes aqui da comissão que irão nessa visita, são: Conselheira
2217 Crislayne, Grazi, que vai pelo CRP e a Sirlene vai pela Secretaria Executiva. Essas
2218 três pessoas que participarão dessa visita no dia 20 de setembro, às 14 horas.

2219 **PRESIDENTE:** Eu quero só fazer uma pergunta. O conselho municipal, essa visita

2220 não foi acordada com eles? Eles não sabem da visita? **SORAYA, SEDESE:**
2221 Desculpa, só um minuto. Vou responder essa pergunta. É porque a Michele está
2222 me lembrando ali. Ontem eu conversei com ela e ela se disponibilizou a ir nessa
2223 visita representando a gestão. E a Mariana fez a pergunta e eu ia dizer. Na reunião
2224 virtual, nós deixamos agendada a visita do dia 20, dizendo para a vice-presidente
2225 que até o dia da visita a gente precisaria das informações que ela ficou de
2226 conseguir junto à gestão. Eles estão sabendo da visita do dia 20. A vice-presidente
2227 foi avisada em reunião. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É só uma reflexão com a
2228 comissão. A gente não tem todas as informações, mas no sentido de colaborar.
2229 Primeiro, chega ao conselho uma denúncia de gestão. A gente tem que solicitar da
2230 gestão do município ou do estado informações com relação àquela denúncia.
2231 Primeiro, informar que a denúncia chegou e solicitar informações sobre essa
2232 denúncia, ou ao gestor municipal ou a própria SEDESE, com relação a essa
2233 denúncia. E também solicitar ao conselho o que o conselho está fazendo,
2234 considerando essa denúncia, se ele está acompanhando e quais foram os
2235 procedimentos. Ou eu dormi ou eu não vi essa parte da articulação que vocês
2236 fizeram junto ao gestor. **ADELMIRA, SEDESE:** Nós enviamos um ofício para o
2237 gestor. **SORAYA, SEDESE:** Foi enviado ofício para a gestão também solicitando o
2238 retorno de informação. E a gente não teve resposta nem do gestor e nem do
2239 conselho municipal. **RODRIGO:** Eu queria perguntar para a Secretária Mariana
2240 quanto ao CAGEC. Estava falando mais cedo com a Iara. Na hora que vocês
2241 recebem o CAGEC, vocês fazem avaliação lá do conselho, o plano de fundo. E eu
2242 pergunto ao Lucas. Está calado hoje, não é Lucas? Se não é um tipo de estelionato,
2243 sabe? Você botar uma informação que está tudo ok no município e, de repente, a
2244 gente aqui em dois anos, um ano, seja lá o tempo que a gente passa aqui, essas
2245 informações recorrentes, elas aparecerem com essa fragilização da maior
2246 tecnologia que a gente tem no SUAS hoje, que é o nosso pessoal. Porque não é
2247 possível. Dói até nos ouvidos da gente. Toda hora é recorrente gestor tentando
2248 arrumar formas de usar de nós, OSCs, para burlar o sistema. Eu queria saber, em
2249 relação ao CAGEC, como fica isso? Não sei se é novo para vocês, mas para a
2250 gente está difícil. Está complicado. **PRESIDENTE:** O que é novo? **RODRIGO:** Essa
2251 história do conselho, plano e no fundo. Os caras apresentam no conselho, passam
2252 para vocês, de repente parece que está tudo ok para vocês. Só que a gente está
2253 vendo aqui que não está ok. **PRESIDENTE:** Vamos lá. A pergunta do Rodrigo é o
2254 seguinte. No CAGEC, a gente pede a comprovação do art. 30 da LOAS. Qual que é
2255 a comprovação? Tem conselho. Está funcionando. O conselho é paritário. O
2256 conselho é proporcional. O fundo está funcionando. Tem CNPJ próprio. O

2257 ordenador de despesa quem é e tem recurso próprio alocado no fundo. Esqueci de
2258 alguma coisa? E o plano municipal e a periodicidade dele. Apresentada essa
2259 documentação, isso tudo é apresentado em forma de documentação. Apresentada
2260 essa documentação, ele vai ter a regularidade no CAGEC que permite ele receber
2261 recursos do fundo estadual. O governo federal também faz essa mesma análise
2262 para repasse dos recursos fundo a fundo. Isso é a comprovação do art. 30 da LOAS.
2263 No caso do município de Betim, a denúncia é sobre a precarização dos serviços. O
2264 município está executando os serviços públicos do SUAS não de forma direta. Ele
2265 está executando de forma indireta. A gente tem na LOAS, na NOB, o indicativo de
2266 que CRAS e CREAS têm que ser executados diretamente pelo poder público. Tem
2267 que ser equipes próprias, de preferência efetivas, porque a contratação temporária
2268 também vai fragilizar o serviço. A questão do município de Betim, na minha visão,
2269 está na relação da gestão no entendimento, na forma de execução da política
2270 pública que está fragilizando o serviço. E eu acho que dentro disso, também é
2271 importante a gente pensar, qual a competência do CEAS enquanto controle social.
2272 Por quê? O CEAS também não tem como obrigar a gestão de Betim. Quem vai ter
2273 o poder, o poder que eu estou falando no sentido de obrigar o município, vai ser o
2274 poder judiciário. Nós não somos poder judiciário. A gente não aplica pena. A gente
2275 não aplica sanção. Vamos dizer, a sanção que poderia ser dada seria não repasse
2276 de recursos. Mas aí ele teria que descumprir essa questão do art. 30 da LOAS, de
2277 prestação de contas. Aí a gente passaria para uma outra análise. Eu acho que o
2278 que está sendo analisado é a execução precária dos serviços, a relação precária de
2279 trabalho do município. E aí eu acho que a gente tem que entender qual é o papel do
2280 CEAS nessas situações. **RODRIGO:** Secretária, eu sou OSC. Então eu vou lá no
2281 conselho nacional e faço o protocolo pedindo igual ao que está lá agora. Se eu
2282 mentir para o governo que eu não faço recolhimento dos meus 20% ou, então, que
2283 eu faço o recolhimento dos meus 20% só com a turma do TI, eu vou ser penalizado.
2284 Pensando assim, eu estou falando da minha natureza. Quando o conselho
2285 apresenta para vocês estado, conselho, plano e fundo, as informações, se essas
2286 informações não estão certas eles estão ferindo a lei. Tudo bem, vai doer no bolso?
2287 Como dói no meu bolso também na minha OSC. Eu não sei se tem o estudo, se
2288 tem essa percepção, que a gente está ficando frágil. A gente está ficando na mão
2289 deles. E assim, eu não estou falando na mão dos trabalhadores, das pessoas que
2290 estão lá querendo cumprir com a lei, com as gestões que não estão nem aí, que
2291 não estão preocupadas. Inclusive, nesse município, eu já participei de algumas
2292 reuniões convocadas pelo prefeito, o italiano lá, com algumas exigências de se
2293 você não participar você corre o risco de perder sua inscrição aqui no município. A

2294 gente não está falando de município pequeno. Ele está entre os cinco maiores PIB
2295 de Minas Gerais. Não sei se tem algo que pode ser feito para nos proteger, porque
2296 dói. Dói demais. A gente fica toda hora escutando toda hora esse momento. E
2297 assim, essa sua resposta eu já sabia que viria dessa maneira. “Olha, a gente não
2298 pode fazer nada.” Será que a gente não pode fazer nada ou, sei lá, será que a gt
2299 não tem que, sei lá, acionar alguma... **PRESIDENTE:** Eu não disse que a gente não
2300 pode fazer nada. Primeiro que se o CAGEC estiver irregular, ele vai ter suspensão
2301 de recurso. Isso é uma coisa. Eu tenho que consultar o CAGEC dele. Agora não
2302 vou saber te falar. Vou olhar. O segundo, não é o que a gente não pode fazer, é o
2303 que a gente pode fazer dentro das nossas competências. É isso que estou dizendo.
2304 **RODRIGO:** Então, se eu estou no município, eu não sou conselheiro lá, mas eu sou
2305 entidade lá. Eu posso orientar em uma reunião de plenária? Denúncia lá para o
2306 CEAS que o CAGEC está sendo ferido? Em função do plano de ação que não está
2307 sendo atendido de acordo com o que a gente está falando aqui. Ele promete uma
2308 coisa e descumpre durante o período. **PRESIDENTE:** Veja bem. O Plano de
2309 Assistência Social, o que você está dizendo é que eles têm um plano e não estão
2310 cumprindo o plano. É isso? **RODRIGO:** Isso. **PRESIDENTE:** Sim, a isso cabe uma
2311 denúncia. Se é recurso estadual, sim, claro. **RODRIGO:** Obrigado, Mariana.
2312 **GRAZIELE, CRP:** Eu compreendo muito bem o que o Rodrigo está trazendo.
2313 Estava olhando o site do conselho, eu não vi o planejamento das comissões. Se
2314 alguém puder me orientar onde está o planejamento. Ah, está sendo alimentado.
2315 Vou procurar dentro do nosso... Porque, o que acontece? Essa realidade é uma
2316 realidade de grande parte dos municípios. O município fala uma coisa, mas, no dia
2317 a dia nosso que somos trabalhadores, é bem diferente daquilo que a gestão presta
2318 informação. E aí acaba que dá um desânimo, porque a gestão vai lá e responde o
2319 que... E, às vezes, nem traz comprovação para o CEAS, mas a resposta já basta.
2320 Eu estou dizendo isso. Não estou falando desse contexto agora que a gente está
2321 vivendo, não. Estou dizendo de um contexto anterior porque estou há 10 anos na
2322 assistência e já fiz diversas denúncias e foi assim, olha, mas não foi isso. E a
2323 resposta da gestão já bastava para o CEAS. É claro que a gente tem um contexto,
2324 uma realidade. Eu lembro muito bem do Capacita SUAS. Eu fiz um Capacita SUAS.
2325 A gente escutou essa palavra várias vezes: “A CGU entra rasgando no município.”
2326 O controle social, ao longo desses últimos anos, ela tem se desmobilizado. A gente
2327 compreende esse lugar também. Mas eu estava falando do planejamento das
2328 comissões, porque, se eu não estiver muito enganada, se eu não estiver inventando
2329 memória, uma das atuações nossas aqui seriam as reuniões descentralizadas. A
2330 gente precisar tirar o encaminhamento aqui do CEAS, que a gente consiga ser mais

2331 efetivo *in loco*, ser mais incisivo nesses conselhos porque é igual eu falei, já teve o
2332 retorno. Os trabalhadores de Lagoa Santa já trouxeram um retorno positivo quando
2333 a comissão, mesmo sem resposta ainda, mas só a comissão se fazendo presente,
2334 já dá uma resposta. E onde tem a presença do estado, a gente tem menos violência.
2335 E a utilização inadequada e indevida dos recursos públicos é uma violência, causa
2336 maior violência nos municípios. A gente tem essa realidade. Só a presença
2337 burocrática do estado, através das normativas, é que vai realmente modificar essa
2338 situação. Então, eu acho que talvez se tirar um encaminhamento aqui desse CEAS
2339 para a gente buscar atuar de forma mais efetiva nessas reuniões descentralizadas,
2340 nessas visitas *in loco*, nessa orientação mais pontual aos conselhos municipais.
2341 **ROSE, SEDESE:** Em relação a essa questão, como a gente já sabe, o SUAS é
2342 descentralizado. Cabe ao controle social do território porque se a gente for fazer os
2343 853 municípios, igual eu ouvi o Conselheiro Rodrigo dizendo dos planos. Quando a
2344 gente exige o plano no CAGEC cumprindo o art. 30, ele já vem aprovado pelo
2345 conselho, então, o que exigimos, é esse plano aprovado. A gente não consegue
2346 avaliar todos os planos municipais e nem acompanhar o monitoramento, e nem
2347 saber quais as ações estão em cada plano. Quem tem essa competência é o
2348 próprio controle social do território, ou seja, o conselho municipal. Eu entendo que a
2349 gente tem que efetivar e ampliar as ações para fortalecer esses conselhos
2350 municipais. Porque a gente sabe que o CEAS e nem a SEDESE tem perna para
2351 poder olhar tudo isso. A gente não consegue olhar as leis que estão no CAGEC. A
2352 gente prioriza aquilo que chega para a gente, aquilo que a gente identifica, mas não
2353 tem como ficar olhando toda essa documentação do CAGEC e olhando “Olha,
2354 município, você tem isso para você cumprir no plano.” Esse é um papel de cada
2355 conselho que está naquele território que tem essa competência de fazer essa
2356 avaliação e essa fiscalização do SUAS naquele território. **PRESIDENTE:** Só
2357 informação, porque estou entrando aqui para consultar. Betim está recebendo
2358 regularmente o piso. Recebeu esse ano Recupera Minas e Rede Cuidar. **MARIA**
2359 **BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Quando ela fala que a fiscalização é local. Quando a gente
2360 sabe é obrigação do fórum local, mas nessa questão a gente está vendo que o
2361 problema é gestão, aí é que o CEAS tem que entrar com o controle social, não é só
2362 deixar para eles lá, não. O CEAS tem obrigação de entrar com controle social, que
2363 é isso que vocês fazem. É isso que tem que fazer. O que você está rindo? Eu estou
2364 errada de falar? Não estou errada de falar. De jeito nenhum. Eu estou lá na ponta.
2365 Eu sou a gestora. Eu tenho a minha equipe. Se eu não estou coordenando direito,
2366 estou recebendo dinheiro, então eu tenho que cair fora. Se o conselho está lá, ele
2367 está permanente, frequente. A gestão está pisando na bola, então é tirar a gestão,

2368 trocar a gestão. Porque ela está lá também para fazer o controle social usando o
2369 dinheiro público que é nosso. Betim não é a primeira, não é a segunda, não é a
2370 terceira vez que a gente sabe de problemas dentro de Betim. Isso pode ser
2371 questões políticas, porque tudo é política, mas temos que saber separar política.
2372 Mariana, nós já tivemos casos no conselho em Belo Horizonte, situações dessas.
2373 Uma, se não me engano, foi em Lagoa Santa ou Sete Lagoas que o conselho
2374 fechou. Fechou até que se normalizasse de novo a entidade. Não podemos aceitar
2375 isso. Nós temos que tomar uma solução, porque se deixar passar, “Ah, vamos ver.
2376 Vamos ver. O CEAS não tem poder. Fulano não tem poder”. Uai, que vai tomar a
2377 decisão? Não é, Mariana? Tem que ter ação, sim. Se você deixar passar isso hoje,
2378 se não tiver uma definição, hoje, vamos tirar uma comissão. Vamos visitar e não é
2379 um dia, uma vez só. Tem que fazer a visita periódica para saber o que está
2380 acontecendo, acompanhar a comissão. E ver concurso público como que estão
2381 esses funcionários na casa. Mesmo que o CEAS não seja responsável em tudo,
2382 mas eles estão lá sabendo que vocês estão aqui e que tem um órgão que eles
2383 devem obrigação, então vocês são responsáveis sim. E nós entidade civil que
2384 somos parceiras, nós também temos obrigação de vigiar e buscar fazer a visita.
2385 Não pode, porque se abre mão de um, o que vai virar os demais? Quantos já não
2386 estão funcionando direito? Não é só Betim. Eu tenho certeza disso. Eu acho que
2387 tem que tomar providência, sim. “Nós temos que fechar hoje. Ah, no mês que vem
2388 vamos tornar”. Não. Temos que tomar decisões porque denúncia não fica para
2389 depois, não. Denúncia é momento. Eu vejo no nosso conselho como é difícil, mas a
2390 gente tem que tomar posicionamento. **ÉRICA, CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Só
2391 a título de informação, o presidente do conselho, ele é representante governamental.
2392 E nós entendemos que ele não alinha as questões com os demais conselheiros
2393 porque, quando chamamos a vice-presidente que é sociedade civil, ela não tem
2394 informações sobre todas essas questões que estão acontecendo, ou seja, de fato,
2395 lá não acontece controle social. A gente percebe isso, que o conselho está
2396 fragilizado, e já estamos fazendo esse movimento todo de acompanhar, de tomar
2397 as providências, de solicitar documentação, de tentar conversar com eles para que
2398 eles expliquem isso, esclareçam a situação. Só para fechar a informação sobre isso.
2399 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Vou tentar ser mais breve
2400 tentando já direcionar para encaminhamento que entendo ser pertinente no caso
2401 apresentado. Acho que na primeira perspectiva, o conselho estadual tem que
2402 educar e orientar o conselho municipal de assistência social. Esse vai ser o nosso
2403 papel enquanto controle social lidando também com outro controle social de outro
2404 ente federado. Nós não podemos esquecer da separação federativa, o princípio do

2405 pacto federativo em que há autonomia para cada ente federado. Nesse aspecto a
2406 gente precisa ter sempre isso muito claro e em mente. Não há nenhum tipo de
2407 sanção que o conselho estadual possa impor à gestão ou possa impor ao conselho
2408 municipal de assistência social. Esse é o primeiro ponto e temos que educar,
2409 principalmente controle social que estamos falando em uma mesma língua. Sob a
2410 perspectiva da gestão, eu acredito que nós temos ações que podem ser tomadas e
2411 ações mais enérgicas que podem surtir algum efeito sobre a situação. E já quero
2412 propor uma conversa com a SEDESE para que seja levantado, junto com a gestão
2413 do município, a comprovação da execução direta dos serviços que são
2414 cofinanciados pelo estado. Do contrário, da não comprovação, seja requisitada a
2415 devolução dos valores que foram implementados naquele município e que não são
2416 empregados na execução direta dos serviços. O município está fraudando o
2417 recebimento de recursos. O cofinanciamento é para que ele financie a execução
2418 dos serviços e execução dos serviços direta. Se ele não consegue comprovar que
2419 ele está executando serviços diretos conforme prevê a legislação, por via de
2420 consequência, houve uma aplicação indevida daquele recurso que foi cofinanciado
2421 pelo estado. Lógico, por via de consequência, ele tem que devolver aquele recurso
2422 e a gestão tem que ser denunciada ao Ministério Público por crime de
2423 responsabilidade. Essa é a minha contribuição no presente caso. **PRESIDENTE:**
2424 Deixa eu dar uma informação antes de continuar. Só para vocês entenderem. Essa
2425 informação é importante aqui. Eu abri o plano de serviços do piso mineiro de 2022,
2426 de Betim. No plano de serviços de Betim, a gestão municipal informou que vai
2427 utilizar o recurso com PAIF e tem previsão de atendimento de 16 mil famílias.
2428 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que pode ser executado
2429 diretamente ou não, mas o PAIF tem que ser de execução direta. E também tem
2430 PAEFI que tem que ser execução direta. Estou querendo prestar informação, já que
2431 você acabou de me solicitar, que no plano de serviços do município para utilização
2432 e execução do recurso estadual piso mineiro fixo, ele informa que vai utilizar com
2433 PAIF e PAEFI. Também só para contribuir aqui com a reflexão. A gente tem que
2434 saber... Gente, só uma questão aqui, principalmente para quem vai conversar com
2435 o conselho municipal. Tem que saber qual a dimensão da terceirização. Eu aqui,
2436 enquanto SEDESE, não sei quantos CRAS, quantos CREAS, quanto de recurso
2437 que ele recebe do governo federal. Isso tudo passa por uma questão que eu falo de
2438 aprofundar lá na execução dos serviços. Não sei se visita técnica resolve isso,
2439 porque a gente precisa de informações concretas. Quem vai informar para a gente,
2440 hoje, quantos CRAS, quantos CREAS? Quantos estão passando pela
2441 terceirização? Eu não sei. A gente já recebeu essa informação? Eu estou

2442 perguntando para aprofundar na discussão do problema. **KARINY, BEM-ESTAR**
2443 **DO MENOR:** É isso que estou tentando dizer. Nós da comissão ainda não tivemos
2444 resposta nenhuma dos questionamentos que a gente fez. Isso inclui toda a
2445 composição da execução do SUAS pela parte da gestão e aquilo que foi pleiteado,
2446 suponho, aprovado no CMAS, para que se estabeleça esse termo de parceria. A
2447 gente não tem. Eu vou reforçar o pedido do Lucas para que as meninas que irão
2448 fazer essa visita técnica, que pela parte do estado, o que é financiado pelo fundo
2449 estadual, já seja passado para elas via e-mail para a gente poder discutir. Elas
2450 poderem ter uma base para discutir na visita técnica. Eu estou reforçando. Não é o
2451 dele. Estou falando que é o meu. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
2452 **SSVP:** Só para corrigir. O meu encaminhamento não foi para que o CEAS tome
2453 essas informações, mas a própria SEDESE informe ao conselho. Quem tem o
2454 poder e o direito de cobrar essas informações do município é a SEDESE que faz a
2455 transferência do recurso e, por via de consequência, vai encaminhar essas
2456 informações complementares para o conselho. Obrigado, Iara. **IARA, CSJB:** São
2457 algumas questões já para a gente ir finalizando essa discussão da Comissão de
2458 Política porque sobre Betim, especificamente falando, nós trouxemos aqui.
2459 Apontamos para vocês quais eram os nossos desafios. E esse pleno indicou para a
2460 Comissão de Política quais eram os passos que deveriam seguir. Estou
2461 lembrando vocês o que foi feito. Em relação ao que foi decidido aqui no pleno,
2462 todos os caminhos, a Comissão de Política já fez. Já acionou a gestão. Já orientou
2463 a vice coordenadora que reitere os ofícios solicitando as informações para a gestão.
2464 Já foi feito. A única coisa que não foi feita que eu achei que foi interessante, Lucas,
2465 foi essa questão que você falou, que nós não solicitamos à SEDESE. Eu acho que
2466 isso já serve como encaminhamento da Comissão de Política, que solicite esses
2467 dados para a SEDESE, que junto com os dados que ela vai nos apresentar dá para
2468 fazer o que o Rodrigo falou, fazer os comparativos da coerência do que está sendo
2469 visto pelo conselho, que está sendo visto pela SEDESE. Esse é um ponto que a
2470 gente tem que seguir para ir encerrando essa questão. O outro ponto que eu acho
2471 superimportante que vocês trouxeram, é a questão em relação ao município dar
2472 orientação em relação à Secretaria Executiva. Quando a gente traz para esse pleno
2473 as questões é porque a gente quer que o pleno contribua para a gente ser muito
2474 assertivo nas nossas decisões. Mira, eu entendo. Eu concordo com o que os meus
2475 colegas conselheiros colocaram, que a nossa orientação foi equivocada e que a
2476 gente reitere e encaminhe ofício para o gestor que nós conversamos orientando
2477 que o conselho faça a orientação que a Secretaria Executiva seja exclusivamente
2478 do CMAS. Eu acho que é outro ponto que a gente acolhe enquanto Comissão de

2479 Política e que foi mais um aprendizado para a gente avançar nessas questões. São
2480 esses pontos que eu estou entendendo que esse pleno está tomando como decisão
2481 para a gente já dar encaminhamento as nossas ações. É isso, gente? Para a gente
2482 passar para a outra comissão também. **GRAZIELE, CRP:** Eu só quero continuar
2483 mais um pouquinho só por uma questão. Soraia, você havia dito no começo que
2484 teve uma denúncia do Ministério Público que foi arquivada. Acredito que tenha sido
2485 aquela, não sei se foi na reunião com os trabalhadores de Betim, parece que os
2486 trabalhadores de Betim fizeram uma denúncia dessa terceirização e o Ministério
2487 Público responde a denúncia dizendo que não identificou essa terceirização. Isso é
2488 algo que a gente precisa ter uma leitura e um cuidado muito grande porque é uma
2489 certa, não... Essa que foi arquivada, ok. Ainda assim, tem essa denúncia e parece
2490 que tinha um indicativo, eu não sei se os trabalhadores já tiveram resposta e essa
2491 resposta não chegou aqui no CEAS. Mas me parece que o Ministério Público
2492 responde isso, que não teve essa terceirização. E é aí que está porque, primeiro, o
2493 Ministério Público não conhece o SUAS e fica claro na resposta deles. E também
2494 há uma certa jogada da gestão, que eu acho que é isso que o Ludson ia falar
2495 daquele momento, que a gestão ela coloca: “Não, nós não estamos terceirizando o
2496 PAIF. Nós não estamos terceirizando o PAEFI. Nós estamos fazendo algo
2497 diferente”. Só que na prática é igual. **SORAYA, SEDESE:** Ludson, só trazer uma
2498 informação porque é relacionado a isso que a Grazi falou. O que foi arquivado foi
2499 um processo, na verdade, de 25 de maio de 2018. Foi o primeiro TAC com relação
2500 à contratação de pessoal. Só que em 25 de janeiro de 2021, foi instaurado outro
2501 inquérito civil e que está tramitando ainda. Nessa resposta, o Ministério Público diz,
2502 está assim: “que a princípio a transferência de gestão da área social para
2503 organização social por meio de contrato de gestão, não configura por enquanto
2504 descumprimento do TAC”. Isso, o Ministério Público respondeu para a gente
2505 quando nós mandamos o ofício dizendo que existe um concurso público vigente e
2506 que o município fez um procedimento, na verdade, adotou o chamamento público
2507 para contratar uma entidade para que essa entidade contrate os profissionais. Tem
2508 esse processo que ainda está tramitando e que o Ministério Público diz que até o
2509 momento não tem descumprimento. Eu me recordo que na plenária passada o
2510 Lucas até me ajudou em uma palavra mais sutil porque a gente começou a
2511 entender também que... **LUDSON, CRESS:** Ele entende que o concurso está
2512 vigente, por exemplo. **SORAYA, SEDESE:** A gente da comissão entende que o
2513 Ministério Público pode ter alguma falha nesse processo. Eu pedi uma palavra sutil
2514 na plenária passada para o Lucas, mas enfim, ele nos responde isso e tem uma
2515 outra questão com relação ao município de Betim que é sobre uma entidade. E a

2516 gente recebe uma denúncia dizendo que essa entidade fez parceria com a gestão
2517 municipal, mas que está tendo irregularidades nesse processo de parceria com a
2518 entidade, Associação Grupo de Convivência Dona Dochinha, e que essa entidade
2519 também altera o nome da própria entidade. Nós também encaminhamos solicitando
2520 as atas das últimas reuniões do conselho, na verdade, da entidade para a gente
2521 entender como que foi esse processo de alteração de nome da entidade, mas, na
2522 verdade, para entender qual é a situação dessa entidade junto com a gestão
2523 municipal. E eu não tinha falado desse ponto porque veio como uma denúncia
2524 separada. Essa denúncia da Dona Dochinha chegou esse ano, em junho, e a gente
2525 começou a trabalhar em cima dessa denúncia. E as demais denúncias relacionadas
2526 a esse processo de terceirização e contratação precária, ela chegou em 2021 e
2527 também em 2022. **LUDSON, CRESS:** Na verdade a minha intervenção é uma
2528 pergunta, porque eu acho que o Conselheiro Lucas levantou uma coisa que é
2529 absolutamente fundamental. Acho que é um pega para essa situação de Betim que
2530 é decisivo, que é tocar onde dói, que é no bolso do município. Existindo indício de
2531 má utilização de recurso estadual, de utilização irregular de recurso estadual e a
2532 gente está tentando fazer essa apuração, mas isso já está emergindo. A minha
2533 pergunta para a gestão: Qual é o procedimento para avaliar isso no âmbito do
2534 estado? É uma tomada de conta especial? É o quê? É mais para eu ter ciência.
2535 **PRESIDENTE:** Primeiro, isso não é um procedimento que é rápido porque a gente
2536 tem que começar apurando prestação de contas. A do ano passado, que é 2021,
2537 não foi apresentado ainda. O demonstrativo vai abrir agora no final de setembro. De
2538 2022 está em fase de execução. **LUDSON, CRESS:** Mariana, só para
2539 complementar a pergunta. Por exemplo, quando tem algum indício de má utilização
2540 de recurso, no caso do governo federal, eles pedem, eles abrem uma tomada de
2541 conta e pedem para o município a prestação de contas na íntegra. Pedem tudo,
2542 conciliação, extrato. Esse tipo coisa que vocês fazem também? **PRESIDENTE:** Sim.
2543 Então, só que isso demora e tem um agravante, porque quem aprova a prestação
2544 de contas dos fundos, ela é declaratória. A gente trabalha com demonstrativo de
2545 execução físico e financeira. Quem aprova e manda aprovação para a SEDESE é o
2546 conselho municipal. Nós temos uma questão que é: se a SEDESE abre o
2547 demonstrativo, o gestor preenche as informações e o conselho municipal tem uma
2548 resolução que manda para a gente que ele aprovou. A questão é: esse indício de
2549 fraude, ele tem que ser apurado. E aí a gente vai ter que avaliar uma série de
2550 questões. A gente, primeiro, vai ter que abrir diligência. Solicitar informações até a
2551 gente conseguir chegar a alguma conclusão. Só tem uma questão que não vai ser
2552 tão simples assim porque o piso mineiro ele é o recurso de utilização livre. O gestor

2553 pode usar para a especial, para a básica e para a rede indireta. A questão é se ele
2554 indicou aqui que ele vai atender 16 mil famílias no PAIF, eu vou verificar se essas
2555 16 mil famílias foram atendidas no PAIF. Na execução do PAIF, a gente pode
2556 chegar a esse indício de irregularidade. Respondendo a sua pergunta é isso. Tem
2557 todo um procedimento e para chegar em fase de tomada de conta especial tem que
2558 ser apurado o dano ao erário. Apuração do dano ao erário, significa desvio de
2559 finalidade. Se ele comprovar que ele atendeu, eu não posso apontar desvio de
2560 finalidade, porque existe uma diferença entre irregularidade formal. E para isso ser
2561 entendido com irregularidade formal ou material, assim, desvio de finalidade é essa,
2562 é ele pegar o recurso da assistência e utilizar na saúde. Agora, se ele falar para
2563 mim que usou na assistência, só que a forma que ele utilizou não foi aquela, aí eu
2564 vou partir para uma análise de que atingiu a finalidade ou não. Eu estou explicando
2565 com isso que o processo de apuração é longo. Ele dá o direito à ampla defesa e
2566 contraditório. E ele vai passar por uma análise física e financeira. Só respondendo a
2567 sua pergunta. A outra questão, voltando aqui porque eu acho que tem uma questão
2568 que a gente está tratando aqui que é de precarização das relações de trabalho. E
2569 nesse ponto, a gente tem que pensar a competência do CEAS nessas situações.

2570 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Mariana, antes de
2571 avançar para esse tema, que é um outro tema que está anexo... Porque a gente
2572 precisa resolver primeiro o que a gente vai fazer. O pedido de informação acho que
2573 é importante a gente ter, mas só pela questão da irregularidade, do erro material
2574 informal, ele é comprovado no momento em que a lei exige dele a execução direta
2575 do serviço e ele não executa. O erro é formal e material. A constatação está ali,
2576 mas ele não executa da forma adequada, que é a forma que a lei exige. A
2577 irregularidade é formal e material. Já está comprovado no descumprimento da lei.

2578 **PRESIDENTE:** Onde que está essa comprovação aqui, gente? **GABRIELE,**
2579 **SEDESE:** Eu acho que é isso que a Mariana quis dizer. Com certeza, se a gente
2580 mandar informação, ele vai conseguir. O município pode ter lá profissionais efetivos
2581 alocados em cada CRAS, em cada CREAS, então a gente precisava saber até
2582 assim, da equipe técnica por equipamento, quantos são terceirizados e quantos são
2583 diretos porque eles têm concurso, têm servidor direto. **LUDSON, CRESS:** Tem
2584 indício aqui que chegou como denúncia para o CEAS. O CEAS está fazendo um
2585 processo de avaliação. Eu estou vendo aqui o governo do lado também vendo
2586 todos os indícios que não são pequenos. Fico pensando: o governo também não
2587 pode tomar suas diligências, tendo em vista a denúncia que chegou? Porque ela
2588 implica tanto com o controle social, mas ela também pode implicar a administração.

2589 **PRESIDENTE:** Eu estou falando que tem um processo de apuração. É só isso que

2590 estou falando. Eu estou entendendo que uma das deliberações aqui é essa
2591 solicitação. E eu estou explicando como que se dá esse processo. **LUCAS,**
2592 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Só para complementar, quando
2593 apuradas as informações e não verificada tão diretamente a irregularidade. Por
2594 exemplo, ele aplicou o recurso próprio para a precarização do serviço e a execução
2595 não direta do serviço, a gente precisa conversar com o Tribunal de Contas do
2596 Estado. A gente precisa conversar com o Tribunal de Contas do Estado porque é
2597 ele que faz a fiscalização das contas do município. E se for oferecida a denúncia
2598 para o Tribunal de Contas do Estado, o gestor vai ser responsável por aquela
2599 irregularidade que ele fez naquele município. E gestor que eu falo não é o
2600 ordenador de despesas, o secretário, não, é o prefeito. A gente já subiu um
2601 pouquinho o grau e a linguagem para que o município consiga se adequar àquilo
2602 que a legislação exige dele. Eu acho que de toda sorte a gente precisa conversar
2603 com o Tribunal de Contas do Estado sobre essa denúncia, até porque ele pode nos
2604 oferecer apoio técnico para poder fazer essa averiguação junto a SEDESE daquilo
2605 que apresentado em prestação de contas. E vou falar aqui, e pode ser um pouco
2606 mais simples, e simples, não entendam que o procedimento seja simples, mas é
2607 mais simples porque nós temos que contar do período de análise das contas, do
2608 período que foi oferecida a denúncia. Do momento em que se formalizou essa
2609 contratação, ou seja, pelas datas que a Soraia apresentou, maio desse ano. Tem
2610 2021. Junho de 2021, mas o procedimento para verificação da OSC acredito que
2611 tenha sido um pouquinho anterior. É do início de 2021 para cá. É um período que
2612 ainda não se apresentou as contas e que a gente pode conseguir verificar com um
2613 pouco mais de clareza ou transparência antes mesmo de o município apresentar
2614 qualquer tipo de, se porventura apresentar, não dizendo que o vai, se porventura
2615 ele apresente qualquer tipo de prestação de contas maquiada. **RODRIGO:** Mariana,
2616 nada pessoal contra vocês, de forma alguma. Mas olha como a gente fica...
2617 **PRESIDENTE:** Vocês estão querendo responsabilizar o estado por um problema da
2618 gestão municipal. **RODRIGO:** Não, Mariana, mas o senso comum aqui, olha aqui
2619 conselheiro. Eu ali escutando Betim, antes de Betim foi Juiz de Fora. Fiquei
2620 pensando assim, se Juiz de Fora passou, Betim vai passar. Qual vai ser a próxima
2621 que vai chegar? Passou informação dessa possibilidade de fraude em relação ao
2622 plano apresentado. Entendi. Entendi, mas a gente está falando do passado porque
2623 a gente fica virado ali. A gente já falou: já passou uma. Está passando outra. Qual
2624 será a próxima? E a gente está falando de município grande. **PRESIDENTE:** Belo
2625 Horizonte também era assim até... **RODRIGO:** Sim. Sim. **PRESIDENTE:** É o
2626 mesmo processo. É um processo de crescimento e consolidação... **RODRIGO:** Sim.

2627 Mas virou senso comum. Virou senso comum porque a gente já está discutindo... A
2628 gente já está aceitando. A gente não está falando assim, em momento algum eu
2629 pensei que vocês têm que controlar de ponta a ponta o CAGEC, mas a gente já
2630 está aceitando isso no controle social. **LUDSON, CRESS:** Mariana, eu quero tornar
2631 um pouco mais claro o que estou falando. É que nós, CEAS, recebemos uma
2632 denúncia grave acerca do município de Betim. Enquanto conselho, a gente está
2633 tomando medidas para fazer apuração dessa denúncia. Essa denúncia envolve
2634 também má utilização de recursos estaduais e federais. E a SEDESE faz parte do
2635 conselho. A SEDESE cofinancia o município. O que a gente coloca é o seguinte, a
2636 gestão estadual também vendo que aqui tem uma denúncia grave, uma denúncia
2637 de um município grande, uma coisa que impacta demais os SUAS. Nós, tanto da
2638 gestão como do conselho, precisamos priorizar, também não é o caso de a
2639 SEDESE fazer uma pesquisa interna para ver quais as diligências ela pode tomar
2640 acerca desse caso autonomamente? É só isso. **PRESIDENTE:** Eu vou responder
2641 pela última vez. Eu acho que tem que encerrar essa discussão. Eu vou voltar a falar
2642 das competências. A SEDESE não tem poder de fiscalizar município. O que eu
2643 posso fiscalizar é a execução do recurso estadual se ele for mal utilizado. Fiscalizar,
2644 pedir devolução, fazer processo do dano ao erário do recurso estadual que é do
2645 estado para o município. Essa é uma questão. A denúncia aqui em momento
2646 nenhum falou de má utilização de recurso estadual. Está sendo uma inferência aqui
2647 dos conselheiros e está tendo um pedido de verificação. Ok. Isso também não é
2648 problema. O outro problema é lá da execução do serviço municipal. Só quero que
2649 fique bem claro essa separação. **SORAYA, SEDESE:** Só complementar. Caberia
2650 apoio técnico, que é a atribuição da SEDESE com relação à execução dos serviços.
2651 **LUDSON, CRESS:** Mas pode caber também pedido de informação. Município,
2652 você... **PRESIDENTE:** Gente, a SEDESE já esteve no município de Betim quantas
2653 vezes esse ano? Duas vezes. Com quantos trabalhadores? Quais foram os termos
2654 abordados? Vou pedir à equipe para descrever o apoio técnico que a gente está
2655 fazendo com o município que está dentro da nossa competência. Estou querendo
2656 explicar isso. **LUDSON, CRESS:** Não. Não é apoio técnico que eu estou falando. É
2657 chegar assim: "Betim, chegou uma denúncia aqui dizendo que você está
2658 terceirizando o PAIF e terceirizando o PAEFI. O seu plano de serviço colocou que
2659 você está cofinanciando o PAIF, está cofinanciando o..." Não. Isso não é de menos.
2660 Isso é estratégico. Você está colocando dinheiro estadual no PAIF e dinheiro
2661 estadual no PAEFI. Explica melhor isso para mim. Como que está isso aí? Quantos
2662 servidores efetivos você tem no PAIF? Isso é informação pública, qualquer um pode
2663 pedir, a SEDESE também. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A gente tem que

2664 caminhar com essa reunião. Tem duas comissões e eu gostaria de finalizar essa
2665 discussão com algumas ponderações. Primeiro, a SEDESE não tem
2666 responsabilidade somente de fiscalizar os gastos com recursos do cofinanciamento
2667 estadual. Ela coordena o SUAS no estado. O SUAS, o recurso federal que entra
2668 nos fundos municipais ou estadual, passam a ser desse ente e a gestão passa a
2669 ser responsabilidade dele. Não é só com relação a recurso do cofinanciamento
2670 estadual. Uma questão. A segunda questão é: se nós tivemos um encaminhamento
2671 desse conselho por um conselheiro, e na minha análise foi completamente correta,
2672 a gente tem que deliberar aqui e a SEDESE tomar as decisões. É isso. Eu acho que
2673 a gente não precisa ficar postergando mais a discussão. Terceiro, já tem
2674 informação mais do que suficiente para identificar que é um gasto, uso do recurso
2675 de forma contrária às normativas do SUAS. Tem Censo SUAS, tem CadSUAS,
2676 então, no âmbito do SUAS, já têm informações reais de como o município faz a
2677 gestão do recurso. Lá no censo tem falando de onde é a contratação. Se é servidor
2678 efetivo ou não. Esse nível de informação a gente já tem. Agora cabe à SEDESE
2679 realizar os encaminhamentos que esse CEAS deliberou. Era essa contribuição que
2680 eu queria trazer. **SORAYA, SEDESE:** Então, Betim. Pessoal, até aproveitar, tem
2681 algum conselheiro que tem disponibilidade de ir à visita? Nós temos 4 pessoas,
2682 enfim. Então o Lucas vai. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:**
2683 Eu não trabalho sob pressão, gente. **GRAZIELE, CRP:** É importante, muito
2684 importante a gente ver na prática a própria Lagoa Santa, o FET foi junto com o CRP,
2685 junto com o CREAS. Faz uma diferença muito grande porque é isso que a gestão
2686 faz chegar com muita gente em um atendimento técnico. A gente precisa também
2687 se organizar enquanto CEAS e também dentro da possibilidade de a gente ir com
2688 mais gente. Isso faz diferença e até qualifica a nossa informação porque, às vezes,
2689 a gente, um está mais atento a uma questão, outro está mais atento a outra e é
2690 importante a gente ter mais voz, ter mais ouvidos para a gente poder dar suporte
2691 para a Comissão de Apoio e, se eu não esquecer, eu acho que o trabalho da
2692 Comissão de Apoio está excelente em relação a Betim. **SORAYA, SEDESE:** De
2693 política. **GRAZIELE, CRP:** De política. O que a gente tem que ser mais efetivo nas
2694 respostas, ser mais pontuais, mais céleres nas respostas, mas eu acho que a
2695 condução da Comissão de Política juntamente com o encaminhamento do Lucas é
2696 excelente. Parabéns para os conselheiros. **SORAYA, SEDESE:** Ok. Obrigada. A
2697 gente encerra. O encaminhamento é esse. É a visita no dia 20 e a solicitação de
2698 informações à SEDESE. Mais alguma coisa? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2699 **CURVELO - SSV:** Eu gostaria só de contribuir com relação à visita. Ainda que
2700 seja oportuna a visita, eu acho que se essa visita fosse feita com um pouco mais de

2701 informações, porque, vejam, o conselho não mandou nenhum tipo de informação
2702 para o CEAS. A gestão também não mandou nenhum tipo de informação para o
2703 CEAS. Os conselheiros vão chegar lá e vão falar o quê? Nós vamos chegar lá e
2704 falar só da denúncia? Nós vamos falar: “Tem uma denúncia aqui. A gente veio ver
2705 os documentos.” O conselho não precisa oferecer os documentos porque já foram
2706 solicitados. A gente não tem nenhum tipo de poder de controle sobre o conselho
2707 municipal, tampouco quanto a gestão, por exceção, a SEDESE tem do recurso que
2708 é encaminhado. É importante a visita *in loco*? Muito. Muito, mas eu acho que nós
2709 temos que estar nutridos de mais informações. Nem a própria vice-presidente do
2710 conselho tinha informações para poder nutrir o próprio conselho estadual. Eu, por
2711 exemplo, penso que essa visita *in loco* poderia ser adiada para uma data não tão
2712 longínqua, mas mais próxima possível. Mas não agora porque não temos nada de
2713 informação, nem mesmo para poder orientar o conselho municipal de assistência.
2714 Nós só temos os dados da denúncia, única e exclusivamente. E agora um outro
2715 ponto que precisamos avançar é com relação à precarização do trabalho, que eu
2716 acho que é uma matéria que deve ser tratada pelos órgãos de representação de
2717 classe e não do conselho estadual de assistência técnica. **IARA, CSJB:** Lucas,
2718 dado todo o processo que já está em andamento junto com a Comissão de Política
2719 e as questões que a gente viu, principalmente no âmbito dos desafios da
2720 monopolização do conselho em relação a função do presidente do conselho, eu
2721 acho que é superimportante manter a reunião no dia 20 mesmo com as pessoas
2722 que estão. Porque eu acho que é o início desse contato mais aproximado com o
2723 conselho olho no olho, que é o que está faltando nas atividades. Existem algumas
2724 relações, mas relações de aproximação no que tange as intervenções pedagógicas,
2725 porque a gente vai muito para o campo do julgamento. Nós temos que tomar muito
2726 cuidado com isso, porque também não temos uma oferta que não tenha os seus
2727 desafios precarizados que nos dá a condição de falar: “Nós vamos te julgar porque
2728 você realmente, de fato, não está cumprindo.” Eu acho que é até uma possibilidade
2729 do CEAS compreender melhor como que as coisas estão sendo organizadas lá.
2730 Desenvolver intervenções pedagógicas de orientação. Nesse caso eu sinto que é
2731 até uma empoderação do conselho no todo, e quanto à vice-presidente e demais
2732 conselheiros. E eu mantenho aquilo inclusive que já foi discutido nesse pleno, tirado,
2733 as pessoas que vão, que irão compor. Várias pessoas aqui disseram que irão
2734 porque senão a gente fica muito contraditório. A gente avança e depois retrocede.
2735 Avança e dá retrocesso. Eu sou a favor de a gente continuar no dia 20 já que tem
2736 toda uma organização e um planejamento para isso. E uma solicitação que a vice-
2737 presidente nos traga informações da gestão para que essa apuração de dados seja

2738 mais assertiva e efetiva. **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela primeira vez eu falei o meu
2739 nome. Eu sempre esqueço. Eu quero ponderar a mesma coisa que o Lucas
2740 ponderou. Pelo conhecimento que eu tenho das reuniões com a Prefeitura de Betim,
2741 eles são extremamente estruturados e prontos. Eu acho que tem que se armar de
2742 mais informações para uma reunião nesse sentido. Eu sou favorável com a opinião
2743 do Lucas. Dar um prazo maior. Busquemos mais informações nesse sentido para
2744 que cheguemos lá com uma forma mais segura de levantar esses dados. **IARA,**
2745 **CSJB:** Silvestre, o que eu estou dizendo é justamente isso. Já foram encaminhados
2746 mais de 3 ofícios solicitando informações e não vieram. Inclusive o próprio conselho
2747 municipal encaminhou esses ofícios. A gente entende que agora, essa visita *in loco*,
2748 é justamente uma forma mais impositiva de dizer: “Olha, nós estamos aqui para
2749 poder entender, porque, de fato, todos os ofícios que estamos encaminhando não
2750 estão vindo, até para a gente ter uma resposta de quem seria o representante do
2751 conselho para poder a gente dialogar em uma reunião virtual foi um desafio imenso.
2752 Acho que a nossa ida lá é, inclusive para entender o que acontece de fato nesse
2753 conselho, que todas as situações de informação que são encaminhadas para o
2754 conselho e à gestão não chegam para a gente. O que é que está acontecendo? É
2755 justamente para isso, para a gente apurar isso também *in loco* e fazer uma
2756 compreensão. E nós não temos que ter resposta sempre, não, sabe gente. Às
2757 vezes, a gente acha assim, eu tenho que responder e não temos que estar certos o
2758 tempo todo, não. Às vezes a gente não tem resposta e tem perguntas e, às vezes,
2759 gente pode recuar e falar: “Eu errei nisso. Vamos procurar o caminho certo.” Eu
2760 acho que é um bocadinho disso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
2761 **SSVP:** Iara, eu acho que não é nem deixar de fazer a visita, mas é colocar ela um
2762 pouco mais à frente, e não nesse momento. O que o Silvestre traz é uma realidade
2763 de tratativas com a própria gestão. Eu acredito que nessa reunião eles estarão
2764 armados de jurídico até à tampa para proteger o próprio conselho municipal, a
2765 própria gestão e também a autonomia do ente federado. O conselheiro não pode
2766 chegar de maneira impositiva. Eu discordo. Ele não pode chegar com essa
2767 perspectiva de que estamos aqui para poder fazer uma fiscalização, para poder
2768 saber o que é que está acontecendo, até porque não temos essa autonomia para
2769 poder fazer isso com uma entidade outro ente federado. **IARA, CSJB:** Sim,
2770 Conselheiro Lucas. O que eu falei, gente? É uma intervenção pedagógica. É por
2771 isso que estou dizendo da importância dessa reunião porque não é nesse sentido
2772 impositivo, mas é uma intervenção pedagógica. Eu já falei isso três vezes. **LUCAS,**
2773 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu vou discordar da intervenção
2774 pedagógica até porque o conselho não quer essa intervenção pedagógica e

2775 tampouco a gestão. A pedagogia está para aquele que quer aprender. Você não
2776 ensina obrigando a pessoa. Você não obriga a pessoa a aprender. Ela tem que
2777 estar aberta ao aprendizado. E os pedagogos me corrijam se eu estiver errado. Eu
2778 sou professor e posso dizer isso. De certa forma, não existe uma pedagogia pela
2779 imposição, o conselho tem que estar aberto para poder aprender e ver que ele está
2780 equivocado em determinados atos. Dona Arlete, pedagoga está ali. Alguém
2781 aprende pela imposição? É claro que a gente tem que ter metodologia para o
2782 ensino, mas a pessoa também tem que estar aberta para aprendizagem. O
2783 conselho já demonstrou pelas não respostas e também pela própria gestão que não
2784 quer, ou seja, a forma que nós temos que atacar estrategicamente são aqueles que
2785 estão dentro das nossas atribuições, dentro das nossas competências, como já dito
2786 pela Mariana. Esse é o meu entendimento. **MICHELE:** Eu queria entender qual
2787 seria esse prazo e qual munção, o que a gente teria que ter de subsídios para estar
2788 respaldado para fazer, não uma intervenção impositiva, não pedagógica, mas no
2789 sentido de dialogar com o conselho para orientá-los no sentido de que eles têm que
2790 nos dar uma resposta, uma vez que nós enquanto conselho estadual, nós temos
2791 que fiscalizar o trabalho deles. Seria nesse sentido de dialogar. Eu acho que
2792 dialogar. Qual seria o prazo? É a minha pergunta. E que material, qual subsidio,
2793 que respaldo que a gente teria que ter a mais para ter essa reunião com o
2794 município de Betim? Pode ser um município muito político. A gente não tem que
2795 temer essas questões. Nós não temos que temer essas questões. Ah, lá é muito
2796 político. Eles munidos de jurídico até os dentes. Nós temos que fazer o nosso
2797 trabalho, mas eu queria entender, não vai ser no dia 20? Qual que seria a data? Por
2798 que não no dia 20 e qual seria a data? O que está faltando de subsídios, de um
2799 relatório circunstanciado do CEAS, de nós, enquanto conselheiros, irmos reunir com
2800 esses gestores lá do CMAS. O que está faltando para que a gente possa dialogar
2801 com eles e no sentido de orientar. Se eles quiserem aprender ou não, ok. Mas, eu
2802 acho que no sentido de ter uma reunião e orientá-los naquilo que eles estão
2803 violando, naqueles ilícitos, é nesse sentido. **ÉRICA, CMAS/CORONEL**
2804 **FABRICIANO:** Eu só vou trazer aqui, mais uma vez, que a gente não pode dizer
2805 que o conselho não quer aprender. O que nós estamos entendendo é que o
2806 conselho está resumindo na pessoa do presidente. Entendeu? Isso é grave porque
2807 a gente não sabe se os outros conselheiros, o que eles detêm de informação. Às
2808 vezes são pessoas que estão ali iludidas, achando que está tudo certo, tudo bem, e
2809 elas estão sendo enganadas até pela própria situação do município. Vou trazer isso
2810 mais uma vez aqui. Por quê? As informações restringem apenas nele. Ele se impõe
2811 em não dar informações, enfim, várias questões. A gente não pode dizer que eles

2812 não querem aprender. A gente não sabe qual é a posição dos demais conselheiros.
2813 Ir até lá. Conversar com a plenária. Ter um diálogo com todos os outros
2814 conselheiros. A vice-presidente se mostrou interessada, mas a gente sabe que ela
2815 não tem informações porque isso não chega neles. O que eu penso não é essa
2816 questão de “Ah, não quer aprender. Não quer isso. Não quer aquilo.” A gente tem
2817 que entender que o conselho está sendo personificado na pessoa do presidente.
2818 Isso é grave, principalmente porque a gente está falando de um presidente
2819 representante governamental. E o próprio município está trazendo outras questões
2820 que são graves em relação à execução da Política de Assistência Social, então,
2821 está tudo amarrado. **PRESIDENTE:** Eu gostaria de propor mais um
2822 encaminhamento. É rápido. Eu vou tentar resumir e também não é para se esgotar
2823 agora, não. Pensando muito aqui na fala do Rodrigo e em tudo que vocês estão
2824 falando. Eu acho que o CEAS, não é a SEDESE, estou propondo para o CEAS,
2825 evidentemente que a SEDESE contribui. Deveria emitir uma nota técnica, nota
2826 explicativa, nota orientativa sobre execução dos serviços para os conselhos
2827 municipais. Por que estou dizendo isso? Trazendo para a questão das nossas
2828 competências e atribuições, e o CNAS tem agido dessa forma e sempre agiu.
2829 Quando ele emite uma nota e essa nota é compartilhada de cima para baixo, então,
2830 exemplo aqui que nós tivemos muito recentemente. Uma nota sobre a inscrição das
2831 comunidades terapêuticas nos conselhos de assistência técnica. Se está sendo
2832 recorrente aqui nesse conselho situações de denúncia de precarização de serviço
2833 municipal que estão pedindo, vou usar a palavra intervenção, atuação do CEAS, eu
2834 acho que o CEAS deveria emitir uma nota, estou trazendo a ideia aqui, mas nota
2835 técnica ou nota orientativa sobre essa questão direcionada aos conselhos
2836 municipais. Porque aí a gente está atuando dentro no âmbito do controle social e a
2837 nota do CEAS pode ser usada pelos trabalhadores. Ela pode ser enviada para o
2838 Ministério Público, porque o Ministério Público também pode usar dessa nota para
2839 apoiar, para auxiliar na análise, na instrução dos processos de inquérito civil que
2840 estão sendo instaurados. Eu gostaria de propor esse encaminhamento. **LUCAS,**
2841 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Eu quero pegar um gancho na fala
2842 da Érica e já chamá-los também à reflexão. Se até o presente momento foi
2843 constatado que a atuação do conselho está se resumindo na figura do presidente,
2844 foi essa semana que a gente teve reunião com a vice-presidente. A gente não deu
2845 nem oportunidade para que a vice-presidente atuasse em questões paroquiais, ou
2846 seja, no âmbito do município, para poder tentar solucionar a situação com os
2847 demais pares dela. A próxima reunião que ela vai ter a oportunidade de expor a
2848 situação é a reunião que o conselho quer ir. No meu entendimento, pode ser um

2849 momento de constrangimento ao conselho municipal de assistência técnica, uma
2850 vez que a vice-presidente tomou conhecimento das informações na segunda-feira.
2851 Eu acho que a oportunidade, respeitada autonomia federativa e a competência de
2852 fiscalização local do território, que o conselho municipal tem oportunidade de tentar
2853 resolver as questões que são paroquiais inicialmente, para depois, a gente fazer
2854 essa fiscalização *in loco*. **ARLETE, GRAAL:** Eu, como todos aqui, todos e todas,
2855 certamente já temos umas duas horas trabalhando essa questão. E o que eu
2856 percebo? Que várias sugestões já foram feitas, mas a gente não consegue avançar.
2857 Agora, pensando na nota técnica que a presidenta orienta, eu penso também que
2858 tem que filtrar tudo isso que já foi dito e não dá mais para ser aqui, gente. Eu acho
2859 que tem que definir quem vai fazer isso e apresentar. Porque eu fico pensando
2860 assim, eu vou falar, eu vou dar essa sugestão. Não, isso já foi falado. Isso já foi
2861 falado. Com relação à nota técnica, o que me passa pela cabeça é o seguinte, a
2862 gente vai mandar uma informação para todos os CMASs e a gente não vai alcançar,
2863 de fato, o ponto que a gente quer, que é alcançar Betim. A gente fala assim: Nós
2864 estamos aqui soltando um documento para todo mundo, então é para todo mundo.
2865 Mas o que é que nós queremos com Betim? Tudo bem, eu não sou contra nota
2866 técnica, mas Betim precisa de uma atuação direta. Rodrigo trouxe isso muito bem.
2867 Porque senão a gente também sai desse conselho extremamente fragilizado. Têm
2868 situações nos nossos municípios que a gente não vai ter moral enquanto
2869 conselheiro para questionar, porque tem uma situação muito grande, um município
2870 grande, um município que está fazendo, tendo atitudes a princípio que a gente
2871 entende a partir das denúncias que faz esse conselho ficar mais de duas horas
2872 conversando e não chegar a lugar nenhum. Precisamos decidir isso aqui agora.
2873 **SORAYA, SEDESE:** Só para a gente tentar finalizar essa discussão. O que estou
2874 percebendo? Que nós temos opiniões divergentes, considerando esse momento
2875 específico da visita em Betim. Eu penso que a nota orientativa não exclui a visita.
2876 Eu acho que são os dois juntos, porque realmente Betim precisa de uma
2877 intervenção. Respondendo a Michele, e é o que eu acho que seria interessante as
2878 conselheiras que vão na visita ter de informação que é minimamente a estrutura do
2879 SUAS no município, quantos CRAS, quantos CREAS, quais os tipos de serviços. E
2880 isso nós não temos enquanto CEAS. O que eu sugiro aqui? Que a gente faça uma
2881 votação. Porque senão a gente não vai encerrar porque não temos consenso nas
2882 opiniões. Que a gente faça uma votação e seriam duas propostas. Uma proposta
2883 com essa visita para o dia 20 do jeito que está organizada ou uma proposta para o
2884 mês de outubro de posse dessas informações ou não, mas até lá... A Mariana está
2885 dizendo: a visita já com a nota orientativa. Não é para o dia 20, gente, eu, enquanto

2886 conselheira, não vejo tempo hábil para escrever uma nota para levantar muitos
2887 dados. Para a gente tentar encerrar mesmo porque vai ficando cansativo, como diz
2888 a Baião, e está cansativo, a gente levantar essas duas possibilidades e votar. E vai
2889 ser a democracia aqui. Mais uma questão. O Rodrigo trouxe um ponto que
2890 realmente está acontecendo. Esses tipos de denúncias estão reincidentes, inclusive
2891 falta aqui em Santa Cruz do Escalvado para falar, que é a mesma situação. E
2892 temos outra que avaliamos ontem que é sobre assédio moral dos servidores.
2893 Gestão relacionada aos servidores. Eu coloco aqui também, já para a gente se
2894 organizar e pensar, qual é a atribuição do CEAS realmente nessas situações? Por
2895 quê? A gente está reiteradamente recebendo esse tipo de situação e a gente está
2896 levando um tempo aqui para discutir o município de Betim. E eu acho que tem que
2897 discutir mesmo. Um município grande. De grande relevância na região
2898 metropolitana, mas que o que foi discutido para Betim possa ser pensado para os
2899 demais e que a gente consiga realmente entender a atribuição do CEAS para essas
2900 situações e até da Comissão de Política. Por que estou falando isso? Quando eu li
2901 uma denúncia atrás eu falei: “Olha, isso aqui seria da comissão de apoio”. Essa de
2902 Santa Cruz do Escalvado, eu estou vendo aqui, ela é do início do ano, também
2903 seria da Comissão de Apoio. A gente precisa se esclarecer. Estou me incluindo, se
2904 esclarecer sobre essas situações e essas atribuições. E eu mantenho essa
2905 proposta de a gente fazer a votação para tentar encerrar. Sobre a data da visita. A
2906 visita, na minha opinião, está consensuada. O que a gente precisa consensuar é a
2907 data e pensando que a gente iria posteriormente munidos de mais informação.
2908 **CLEUSA:** A fala da Soraia me contemplou um pouco, mas eu só queria chamar
2909 atenção para essa questão da terceirização. É uma questão que está acontecendo
2910 não só na assistência, mas tenho informações que também na educação está tendo
2911 um processo assim, já servidores que estão sendo terceirizados. Eu acho que é
2912 importante nessa atuação sim e para a gente estar de olho nessa questão.
2913 **LUDSON, CRESS:** Eu só queria sugerir que não se atrelasse a visita a Betim a ter
2914 a nota pronta. Tem que fazer a nota. Acho superlegal, mas é porque a gente não
2915 está dando conta de reunir para fazer, só para não atrelar as duas coisas.
2916 **GRAZIELE, CRP:** Em relação à denúncia de assédio moral, eu compreendo que é
2917 de nossa responsabilidade no momento em que a gente é responsável pelo
2918 fortalecimento do controle social. Na medida em que a gente... Sim, a gente é
2919 responsável pelo fortalecimento do controle social. A relação é o seguinte, vamos lá.
2920 Fortalecer o controle social é fortalecer os fóruns de trabalhadores, os fóruns de
2921 usuários, então é nossa competência é o fortalecimento do controle social nesse
2922 sentido. Eu penso que é nossa responsabilidade nesse contexto, chamar os entes,

2923 os responsáveis, dar condição para que isso aconteça porque isso é uma discussão
2924 muito pertinente aos trabalhadores. A gente fortalecendo o fórum de trabalhadores,
2925 organizando, ajudando a organizar esse contexto, eu acho que a nossa atribuição
2926 nesse sentido, sim. **SORAYA, SEDESE:** Nessa situação eu penso que a gente
2927 precisa envolver os conselhos de classe. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2928 **CURVELO - SSVP:** Eu discordo da questão e concordo com a questão do controle
2929 social em si, mas não de que o assunto do assédio moral deva ser tratado dentro
2930 do controle social. Porque o controle social é específico da política pública em si e
2931 não da execução do serviço empregador/empregado, administração pública e
2932 servidor. Isso é tratado em outra seara. É seara cível do judicial e do próprio órgão
2933 de classe. **SORAYA, SEDESE:** Vamos votar, gente? Proposta 1. Manter a visita no
2934 dia 20 com as conselheiras que já estão organizadas. Proposta 2. Visita no mês de
2935 outubro com as informações da organização da gestão com relação ao SUAS.
2936 **PRESIDENTE:** A plenária está esclarecida sobre as propostas? Proposta 1. Visita
2937 dia 20 de setembro, na semana que vem. Quem concorda levanta a plaquinha, por
2938 favor. Secretaria Executiva, conta por favor. 8 conselheiros pela visita na próxima
2939 semana. Conselheiros que acham que a visita tem que acontecer em outubro, por
2940 favor se manifestem. Pela votação da maioria, a visita acontecerá em outubro, após
2941 recebimento das informações ou... Questão de ordem aqui. A data de outubro, a
2942 Mira já está perguntando se vai decidir agora ou se a Comissão de Política propõe
2943 a data. E eu estou entendendo que em outubro, com ou sem envio das informações
2944 que foram solicitadas recentemente. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2945 **CURVELO - SSVP:** Eu sugiro que essa data seja coincidente com a reunião da
2946 Mesa Diretora ou com a reunião da plenária do conselho. Eu acho que até do
2947 colegiado do conselho municipal. **GRAZIELE, CRP:** Se a questão passou aqui pelo
2948 adiamento para o fortalecimento do conselho, eu acredito que tenha que ser na
2949 plenária do conselho. A ideia de ser na terça-feira seria para aproveitar a Mesa
2950 Diretora, mas se a gente está adiando com essa perspectiva de fortalecer o
2951 conselho, que seja na plenária do conselho. Porque se a gente supõe que está
2952 sendo centralizado na pessoa do presidente, que a gente possa ouvir todos os
2953 conselheiros. **SIMONE, CMAS/BH:** Eu também quero entender que chegar em
2954 outubro, nós vamos perder mais duas horas aqui para empurrar para novembro,
2955 não? Está definido agora em outubro, as pessoas, tudo bonitinho? Pelo amor de
2956 Deus, senão eu coloco o meu nome para ir em outubro logo para resolver isso.
2957 **PRESIDENTE:** Esse assunto não volta na plenária de outubro dessa forma. Se
2958 voltar na plenária... Gente, na plenária de outubro o que deverá voltar será o
2959 resumo da Comissão de Política sobre a continuidade do acompanhamento da

2960 denúncia. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Só para poder
2961 entender que se os demais encaminhamentos que foram dados já estão aprovados.
2962 **PRESIDENTE:** Os demais encaminhamentos, a plenária já está de acordo? Ok.
2963 **SORAYA, SEDESE:** Eu só quero complementar aqui porque a Lara está dizendo e
2964 a Simone traz essa questão, as informações que eu estou dizendo, são
2965 informações que a SEDESE pode emitir, inclusive está no encaminhamento da
2966 estrutura dos serviços de acordo com o Censo SUAS. São essas informações, por
2967 isso eu mudei pensando uma data melhor para outubro. **PRESIDENTE:** Podemos
2968 passar? Porque o nosso tempo está muito curto. **SORAYA, SEDESE:** Lucas está
2969 se disponibilizando. **PRESIDENTE:** Vamos passar para o próximo ponto e depois
2970 vocês combinar as pessoas e a data. Vamos dar sequência? **SORAYA, SEDESE:**
2971 Próximo ponto. Denúncia de possíveis irregularidades. Gestão dos serviços
2972 socioassistenciais de Santa Cruz do Escalvado. Funcionamento do CMAS, CRAS
2973 sem coordenação e possível desvio de recursos. O denunciante pede uma
2974 fiscalização e sigilo. Não apresentou nenhum documento. Ofício encaminhado ao
2975 CMAS com cópia ao órgão gestor informando a situação apresentada da denúncia
2976 a fim de identificar o funcionamento do CMAS. Composição das equipes do SUAS e
2977 solicitando documentos de eleição da sociedade civil, decreto ou portaria de
2978 nomeação e ata de posse dos conselheiros e as três últimas atas informando sobre
2979 a importância da regularização do CMAS e do cumprimento do art. 30 da LOAS,
2980 conselho, plano e fundo, como condição para recebimento dos recursos.
2981 Informação sobre a composição das profissões que compõem as equipes pela
2982 Resolução CNAS 17, de 2011. A Secretaria Executiva fez contato telefônico. O
2983 município respondeu através do ofício 19/2022, que já foi inserido no SEI. **LUCAS,**
2984 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Qual foi a resposta? **SORAYA,**
2985 **SEDESE:** Então, espera aí. Não está nesse aqui. Mira, é porque não está na
2986 súmula que eu estou, mas eu não quero falar para não dar confusão. Eu quero ter
2987 certeza aqui. **PRESIDENTE:** Vocês encaminharam o ofício, fizeram contato e a
2988 resposta? **SORAYA, SEDESE:** Sim. **PRESIDENTE:** Qual que é a resposta do
2989 município? **SORAYA, SEDESE:** A Mira recebeu e anexou no SEI. **LUCAS,**
2990 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Só para aproveitar a janela até que
2991 ache o documento, para trazer o seguinte e até é um ponto de reflexão. Essa
2992 denúncia foi encaminhada sem nenhum tipo de documento para poder fundamentá-
2993 la. Eu acho que é importante que a gente traga dentro da resolução de denúncias,
2994 falando com a Comissão de Normas, pontos de que as denúncias também tenham
2995 algo mínimo para poder fomentar uma denúncia. O mínimo a pessoa tem que ter,
2996 por exemplo, o processo aqui, alguns atos são públicos. Trazem pelo menos algum

2997 documento de lastro. **GRAZIELE, CRP:** Lucas, a pessoa, quando ela provoca essa
2998 denúncia, às vezes ela não sabe nem procurar. A gente tem situações, por exemplo,
2999 de conversa com os trabalhadores que têm uma que sabem muito bem, está lá a
3000 denúncia, consegue fazer a denúncia, mas o básico eles não sabem. Por exemplo,
3001 Ministério Público, como encaminhar. E a gente tem que fazer toda uma orientação.
3002 Têm pessoas que não tem nenhuma condição de suporte para providenciar uma
3003 denúncia com o mínimo. Acho que se a gente colocar essa questão, a gente vai
3004 limitar a entrada de denúncias e a efetivação da nossa atuação. **PRESIDENTE:** Só
3005 aí uma questão também de organização, que eu já orientei a Secretaria Executiva.
3006 Eu e a Sirlene já conversamos sobre isso, todo tipo de denúncia que chega, para
3007 além de já estar previsto na resolução, a gente tem que ter elementos para apurar.
3008 Não dá para ficar recebendo qualquer coisa de qualquer pessoa e o CEAS ficar
3009 lotado de denúncia sem pé e nem cabeça. Só estou falando que a minha orientação,
3010 o que a Secretaria Executiva está fazendo, a hora que vê que não tem, tem que
3011 solicitar. Isso já está... **GRAZIELE, CRP:** Isso, eu não discordo de você, não, até
3012 mesmo porque têm algumas denúncias que são infundadas, que são mesmo para
3013 provocar outras questões e que a gente não tem que responder e entrar nessa
3014 seara mesmo não. Mas é dizer que tem que trazer um elemento que subsidie, é
3015 outra questão. O que a denúncia tem que trazer é uma possível... Não, ali tem uma
3016 questão. É uma compreensão... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** A
3017 intenção aqui é justamente isso, enriquecer a proposta que a gente vai levar nos
3018 municípios e também de conhecer. É pedagógico. Eu aprendo. Vocês aprendem e
3019 vice-versa. A gente vai ter problema mesmo. Vou pedir um pouco de consideração
3020 para com os conselheiros, tanto da sociedade civil quanto do governo, com esse
3021 tipo de retórica. Nós tentamos várias vezes trazer a demanda da Comissão de
3022 Política. Ela é enorme e todos nós aqui temos o tempo curto. Há 3 plenárias.
3023 Obrigada, Lucas. **PRESIDENTE:** Eu acho que a organização da reunião do mês
3024 que vem, a gente discute no mês que vem. Especialmente Mesa Diretora, os
3025 coordenadores de comissão, a gente vai ter que pensar nisso na organização do
3026 mês que vem para não deixar o que os conselheiros colocaram aqui como que
3027 aconteceu ontem, que seja fixo, que seja para a gente avaliar no mês que vem.
3028 Acho que eu queria pontuar isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
3029 **SSVP:** Mariana, eu acho que não é nem para deixar para o mês que vem. É algo
3030 que a gente precisa sentar, organizar e reestruturar com antecedência. Tão logo
3031 inicia a semana, a gente já precisa planejar, até mesmo os encaminhamentos das
3032 matérias que vão vir. Por exemplo, esses relatos das comissões se viessem com
3033 antecedência para a gente facilitaria muito. Em uma concepção que tenho, a

3034 organização de que se faz uma reunião de comissão no dia anterior à plenária, ela
3035 é prejudicial à discussão da plenária. Por exemplo, se as comissões começarem no
3036 mês de outubro, está se reunindo para discutir a matéria que vai ser levada no mês
3037 de novembro é muito mais proveitoso, ou seja, ela vai levar para o próximo mês.
3038 Entendeu? Se a gente conseguir se organizar para que tenha essa logística dentro
3039 do conselho da antecedência, e também que os conselheiros leiam o material que é
3040 encaminhado, eu acho que isso é oportuno, não só para a discussão que traz na
3041 plenária, mas também nas discussões que são levadas dentro das comissões para,
3042 muitas vezes, evitar a pergunta: Do que trata essa matéria? De matérias
3043 encaminhadas há muitos meses, tipo mês 3, e hoje estamos no mês 9, ainda tem
3044 gente perguntando que matéria que é essa dentro de comissão. É importante isso.
3045 **PRESIDENTE:** E lembrando que a Secretaria Executiva organizou a planilha.
3046 Disponibilizou a planilha exatamente para evitar isso aqui durante a reunião.
3047 Podemos passar, pessoal, por causa do tempo? Isac, Philipe e depois vou passar
3048 para a Comissão de Normas. **ISAC, ASQUIS:** Boa tarde. É um pouco nesse
3049 assunto. Acho que a gente está com um problema é de tempo na plenária. Um
3050 problema de tempo na plenária, isso é a minha sensação. Isso é que faz os
3051 atropelamentos das pautas, as mudanças de pautas, em todas as plenárias tem
3052 acontecido isso porque a gente chega aqui e tem que escolher o que é mais
3053 urgente. No meu entendimento isso vem do começo das demandas que temos, e
3054 que a gente não conseguiu, eu acho que testar, sei lá, plenária extraordinária,
3055 alguma forma de a gente seguir mais as demandas, porque comissão, pelo que
3056 estou me lembrando, a gente está se reunindo nas comissões separadas, uma hora
3057 por mês. Eu sinto que é insuficiente. Quando a gente vai para as reuniões on-line,
3058 nem todas as comissões conseguem participar bem. Eu não consigo participar. A
3059 minha comissão sabe o quanto eu falto nas comissões on-line que tentam fazer no
3060 GT. São poucos os dias que eu consigo ir para um outro município fazer isso.
3061 Enquanto a gente não pensar a melhor forma de a gente se reunir de fato para dar
3062 seguimento a essas demandas, acho que vamos ter essa dificuldade porque eu
3063 imagino a situação que a Kariny colocou. Eu acho que não é só dela. Outras
3064 pessoas que trabalham devem ter a dificuldade para tirar uma hora durante o
3065 trabalho para fazer a reunião on-line, ou à noite, essas coisas. E acho que enquanto
3066 a gente não sentar e ter coragem em mente marcar para fazer isso, a gente vai ficar
3067 com essas demandas voando aí. O pessoal lá que fez as denúncias e que pediu as
3068 orientações cobrando da gente. É isso. **PHILIFE, FETSUAS:** Eu só queria fazer um
3069 registro, mas primeiramente eu queria dizer a d. Arlete que sua sensibilidade, sua
3070 humanidade me representa muito. Quando eu crescer quero ser igual a você. Eu

3071 queria só registrar a presença da nossa colega companheira Ester Mariana, que
3072 compõe comigo, com as conselheiras Grazielle e Gabriela, a coordenação do
3073 FETSUAS/MG. Ester é servidora municipal no município de Salinas. É assistente
3074 social e, pelo FETSUAS, ela também compõe o NEEP. Obrigado. **PRESIDENTE:**
3075 Bem-vinda. Comissão de Normas, por favor. **LUDSON, CRESS:** Só passar um
3076 informe rapidinho da Comissão de Normas. Depois a gente vai ter intervenção do
3077 Conselheiro Lucas acerca do processo que ele está avaliando. Mas, em conjunto
3078 com a Comissão de Apoio, a gente conseguiu fechar a proposta para a realização
3079 da capacitação dos conselhos que têm alguma pendência em relação ao art. 30,
3080 enfim, Regimento Interno, a própria legislação do SUAS e também aquelas cidades
3081 que foram alvo de denúncias. São exatamente 240 municípios dentro da seleção
3082 que a gente fez, a partir das informações que a Secretaria Executiva trouxe. As
3083 capacitações vão acontecer em outubro e novembro. Rosa, você só repete as datas
3084 para a gente? **ROSALICE - CEAS:** Nós vamos distribuir 240 municípios em 4
3085 encontros, dividimos em regionais. Vai ser nos dias 24 e 25 de outubro. Dias 25 e
3086 27 de novembro. Nós distribuimos esses municípios de acordo com suas
3087 pendências para dar em média 60 municípios. Nós fizemos a separação de todos.
3088 Nós podemos disponibilizar para os conselheiros. **LUDSON, CRESS:** Em relação a
3089 isso, é uma questão bastante simples. A gente vai fazer uma reunião de
3090 nivelamento com as pessoas que foram selecionadas para falar, eu, o Lucas e
3091 outros representantes. **ROSALICE - CEAS:** Juanita e Grazi. **LUDSON, CRESS:** Só
3092 para a gente fazer esse alinhamento final. E acho que esse assunto está bem
3093 encaminhado. Se vocês tiverem alguma dúvida, a gente tem o material na súmula
3094 da comissão, a gente pode repassar para todos os conselheiros. **PRESIDENTE:**
3095 Algum conselheiro que fazer... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
3096 **SSVP:** Eu preciso fazer uma pontuação porque vocês sabem que eu não deixo de
3097 falar e falo no momento oportuno. Com relação a essa capacitação, as duas
3098 comissões definiram um grupo de trabalho para estabelecer o padrão que seria
3099 utilizado na apresentação. O texto que guiaria a apresentação da fala de nós
3100 quatro: eu, Ludson, Juanita e Grazi. Esse grupo também estabeleceria um material
3101 de apoio para suplementar essa discussão que vai ser apresentada por nós.
3102 Contudo, as reuniões desse grupo, para o estabelecimento dessa cartilha, foram
3103 frustradas. Uma das reuniões, por exemplo, foram dois ou três conselheiros. Logo
3104 em seguida, a Secretaria Executiva preparou um documento para nós e, não é uma
3105 crítica para a Secretaria Executiva, não. Mas a forma como foi orientado, azeitona
3106 da boca de banguela, porque não deu o norte que era para Secretaria Executiva
3107 criar o documento, quais os pontos que deveriam estar naquela cartilha, o que

3108 deveria ser abordado dentro daquela cartilha, mas pediu para poder minutar e
3109 pronto. Logo em seguida, nós tivemos a reunião, somente eu e d. Arlete. Nós não
3110 conseguimos dar prosseguimento na reunião porque só dois conselheiros não
3111 resolvem nada. E depois foi marcada a reunião para o dia 14 dessa semana.
3112 Marcaram para o dia 14, às 9h da manhã, na qual ninguém compareceu. E eu pude
3113 participar por volta das 10h30 e eu fui o único conselheiro que participou dessa
3114 comissão e que deu orientação e o direcionamento para a Secretaria Executiva
3115 poder minutar o texto. Eu sei das agendas de todo mundo, dos compromissos como
3116 já foi externado aqui em um ponto anterior que discutimos, mas o compromisso do
3117 conselheiro tem que ser cumprido. Se falar no grupo que vai participar da reunião,
3118 tem que participar da reunião e também em respeito ao trabalho da Secretaria
3119 Executiva porque ela está ali para nos dar suporte. Elas não estão lá para fazer
3120 papel de otárias. Desculpe o termo, mas o que foi feito foi isso. Elas ficaram lá o
3121 tempo todo esperando, deixando de destinar o tempo para fazer outra atividade,
3122 esperando conselheiro entrar na reunião, que não conseguiu entrar e nem
3123 solucionar o problema. Esse é o meu primeiro desabafo. Obrigado pelo ouvido de
3124 todos vocês. E que manda o material e ninguém se manifesta com relação a ele. A
3125 primeira puxada de orelha que eu dou na coletividade me incluindo também. Apesar
3126 de que o material básico que vai servir para essa capacitação fui eu mesmo que
3127 criei e a orientação do texto escrito fui eu que dei. Agora, falando do ponto
3128 específico de Jequitaiá, lembram que na plenária do mês de julho nós deliberamos
3129 sobre a alteração da resolução que aprovava o PCH de Jequitaiá? No mês de agosto
3130 nós recebemos um ofício do empreendedor, especificamente o IDENE, solicitando
3131 que fosse prorrogado o prazo para cumprimento daquela alteração que fizemos.
3132 Qual foi a alteração que fizemos? O pedido da adequação das equipes mínimas
3133 nos postos de atendimento social, ou seja, que ele tenha o assistente social e o
3134 psicólogo nos dois postos acordados e uma equipe volante para atender os três
3135 municípios. Foi pedida a prorrogação do prazo em 90 dias, ou seja, receberam a
3136 comunicação no mês de agosto. Dia 31 de agosto, na parte da manhã ele
3137 encaminharam o ofício solicitando a prorrogação por mais 90 dias. O que chamo
3138 atenção com relação a esse ponto específico de Jequitaiá? A contratação dessas
3139 equipes que estão trabalhando nos postos de atendimento social foi feita através de
3140 um chamamento público, por parte da CODEVASF, e o contrato vence dia 25 de
3141 novembro, ou seja, o prazo que estão pedindo para o cumprimento daquilo que foi
3142 deliberado por este conselho vai além do estabelecido dentro dos termos do
3143 contrato. Nesse sentido, o encaminhamento dessa relatoria para essa situação
3144 colocada e esse pedido apresentado, e em vista do próprio contrato feito pela

3145 CODEVASF, o cumprimento do PAS/Barragem é de que seja concedido o prazo de
3146 30 dias para o cumprimento da adequação. Até porque qual foi a justificativa do
3147 pedido de 90 dias? “Ah, nós não temos um parecer do nosso jurídico sobre a
3148 adequação do contrato para se colocar essas duas equipes mínimas.” Contudo, a
3149 reunião que tivemos com o empreendedor, com a CODEVASF e com o IDENE, foi
3150 no mês de junho falando dessa necessidade de adequação. E naquela data, em
3151 junho, eles já falaram que iriam procurar o jurídico para apresentar esse parecer
3152 sobre essa adequação, ou seja, inércia do próprio empreendedor que está tentando
3153 burlar ou mesmo sair pela tangente do cumprimento da obrigação. Nesse sentido,
3154 meu encaminhamento é da concessão do período de 30 dias, desse prazo de 30
3155 dias para o cumprimento, a contar da data de hoje se aprovado essa prorrogação
3156 de prazo. Ele tem que comprovar para nós, o conselho, que as equipes estão em
3157 efetivo funcionamento. Ele tem equipe mínima no mês que vem, ou seja, dentro
3158 desse prazo de 30 dias. **IARA, CSJB:** Eu achei ótimo, Lucas. Eu só fiquei com uma
3159 dúvida porque normalmente quando a gente recebe alguma diligência ou alguma
3160 coisa assim, é contado a partir da data do recebimento, que é a data que eu sou
3161 notificada dessa questão. Eu só sugiro isso, que não seja aprovado hoje, mas que
3162 seja a partir da data do recebimento da notificação. Imagino que a gente vai
3163 encaminhar com AR ou e-mail solicitando alguma resposta. Só isso que eu queria
3164 refletir e analisar melhor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:**
3165 Eu vou chamar a reflexão na seguinte perspectiva, foi encaminhado para a gente no
3166 dia 31 de agosto. Ele teria até o dia 31 de setembro para poder acolher essa
3167 deliberação. Por que eu falo da data a partir de hoje? Porque é preciso confirmar a
3168 decisão de prorrogação. Não tem como a gente fazer de data pretérita, mas, sim,
3169 de data futura. **IARA, CSJB:** Isso eu compreendi. Eu só estou falando da data que
3170 a pessoa vai receber, porque eu ainda não estou informada. E já está contando 30
3171 dias e eu ainda nem fui informada de recebimento. Exato. Porque eu vou ser
3172 cobrada prazo de 30 dias. Imagina, vai que dá um problema no correio, por
3173 exemplo, a pessoa vai receber daqui 15 dias, eu já estou contando, já está
3174 perdendo 15 dias. Só isso que eu acho que deveria considerar. **PRESIDENTE:** Só
3175 para informar. O encaminhamento é via SEI, ofício no SEI. É mais rápido. Mas eu
3176 quero trazer um outro ponto, Lucas. A gente teve essa reunião com a equipe
3177 técnica do IDENE e da CODEVASF, no mês de junho, como o Lucas bem falou. Foi
3178 uma reunião boa. A equipe entendeu. Foi superesclarecedor. Mas para a nossa
3179 surpresa, para a minha, eu vou trazer aqui, na semana passada um
3180 superintendente do IDENE fez um contato na SEDESE pedindo uma agenda de
3181 urgência comigo. Eu não sabia o que era. A pessoa se reuniu comigo segunda-feira

3182 dessa semana e se apresentou como o novo superintendente, então, mudança de
3183 equipe novamente. E veio me falar que agora está tomando conhecimento da
3184 situação, do projeto, da deliberação do CEAS, pedindo, explicando porque ele está
3185 pedindo os 90 dias de prazo. Eu expliquei que a gente tinha tido essa reunião em
3186 junho. Inclusive ele perguntou: “Ah, teve ata da reunião? Vocês podiam me
3187 mandar.” Ele solicitou nova reunião. Ele quer se reunir com a Comissão de Normas,
3188 do CEAS, que é a comissão que trata desse assunto. E ele frisou e falou assim:
3189 “Olha, eu estou encaminhando esse pedido de prorrogação de 90 dias porque
3190 agora que eu estou tomando conhecimento do contrato”. Ele também trouxe,
3191 reiterou a informação de que a gente também já tinha tido em junho que esse
3192 projeto está sendo entregue para a iniciativa privada. Já teve o leilão. Já tem uma
3193 série de encaminhamentos e a gente já sabe. O CEAS aqui também já tem
3194 conhecimento de que o projeto está parado há mais de 10 anos. Ele só reiterou.
3195 Pediu reunião com a Comissão de Normas nos próximos dias e eu fiquei de trazer a
3196 informação. Só estou acrescentando informações de que mais uma vez tem uma
3197 mudança na gestão do projeto. Entendo o que o Conselheiro Lucas trouxe também
3198 a questão dos 30 dias. Se, ainda assim, em 30 dias eles não conseguirem cumprir,
3199 a gente vai ter que voltar a reunir com eles novamente. **MARIA JUANITA,**
3200 **FEAPAES/MG:** Certíssima a condução e o encaminhamento. Só queria sugerir que
3201 na resposta ao empreendedor informasse para ele que esse conselho atende
3202 parcialmente a demanda, a solicitação apresentada de 30 dias, considerando que
3203 não há cobertura contratual para atender o pleito de 90. **LUCAS, CONSELHO**
3204 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só para manifestar em cima daquilo que foi
3205 solicitado pelo empreendedor, na verdade, na justificativa apresentada. A gente
3206 precisa, enquanto controle social, entender que quem está executando é um órgão
3207 que faz parte da administração pública direta ou indiretamente. E que não está
3208 vinculado à pessoa, então, quem está executando é um órgão. Independente da
3209 mudança de gestão, a gente não pode flexibilizar o cumprimento ou não de uma
3210 determinada legislação. É a mesma coisa de a gente falar que na mudança de
3211 governo a SEDESE não pode cumprir a legislação eleitoral porque ainda está
3212 mudando a gestão, ou está mudando o prefeito, está mudando quem vai ser o
3213 gestor. Nesse sentido, eu vou manter o encaminhamento acolhendo as sugestões
3214 da Conselheira Juanita parcialmente à solicitação e contando os 30 dias a partir do
3215 recebimento. **PRESIDENTE:** E a reunião ele vai solicitar assim que ele solicitar
3216 falou que seria para essa semana ou para a próxima, dependendo das agendas.
3217 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Oportunamente, eu
3218 gostaria também que no ofício solicitasse um encaminhamento de como está o

3219 status de passar isso para o setor privado. Em que pé que estão esses trâmites de
3220 transferência de responsabilidade para o setor privado, com o prazo de 30 dias
3221 também. **PRESIDENTE:** A plenária está de acordo com os encaminhamentos
3222 propostos pela comissão? Ok. Obrigada. Comissão de Normas, encerrado.
3223 Secretaria Executiva, encerramos a pauta? Orçamento já teve, foi a primeira.
3224 **SIRLENE - CEAS:** Nós temos que indicar o pessoal para ir para o FONACEAS e
3225 para o CNAS. **PRESIDENTE:** Pessoal, lembrando, a reunião de outubro do
3226 FONACEAS é virtual. A do CNAS, virtual. E a de novembro, do FONACEAS, é
3227 presencial. A gente falou isso aqui hoje pela manhã. **SIRLENE - CEAS:** E mais uma
3228 coisinha, a nota de repúdio sobre o recurso federal. **PRESIDENTE:** A Juanita se
3229 ofereceu para escrever. Eu entendi que ainda vai compartilhar para contribuição
3230 dos conselheiros. Não é isso? É isso, Juanita? É porque eu tinha entendido que ela
3231 iria fazer uma minuta, encaminhar e os conselheiros podem contribuir. Depois da
3232 contribuição de todo mundo a gente conclui essa nota. Conselheiros que têm
3233 interesse para representar o CEAS na reunião do FONACEAS no dia 13 de outubro,
3234 virtual. **SIRLENE - CEAS:** Essa do FONACEAS do dia 13 de outubro é da região
3235 Sudeste. **PRESIDENTE:** Érica. **ARLETE, GRAAL:** São datas bem complicadas,
3236 todas essas que foram apresentadas. Minha agenda já está toda bloqueada.
3237 **PRESIDENTE:** Érica e Graziele. Agora, a reunião do CNAS, nos dias 4 e 5 de
3238 outubro. Érica e Michele. Duas conselheiros do governo. Mais alguém? Essas são
3239 virtuais. Gente, a Secretaria Executiva relembra vocês, manda o link, porque isso é
3240 virtual. Essas duas que a gente está falando são virtuais. A Secretaria Executiva vai
3241 avisar com antecedência. **SIRLENE - CEAS:** É de 9h às 17h, virtual. Érica e
3242 Michele. **PRESIDENTE:** Você vai encaminhar o link para eles depois. E
3243 FONACEAS em novembro é presencial em São Paulo. Qual é o dia? De 21 a 23 de
3244 novembro. FONACEAS. Conselheiros que gostariam e têm disponibilidade para
3245 participar do FONACEAS de novembro. Simone, Michele, Graziele e Érica. São só
3246 dois. Estou falando o nome das que se disponibilizaram. **GRAZIELE, CRP:** Simone,
3247 participe também da on-line, porque a on-line na gente constrói pauta para a
3248 nacional. Entende? Eu me disponho que você vá. Não tem problema, não. Eu
3249 também posso participar da on-line, mas eu vou solicitar que você participe da on-
3250 line também porque a pauta da Sudeste é uma construção para que aconteça uma
3251 organização, uma mobilização para a nacional. É importante participar da
3252 construção dessa pauta, ok? Mas eu me disponibilizo a participar com vocês.
3253 **PRESIDENTE:** Da sociedade civil é a Graziele e a Simone que estão se
3254 disponibilizando. A Graziele está falando que cede para a Simone. Ok. E do
3255 governo, a Michele, a Érica e a Cláudia. Tem 3 pessoas se disponibilizando. A

3256 gente tem que escolher uma. Eu vou fazer a mesma observação que a Graziele fez.
3257 Participar da reunião de outubro que vai ser definida a pauta da reunião de
3258 novembro. No caso de vocês 3, como que a gente faz a escolha? A gente sorteia?
3259 A gente pode confirmar em outubro, porque essa é a de novembro. **ÉRICA,**
3260 **CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Eu acho que coloca a gente como disposição e
3261 depois vê as agendas porque se acontecer algum problema e a pessoa não pode ir.
3262 **SIRLENE - CEAS:** Mas a gente faz a compra de passagem. **ÉRICA,**
3263 **CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Mas eu estou falando assim, não é que...
3264 **PRESIDENTE:** Não, é com um mês de antecedência. **ÉRICA, CMAS/CORONEL**
3265 **FABRICIANO:** Sim, mas vai que alguém fala assim: "Eu..." **GRAZIELE, CRP:** É só
3266 para poder contextualizar, gente, o FONACEAS tem tentado fazer essa mobilização
3267 e é importante que a gente se organize cada vez mais enquanto conselhos
3268 estaduais. É importante que quem participe da nacional, participe também da
3269 Sudeste para poder construir pauta. Tem que estar muito amarrado porque você vai
3270 lá para a nacional e tem uma preparação e por isso que tem esse fortalecimento da
3271 Sudeste, então tem que participar das duas. Eu me disponho, sim, claro, a estar lá
3272 on-line até mesmo para subsidiar a companheira Simone, mas quem é da gestão
3273 também tem que estar nessas duas, senão fica desamarrado, não dá sequência.
3274 **ÉRICA, CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Tem uma questão também de a gente
3275 conseguir dar continuidade, às vezes até nas discussões. Toda vez que troca, eu
3276 entendo a possibilidade de uma participação, mas é uma nova vez que a pessoa vai.
3277 Eu estou dizendo, porque eu fui a primeira vez do FONACEAS não deu certo de ir,
3278 mas eu fui na reunião do CNAS. E, por exemplo, eu nem tinha noção de como que
3279 era e nem como eram feitas as discussões. Se cada vez é uma pessoa nova que
3280 vai é esse início, tipo assim, você não amadurece as discussões que estão lá. É só
3281 uma sugestão. **GRAZIELE, CRP:** Pelo menos a impressão que eu tenho, eu vou
3282 dizer da minha impressão. Teve uma ideia de que a ida ao FONACEAS seria um
3283 benefício para o conselheiro viajar. Eu acho que é uma responsabilidade ética de
3284 cada um e um compromisso por estar lá. O que eu entendo, e quando eu vou para
3285 trabalhar, quando eu saio cedo para trabalhar, eu vou para trabalhar. Quando eu
3286 venho para o conselho, eu venho para o conselho. Quando eu me disponho a estar
3287 nessas reuniões, eu vou para as reuniões. Eu tive essa impressão. Você me
3288 desculpa, Lucas, mas foi uma impressão. Não quero nomear, mas eu tive essa
3289 impressão. É a impressão que eu tenho. A gente tem direito dessa impressão. Só
3290 para pontuar isso. Só para pontuar uma... E eu pedi a palavra para poder dizer
3291 efetivamente que a gente precisa fortalecer as instâncias de controle. O
3292 FONACEAS é uma instância de controle. Quando abro prontamente para a Simone

3293 ir é porque a Simone é usuária e é responsabilidade do controle social fortalecer as
3294 instâncias de controle, principalmente enquanto trabalhador fortalecer a presença
3295 do usuário. Eu fico muito feliz e muito satisfeita de a Simone se prontificar, se
3296 colocar para ir e acho, sim, que deveria ir, assim como a Arlete, muito mais pela
3297 posição da d. Arlete e por ela nos representar muito bem aqui. Eu ficaria muito feliz
3298 que a d. Arlete vai. E fiquei extremamente feliz de a Simone ir porque ela é uma
3299 representante de usuários. **SIMONE, CMAS/BH:** Eu vou falar em cima da fala da
3300 Érica. Eu acho que a gente não está aqui para fazer estrelismo. Não é o meu caso
3301 e não é porque eu me disponibilizei para a viagem que eu também não estou
3302 disponibilizando para estar no dia 13. Eu não tinha entendido que uma coisa ligava
3303 a outra, então, a partir do esclarecimento eu tive a consciência de que para eu estar
3304 no de cá, eu tinha que estar no de lá. E fica muito triste para a gente levantar a mão
3305 e se disponibilizar e escutar uma fala assim: “Ah, mas é porque eu já tive...” Tipo,
3306 dizer assim, quem está lá continua. Eu entendi assim. Me desculpa. Mas foi assim
3307 que eu interpretei. E para a gente é muito ruim, sabe por quê? A gente está aqui
3308 para fazer controle social. Eu não sou a Simone que vai estar aqui, em qualquer
3309 lugar me cabe. Eu acho que até esse cuidado que foi trazido anteriormente pela
3310 Soraia, repete agora. Algumas falas descontroem. E nessa segunda eu me senti
3311 impotente de ocupar aquele lugar como se eu não tivesse direito de sabedoria. É
3312 muito ruim. Estou direcionando para você, Érica, porque foi a sensação que eu tive.
3313 Pode não ter sido a sua intenção, mas foi o que respingou em mim. E eu acho que
3314 esse negócio de que um foi, eu acho que controle é, eu vou hoje, o mês que vem o
3315 outro vai e a gente vai trazendo. Eu vou entender que eu não entendi, talvez é o
3316 lugar que eu não quero ocupar. Eu vou dizer aqui para o coletivo: “Olha, eu fui e
3317 não me senti representada. Sugiro que outro vá.” Mas a gente tem que fortalecer as
3318 pessoas que estão aqui porque aqui, pelo menos nesse espaço, para mim são
3319 todos iguais. Não tem governo. Não tem sociedade civil, usuário, trabalhador,
3320 entidade melhor do que ninguém aqui, não. Aqui todos somos iguais. **ÉRICA,**
3321 **CMAS/CORONEL FABRICIANO:** Em momento nenhum eu desconstruí uma pessoa
3322 para construir outra. O que eu falei foi a experiência que eu vivenciei. Foi a primeira
3323 vez e a gente chegar sem entender um processo sabendo da grandeza que é, as
3324 discussões, é nesse sentido. Hora nenhuma desconstruí uma pessoa e nem
3325 desmereci ninguém. Eu apresentei uma experiência que eu tive, inclusive o Leandro
3326 que estava lá comigo quiser compartilhar a experiência dele também, e foi o que eu
3327 percebi. Eu não falei hora nenhuma que não para ir, quem que era para ir. Eu só
3328 coloquei o que eu percebi na minha ida até lá. Agora, cabe a cada um decidir se vai,
3329 até porque aqui a gente coloca posições, quem quer ir. Não está impondo ninguém

3330 e nem tem que colocar. Como deu mais quantidade de governo, eu falei até pela
3331 continuidade das discussões. E é igual eu falei, eu escrevi um relatório e coloquei lá
3332 no grupo. Quero saber quem leu. Entendeu? Aquilo é uma continuidade das
3333 propostas que são construídas. E outra coisa que eu vou falar aqui que em outros
3334 momentos eu não tive oportunidade de falar. Eu sou assistente social. Trabalho há
3335 15 anos. Se eu não souber me direcionar a um usuário com respeito a ponto de
3336 ofendê-lo, eu acho que posso rasgar o meu diploma. **SIMONE, CMAS/BH:** Então,
3337 eu vou te responder. Eu conheço um monte de conselheiros assistentes sociais,
3338 psicólogos, dentro do CRAS, que não me representa. Pode até não ser o seu caso,
3339 mas acho que isso não tenha que ser usado aqui. Têm pessoas que tem 30 anos, a
3340 gente está com o caso de Betim porque é governo e não está representando. E aí?
3341 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Questão de ordem. Eu queria dar um
3342 encaminhamento para a gente pular para a outra pauta, considerando o tardar da
3343 hora. A gente pode indicar 4 pessoas, prioridade 1, 2, 3 e 4. E, de acordo com a
3344 agenda, prioriza-se as pessoas para irem. Obrigada. **CLÁUDIA:** Há os que falam
3345 diversas vezes e os que ouvem mais e às vezes usam da palavra. Nesse momento
3346 eu quero representar Simone, Érica, Grazi, Sirlene. Nós estamos falando do
3347 FONACEAS, quando tomamos posse, a presidente sentou com os conselhos
3348 governamentais e havia a composição das comissões. E na composição
3349 governamental do FONACEAS fiquei eu e a Grazielle pelo não governo, e Lucas na
3350 suplência. Fomos no primeiro que houve em Natal. E lá em Natal ficou decidido que
3351 foi um grande avanço, uma definição coletiva da participação do Secretário
3352 Executivo. No segundo FONACEAS a Sirlene já estava conosco. Isso é um grande
3353 ganho e a gente sabe que isso fortalece mesmo a caminhada. E o que foi posto na
3354 plenária aqui e também no FONACEAS como orientação é que era importante a
3355 presença do presidente e do vice. Porém, na ausência, que houvesse uma
3356 rotatividade definida democrática e coletivamente entre os conselheiros para
3357 oportunizar essa troca de experiência. Caso não houvesse, não teria problema
3358 nenhum continuar os que estavam ou os que estão dispostos e que têm agendas
3359 para tal, porque a continuidade das discussões há mesmo a interrupção. A gente
3360 estava construindo duas pautas lá compondo, criamos as reuniões da Região
3361 Sudeste. A Érica foi nesse próximo. Se vai ser uma terceira conselheira ou se vai
3362 ser ela de novo. São 4 encontros por ano, de repente, outra sugestão seria quem já
3363 tem essa disponibilidade na questão das agendas já deixa mais ou menos o nome
3364 pré-falado. E entre esses escolhe, em determinado mês naquela plenária nossa,
3365 entre aqueles 4 daquele ano, porque agora só vai ter mais um. O próximo é
3366 fevereiro. Só para contextualização das situações importantes, a continuidade das

3367 discussões, mas a possibilidade de oxigenar com a participação de outros.
3368 Obrigada. **PRESIDENTE:** Primeiro, Michele, eu ia sugerir, como a Érica e a Cláudia
3369 já começaram, eu ia te pedir, inclusive, para deixar que as duas se revezem para
3370 evitar, ao mesmo tempo, evita o rodízio, mas deixa a participação das duas
3371 conselheiras. Eu queria pedir, se você não se importar, porque na sociedade civil
3372 até hoje foi a Grazi, o Leandro. Só. A agora a Simone que está querendo ir. A
3373 minha sugestão aqui é de a gente fechar em duas pessoas e essas pessoas se
3374 revezassem. Essa seria a minha proposta de encaminhamento porque eu acho que
3375 dá rotatividade e também amplia um pouco a participação e varia. Proposta de
3376 encaminhamento. A Secretaria Executiva continua e também gostaria de pedir para
3377 a gente pensar, amadurecer e resolver até meados de outubro porque essa é a
3378 viagem de novembro. Vamos combinar uma data. Início de outubro a gente
3379 consegue fechar? Pode ser? Até para as pessoas também confirmarem a
3380 disponibilidade de agenda e a gente olha a questão da passagem da viagem. Pode
3381 ser, gente? Obrigada. Podemos encerrar agora, pessoal? Eu queria pedir ao grupo
3382 de trabalho do CREAS regional. Plenária, eu quero pedir um ponto importantíssimo.
3383 O grupo de trabalho dos CREAS regionais precisa apenas dar um informe porque,
3384 inclusive, está dentro de tudo que a gente já tratou aqui hoje, que é a avaliação dos
3385 serviços. É a Gabriele que vai falar dois minutos? Magna, desculpa. **MAGDA,**
3386 **COGEMAS:** Só para passar para vocês desse grupo de trabalho do CREAS, nós
3387 estamos com representação da sociedade civil e governamental. E já fizemos 3
3388 reuniões. No mês passado fizemos uma presencial e ontem outra presencial. E, se
3389 não me engano, no dia 5 agora que foi on-line. Nessas reuniões foi passado todo
3390 um esclarecimento, um conhecimento histórico de toda essa questão dos CREAS
3391 regionais. Cristiano fez uma apresentação muito boa para todos nós com relação a
3392 isso. Foi colocada já uma visita que vai ocorrer na próxima semana. É o Philipe, a
3393 Carla e a Jacqueline que vão fazer visitas em conjunto a 3 CREAS regionais. E
3394 temos uma próxima reunião on-line para a gente fechar essas visitas que eles farão.
3395 Muito tranquilo, e está sendo um trabalho muito bom. Esperamos que a gente
3396 possa e, claro, eles com as visitas, trazer um relatório muito bom com relação à
3397 questão das visitas. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Eu tenho que falar aqui.
3398 Primeiro, as pessoas que vão fazer a visita nos fóruns regionais organizaram a
3399 pauta. Nós não podemos deixar de ir ao conselho municipal. Mesmo indo visitar os
3400 CREAS regionais, a gente precisa ir no conselho municipal. Primeiro, marcar uma
3401 agenda com o CMAS para conversar sobre o CREAS regional. Qual é a fiscalização
3402 que eles fazem naquele serviço? Qual articulação que eles fazem com os outros
3403 CMASs dos municípios de área de abrangência? No sentido de perceber se existe

3404 um controle social lá para vocês orientarem de que forma que deve ser feito esse
3405 controle social. Porque a gestão vai observar uma coisa, nós temos um outro olhar
3406 nessa observação, principalmente na hora que for conversar com os técnicos sobre
3407 atendimento, buscar trazer questões que dão condições de vocês fazerem algum
3408 tipo de avaliação com relação à eficiência daquele serviço. Só uma contribuição
3409 aqui. **GABRIELE, SEDESE:** Também sou membro do grupo de trabalho. Essa
3410 participação dos conselhos municipais não estava prevista pelo grupo. A gente
3411 entende que o equipamento regional estadual é de competência de controle social é
3412 nossa do CEAS. Mas, pensando no roteiro da visita, os coordenadores dos CREAS
3413 estão auxiliando muito nesse processo. A gente pode tentar organizar essa
3414 participação. Os conselheiros vão com um roteiro para essa viagem, então a gente
3415 colocou no roteiro alguns pontos para eles observarem, RH, estrutura física, serviço
3416 ofertado, deslocamento aos municípios. Nesse roteiro a gente já tem algum
3417 direcionamento para o que vai ser observado no dia da visita. E, como eu falei pela
3418 manhã, além de visitar o equipamento CREAS regional, está sendo pensado um
3419 momento de deslocamento a algum município abrangido ou a alguns municípios
3420 abrangidos por aquele CREAS, para vivenciar esse dia a dia do serviço, que a
3421 equipe técnica se desloca para o atendimento dos casos lá no território. **LUCAS,**
3422 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Questão de ordem. Mariana, GT
3423 não dá informe e nem encaminhamento. **PRESIDENTE:** Ontem, na Mesa Diretora,
3424 quando estávamos tratando do funcionamento das comissões e dos grupos de
3425 trabalho que foi dado o encaminhamento da Mesa Diretora para que os grupos
3426 trouxessem para a plenária um retorno dos trabalhos. Isso estava na pauta.
3427 **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:** Eu gostaria de incluir, se puder, que nessas
3428 visitas técnicas aos equipamentos perímetro desses CREAS regionais, que vocês
3429 também sentassem com a equipe de referência que os municípios têm. E eu ia
3430 acrescentar ao conselho local também. Não sei se vocês vão ter perna para isso,
3431 mas eu gostaria de saber o retorno desses municípios e conselho local.
3432 **PRESIDENTE:** Os outros grupos, os informes dos outros grupos eu pediria,
3433 Secretaria Executiva, a gente coloca no grupo, porque eu acho importante, porque
3434 ontem, eu só quero reforçar isso que o Lucas, esse questionamento. Ontem, na
3435 Mesa Diretora, e aí a d. Arlete tem trazido também todas as falas dela, a
3436 importância de dar o retorno na plenária sobre os encaminhamentos do trabalho
3437 dos conselheiros. Porque como são muitos trabalhos paralelos e ao longo do mês,
3438 que fique registrado isso na plenária. Sobre a nota, vou passar para a Conselheira
3439 Juanita. Estou pedindo para a Secretaria Executiva encaminhar aos conselheiros
3440 como informe. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Informe do

3441 GT do Regimento Interno. Nós já estamos avançando com o aprimoramento do
3442 texto da minuta inicial. Já realizamos duas reuniões. A próxima está prevista para o
3443 dia 21/09, com a perspectiva de finalização do texto da minuta inicial para ser
3444 encaminhado posteriormente para todos os conselheiros. Nesse ponto é importante
3445 que todos se atenham ao texto. Um texto um pouco mais robusto, mas que traz
3446 requisitos que atendem as necessidades do conselho com um pouco mais de
3447 clareza, como por exemplo, as atribuições de cada comissão, como foi exposto hoje
3448 aqui na reunião. É isso. **PRESIDENTE:** Agora podemos encerrar os informes dos
3449 grupos? Agora eu passo para a Conselheira Juanita. **MARIA JUANITA,**
3450 **FEAPAES/MG:** Vou fazer a leitura de uma minuta feita rapidamente para a
3451 contribuição de todos, considerando o encaminhamento que foi dado pela
3452 Comissão de Orçamento. Eu não coloquei valores, percentuais, porque eu não
3453 tinha, então não sei se devemos colocar, até porque eles têm que ser feitos de
3454 forma com bastante responsabilidade. Eu fiz de uma forma muito genérica. “O
3455 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no seu papel de fiscal da
3456 Política de Assistência Social, vem a público manifestar total repúdio aos cortes de
3457 recursos destinados à manutenção do SUAS em 2023. O governo federal, com este
3458 ato, coloca o SUAS em risco de extinção, considerando o tamanho de retrocesso na
3459 garantia de proteção social a milhões de usuários dos serviços socioassistenciais
3460 assegurados desde a implantação do sistema. Em um país que registra altos
3461 índices de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, principalmente em
3462 decorrência da pandemia da Covid-19, faz-se necessária a ampliação do orçamento
3463 da Política Nacional de Assistência Social e não o descaso com esta população.
3464 Conclamo ao governo federal para que promova e anuncie o mais rápido possível a
3465 necessária reformulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, de modo
3466 a assegurar no orçamento minimamente os recursos suficientes para a manutenção
3467 dos serviços socioassistenciais existentes, evitando a desproteção social e o
3468 abandono de milhões de pessoas que dele necessitam. Assina essa nota, CEAS-
3469 **MG. GRAZIELE, CRP:** Eu penso que não é só por causa da pandemia que a gente
3470 teve o desmonte. Eu acho que isso precisa também estar um pouco antes e falar da
3471 PEC-95 e do desmonte que vem sofrendo desde 2016. **PRESIDENTE:** Deixa eu
3472 fazer uma sugestão. A minha sugestão seria de a Secretaria Executiva
3473 disponibilizar o link lá no nosso grupo. Os conselheiros podem contribuir. A gente
3474 pode inclusive tentar alguma informação e uma data. Pode ser sexta-feira da
3475 semana que vem? Porque a gente tem uma semana no máximo. Quem contribuiu,
3476 contribuiu, quem não, a Secretaria Executiva fecha o arquivo e encaminha. Pode

3477 ser? Combinado. Muito obrigada pela presença de todos. Parabéns pela reunião e
 3478 até a próxima.

NOME	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do Graal no Brasil	
Carla Valéria Soares Vita	Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Cinara Lucena	ADRA	
Cleuza Maria de Oliveira	SEE	
Elder Carlos Gabrich Júnior	SEDESE	
Érica Pereira Alves Beltrame	CMAS/Coronel Fabriciano	
Gabriela de Almeida Loiola	CMAS/Salinas	
Gabriele Sabrina	SEDESE	
Graziele Vieira Cachapuz Machado	CRP	
Iara da Costa Nogueira Reis	Congregação São João Batista - CSJB	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS/Cordisburgo	
Joao Vitor Da Silva Jorge	CMAS/Caeté	
Kariny de Amorim Silva	Bem Estar do Menor	
Leandro Luis da Cruz Sena	Instituto de Desenvolvimento Sociopolício Brasileiro - ID	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo _ São Vicente de Paula	
Ludson Rocha Martins	CRESS	
Magna Cupertino Carvalho	COGEMAS	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Mariana de Resende Franco	SEDESE	
Marilene Faustino Pereira	FETAEMG	
Marinete da Silva Morais	COGEMAS	
Michelle Andrade Henriques	SEE	
Philipe Nunes	FETSUAS	
Rodrigo dos Santos França	Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM	
Silvestre Dias	SEF	
Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS/Belo Horizonte	
Soraia Vanessa Silva Cruz	SEDESE	

3479